

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**PANORAMA DO ENSINO SUPERIOR EM HOTELARIA
NO BRASIL: ABORDAGENS E CARACTERIZAÇÕES**

MARIA ANGÉLICA ROVINA GALVÃO DE OLIVEIRA

PIRACICABA, SP

2004

**PANORAMA DO ENSINO SUPERIOR EM HOTELARIA
NO BRASIL: ABORDAGENS E CARACTERIZAÇÕES**

MARIA ANGÉLICA ROVINA GALVÃO DE OLIVEIRA

ORIENTADORA: PROFA. DRA. RAQUEL PEREIRA CHAINHO GANDINI

**Dissertação apresentada à Banca
Examinadora do Programa de Pós-
Graduação em Educação da UNIMEP
como exigência parcial para obtenção de
título de Mestre em Educação.**

PIRACICABA, SP

2004

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Raquel Pereira Chainho Gandini (Orientadora)
Universidade Metodista de Piracicaba
UNIMEP

Profa. Dra. Mirian Rejowski
Universidade de São Paulo
USP

Profa. Dra. Sueli Mazzilli
Universidade Metodista de Piracicaba
UNIMEP

DEDICATÓRIA

Ao meu marido Carlos e aos meus filhos Natália e Régis.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pela compreensão e apoio durante as minhas longas horas de ausência.

À minha orientadora Profa. Dra. Raquel Pereira Chainho Gandini, pelo apoio, assistência e colaboração durante essa minha jornada.

Aos professores do programa de Mestrado em Educação da UNIMEP, pela competência, dedicação e estímulo.

À Banca Examinadora, pela importante contribuição que deram à minha dissertação.

Aos meus colegas de classe, que durante o programa sempre tiveram uma palavra de incentivo.

Aos meus colegas de trabalho, que sempre apostaram na minha capacidade, mesmo quando eu mesma tinha dúvidas.

Aos coordenadores de curso, que participaram da pesquisa se dispondo a responder o questionário enviado.

Às funcionárias da secretaria do PPGE, que sempre foram solícitas, nos atendendo com eficiência e simpatia.

E a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, colaboraram comigo.

RESUMO

Este estudo teve o objetivo de analisar como foram concebidos e qual estrutura possuem os cursos superiores com formação em hotelaria no Brasil, visando identificar possíveis modelos e características. Também se pretendeu comparar as estruturas curriculares dos cursos nas diferentes modalidades em que se apresentam. Dadas as dificuldades encontradas em desenvolver pesquisa empírica nesta área e a falta de dados necessários para análise, não foi possível obter resultados generalizáveis. Houve uma considerável expansão dos cursos superiores de formação em Hotelaria no Brasil, principalmente a partir do final da década de 1990 e início de 2000, perfazendo um total de 195 cursos em 2004, com uma gama variada de nomenclaturas, que podem ser agrupados em cinco categorias: “Hotelaria”, “Administração com Habilitação em Hotelaria”, “Turismo e Hotelaria”, “Turismo com Ênfase em Hotelaria” e “Tecnologia em Hotelaria”. Os cursos de Hotelaria oferecidos como Habilitação de Administração são a modalidade mais oferecida, com 47% do total. As instituições que oferecem esses cursos são, na sua grande maioria, instituições particulares em sentido estrito, indicando a mesma tendência de mercantilização que há no ensino superior brasileiro. A expansão ocorrida se deu principalmente na região Sudeste, que oferece 51% dos cursos existentes no país. O destaque ficou para o Estado de São Paulo, onde, somadas as vagas oferecidas pelas IES, estas ultrapassam 8.000. A relação candidato/vaga vem diminuindo nos últimos três anos na maioria das instituições pesquisadas e que também trabalham com elevadas taxas de ociosidade de vagas. A grande maioria dos discentes era proveniente do ensino particular, com uma faixa etária regulando entre 18 e 22 anos, de clientela eminentemente feminina, que estava sendo preparada pelas IES para desenvolver funções de gestoras. O quadro de docentes contava com uma porcentagem de mestres e doutores acima do estipulado pela LDB 9.394/96, para uma titulação supostamente obtida em outras áreas do conhecimento, visto que programas de pós-graduação em hospitalidade foram implantados recentemente. A análise das grades curriculares dos cursos subdivididos em categorias revelou que “Turismo e Hotelaria” apresentou a maior proporção de carga horária de disciplinas específicas e os de “Hotelaria” não apresentaram equilíbrio entre as temáticas, com uma forte ênfase à área de Alimentos e Bebidas. Com os dados levantados e estudados, surgiram algumas indicações de pesquisas que poderiam ser desenvolvidas, como: verificar a correlação existente entre os conceitos de Avaliação obtidos pelas diferentes categorias de curso; analisar as razões pelas quais um curso obtém maior ou menor índice de evasão; verificar qual posição no mercado de trabalho alcançam os egressos; analisar se a ênfase dada à temática Alimentos e Bebidas por algumas categorias aumenta a chance de empregabilidade dos egressos; aferir se o corpo docente, que trabalha em regime horista, sem titulação na área específica de hospitalidade e sem experiência profissional na área se repete na maioria das instituições e de que forma esses docentes têm desenvolvido suas atividades em sala de aula; entre outras.

Palavras-chave: ensino superior, formação em hotelaria, Brasil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 CAPÍTULO I – A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: ESTRUTURA E CARACTERÍSTICA	23
1.1 PERFIL DOCENTE	37
1.2 ESTRUTURA ATUAL DO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO	39
1.2.1 Áreas que mais se destacaram na expansão do ensino superior brasileiro	51
2 CAPÍTULO 2 - O ENSINO SUPERIOR EM HOSPITALIDADE	53
2.1 ORIGEM E HISTÓRICO DOS CURSOS DE HOTELARIA NO BRASIL	53
2.1.1 O ensino de turismo no Brasil	55
2.1.2 As diretrizes para os cursos de Hotelaria	58
2.1.3 A expansão dos cursos provocando discussões na academia	64
2.2 PESQUISAS E PUBLICAÇÕES NA ÁREA	65
2.3 PERFIL DOS ALUNOS	70
2.4 ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE HOTELARIA	71
2.5 O ENSINO DE HOTELARIA NO CENÁRIO INTERNACIONAL	74
2.5.1 O ensino de hospitalidade nos Estados Unidos da América	75
2.5.2 O ensino britânico de hospitalidade	76
2.5.3 Entendendo o sistema Australiano	77
3 CAPÍTULO III - RESULTADOS E DISCUSSÕES ACERCA DOS CURSOS COM FORMAÇÃO EM HOTELARIA NO BRASIL	79
3.1 CATEGORIAS DE CURSOS	86
3.2 O CURSO DE HOTELARIA NO ESTADO DE SÃO PAULO	88
3.3 ANÁLISE DOS CURSOS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS E DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	91
3.3.1 Dados das Instituições	91
3.3.2 Dados do coordenador	92
3.3.3 Dados do curso	92
3.3.4 Organização didático-pedagógica	95
3.3.5 Corpo docente	97
3.3.6 Corpo discente	98
3.4 ANÁLISE DOS CURSOS, POR CATEGORIA	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
ANEXO A – QUESTIONÁRIO ENCAMINHADO ÀS IES PARA LEVANTAMENTO DE DADOS	125
ANEXO B – PROPOSTA DOS COORDENADORES PARA CRIAÇÃO DO FÓRUM NACIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM TURISMO E/OU HOTELARIA	130
ANEXO C – ATA DE CRIAÇÃO DO FÓRUM NACIONAL DE CURSOS DE GRADUAÇÃO EM TURISMO E/OU HOTELARIA	132
ANEXO D – LISTA DOS CURSOS COM FORMAÇÃO EM HOTELARIA NO BRASIL	137
ANEXO E – GRADE CURRICULAR DISPONÍVEL PELAS IES	144

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INSTITUIÇÕES POR NATUREZA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 1993-2002	3
TABELA 2 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS, POR TIPO E POR NATUREZA JURÍDICA DAS INSTITUIÇÕES - 1993-2002	3
TABELA 3 - NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS PELAS IES EM CURSOS PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO - 2002	3
TABELA 4 - NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS PELOS CURSOS PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO E DISTRITO FEDERAL – 2002	3
TABELA 5 – COMPARATIVO DE DOCENTES COM TITULAÇÃO NOS ANOS DE 1998 E 2002	3
TABELA 6 - NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL – 2004	4
TABELA 7 - IES EM FUNCIONAMENTO NO BRASIL - ORGANIZAÇÃO, SUBDIVISÕES E CARACTERÍSTICAS	4
TABELA 8 - ÁREAS COM ABRANGÊNCIA DE MÚLTIPLOS CURSOS	5
TABELA 9 - ÁREAS COM MAIOR NÚMERO DE CURSOS	5
TABELA 10 – DIRETRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO, HOTELARIA E TURISMO	6
TABELA 11 - AVALIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES/LABORATÓRIOS, POR HABILITAÇÃO	6
TABELA 12 – CURSOS COM FORMAÇÃO EM HOTELARIA, CRIADOS NA DÉCADA DE 1970 E 1980	8
TABELA 13 – CURSOS CRIADOS NA DÉCADA DE 1990	8
TABELA 14 – NÚMERO DE IES, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA	8
TABELA 15 – CURSOS CRIADOS A PARTIR DE 2000	8
TABELA 16 – CATEGORIA ADMINISTRATIVA A PARTIR DO ANO 2000	8
TABELA 17 – TIPOS DE ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA A PARTIR DO ANO 2000	8
TABELA 18 - CURSOS SUPERIORES COM FORMAÇÃO EM HOTELARIA NO BRASIL – 2004	8
TABELA 19 – CATEGORIA DE CURSOS POR TIPO DE IES	8
TABELA 20 - NOMENCLATURA DOS CURSOS DE HOTELARIA NO ESTADO DE SÃO PAULO	9
TABELA 21 – EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA DAS IES PESQUISADAS	9
TABELA 22 – CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS ESPECÍFICAS DAS RESPONDENTES	9
TABELA 23 – PERFIL DOCENTE DAS IES ESTUDADAS	9
TABELA 24 – OCIOSIDADE DE VAGAS NAS IES ESTUDADAS	9
TABELA 25 – PERFIL DO CORPO DISCENTE	10
TABELA 26 - CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS ESPECÍFICAS DE HOSPITALIDADE DAS CATEGORIAS DE CURSOS	11

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – EVOLUÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS – 1993-2002	3
FIGURA 2 – MATRÍCULAS EFETUADAS EM CURSOS PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO, POR REGIÃO – 2002	3
FIGURA 3 - INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR POR REGIÃO – 2002	3
FIGURA 4 - EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE MATRÍCULAS EM CURSOS PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO NO PERÍODO NOTURNO – 1994-2002	3
FIGURA 5 - NÚMERO DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR, POR FAIXA ETÁRIA – 2002	3
FIGURA 6- DOCENTES TITULADOS NAS IES – 1998 E 2002	3
FIGURA 7 – CURSOS CRIADOS NA DÉCADA DE 1990, POR REGIÃO	8
FIGURA 8 – CURSOS CRIADOS NA DÉCADA DE 1990, POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	8
FIGURA 9 – CURSOS CRIADOS A PARTIR DE 2000, POR REGIÃO	8
FIGURA 10 – CATEGORIAS DE CURSOS EXISTENTES NO BRASIL	8
FIGURA 11 – CURSOS COM FORMAÇÃO EM HOTELARIA, POR REGIÃO	8
FIGURA 12 - CURSOS CRIADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO A ANO	8
FIGURA 13 - VAGAS OFERECIDAS POR MODALIDADE DE CURSO, ANO A ANO, EM SÃO PAULO	9

ABREVIATURAS UTILIZADAS

A&B - Alimentos e Bebidas. Como se denomina o setor de alimentação nos empreendimentos hoteleiros, que engloba cozinha, restaurante, bar, *room-service* (serviço de quarto) e outros pontos de venda de alimentos e bebidas.

ABBTUR – Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo

ABDETH – Associação Brasileira de Dirigentes de Escolas de Turismo e Hotelaria

ACPHA - Accreditation Commission for Programs in Hospitality Administration

AH&LA - American Hotel & Lodging Association, antiga AH&MA

AIEST - Association Internationale d'Experts Scientifiques du Tourism

AMFORT - Asociación Mundial para la Formación Profesional Turística

ANPTUR – Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade

BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior

CEATEL – Centro de Estudos em Administração Hoteleira

CEE – Conselho Estadual de Educação

CES – Câmara de Educação Superior

CHRIE - International Council on Hotel, Restaurant, and Institutional Education

CNC - Conselho Nacional do Comércio

CNE – Conselho Nacional de Educação

CP – Conselho Pleno

DAES - Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior

ECA/USP – Escola de Comunicação e Arte da Universidade de São Paulo

Embratur – Instituto Brasileiro de Turismo

ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

ENCOTHUR – Encontro Nacional de Coordenadores e Docentes dos Cursos Superiores de Turismo e Hotelaria

ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IES – Instituições de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social

ISSN - International Subscription Signal Number

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MBA -Master Business Administration

MEC – Ministério da Educação

OMC - Organização Mundial do Comércio

OMT - Organização Mundial do Turismo

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD - Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios

SEMTEC - Secretaria de Educação Média e Tecnológica

Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Senat – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

Sescoop - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

Sesc – Serviço Social do Comércio
Sesi – Serviço Social da Indústria
Sest - Serviço Social do Transporte
SESu – Secretaria de Ensino Superior
Sinaes - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UCAS - Universities and Colleges Admission Services
UH - unidade habitacional
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Univali - Universidade Vale do Itajaí
USP - Universidade de São Paulo
WTTC - World Travel and Tourism Council

INTRODUÇÃO

A definição de turismo para a Organização Mundial do Turismo (OMT) é a “Soma das relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporária e voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais” (*apud* MOESCH, 2000, p.11). Segundo os dados do *World Travel and Tourism Council* (WTTC), o turismo pode ser considerado o maior negócio do mundo, pois movimentou quase quatro trilhões de dólares em 1997, empregando mais de 200 milhões de pessoas no mundo todo e com uma expectativa de movimentar mais de sete trilhões de dólares no ano de 2007 e cerca de 10% da força produtiva mundial atuando na área (WALKER, 2002; LICKORISH; JENKINS, 2000).

No Brasil, o turismo, inserido no setor de serviços, tem representado um importante negócio para a economia, pois movimentou, em 2000, US\$ 20 bilhões, o equivalente a 4% do Produto Interno Bruto (PIB). Exerce influência em 52 diferentes segmentos e é responsável pela geração de milhares de empregos diretos e indiretos e aumento de receita, garantindo um avanço econômico-social das mais diversas regiões. Portanto, o Presidente Luiz Ignácio Lula da Silva instituiu o Ministério do Turismo para fomentar esse setor econômico, com a seguinte missão e metas (BRASIL, 2004a):

Missão:

Desenvolver o turismo como uma atividade econômica sustentável com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social. O Ministério do Turismo inova na condução de políticas públicas com um modelo de gestão descentralizado, orientado pelo pensamento estratégico.

Metas:

- Criar condições para gerar 1.200.000 novos empregos e ocupações
- Aumentar para 09 milhões o número de turistas estrangeiros no Brasil
- Gerar US\$ 08 bilhões em divisas
- Aumentar para 65 milhões a chegada de passageiros nos vôos domésticos
- Ampliar a oferta turística brasileira desenvolvendo, no mínimo, três produtos de qualidade em cada Estado e Distrito Federal

De 43º lugar em 1994, no ranking da OMT como destino turístico mais procurado, o Brasil passou para 26º em 2000, com o ingresso de 5,3 milhões de turistas estrangeiros visitando o país. A receita arrecadada com o turismo representou US\$ 4,2 bilhões em divisas. Porém, o crescimento do número de turistas estrangeiros não se confirmou no ano de 2002, quando se esperava um aumento, em decorrência da desvalorização do real frente ao dólar e da busca por destinos mais seguros, após o atentado de 11 de setembro de 2001, na cidade de Nova York. O número de turistas estrangeiros diminuiu para 3,8 milhões, dando ao país a 34ª

colocação no ranking mundial de recebimento de turistas estrangeiros, desempenho esse inferior a países como Tunísia, Polônia e Indonésia (ANTUNES, 2003).

Sob a ótica das ciências políticas e econômicas, o sistema turístico depende de ações governamentais, responsáveis pela infra-estrutura de apoio e oferecimento de inúmeros equipamentos que são utilizados pelos turistas, como museus, teatros, parques etc. e grande incentivador da atividade. Além disso, são partes integrantes do setor de turismo ou indústria do turismo¹ as empresas de transporte, as operadoras e agências de viagem e as empresas de acomodação e alimentação. Outros produtos secundários e periféricos também são atingidos pela indústria do turismo, como por exemplo, lojas de *souvenirs* e fornecedores de produtos e serviços para o setor, em geral.

A atividade turística tem impacto positivo na economia de uma região, porém impactos sociais e culturais e até mesmo ambientais, podem ser negativos se não forem previstos e considerados em relação à política e à escala de planejamentos, pois os turistas “podem transformar profundamente os hábitos sociais locais através da remoção e da perturbação das normas já estabelecidas da população residente”(LICKORISH; JENKINS, 2000, p. 107). Essa transformação, enquanto impacto econômico, é sentido quase que imediatamente, esses impactos sociais e culturais levam muito mais tempo para serem sentidos. O lado positivo é que o turismo favorece o contato entre os povos, estimula o intercâmbio cultural e aumenta as ligações entre as nações. Pode também promover regiões mais pobres, valorizar as artes locais, renovar tradições, entre outros aspectos positivos.

O turismo é um fenômeno complexo, que opera com múltiplas formas, devendo ser estudado e entendido sob a ótica das ciências sociais, como a antropologia e a sociologia, em função do estreito contato interpessoal existente nas relações turista-receptor (LICKORISH; JENKINS, 2000).

Intrínsecamente relacionadas ao turismo, as atividades do setor de hospedagem e alimentação são consideradas pilares do turismo, pois se há o deslocamento de pessoas, haverá a necessidade de pernoites e alimentação. Essas atividades compõem o segmento da hospitalidade.

O termo “hospitalidade” surgiu recentemente no Brasil para descrever o conjunto de atividades e empresas do setor de serviços associados a acomodação e alimentação. Nos

¹ Há divergências de alguns autores quanto ao termo que deve ser utilizado, em função das inúmeras variáveis envolvidas. Essa discussão foi apresentada por Beni (2001, p. 34 e 35), que afirma: “Existe uma grande controvérsia na definição econômica precisa do Turismo. Alguns autores tratam-no como indústria e parece ser este qualificativo o de maior uso na literatura comum, não científica. Outros tratam-no como fenômeno econômico e social, setor econômico ou atividade social econômica”.

países de língua inglesa este termo (*hospitality*) já é utilizado há 20 anos e engloba os empreendimentos hoteleiros e extra-hoteleiros (como albergues, *camping*, colônia de férias, etc.); restaurantes, bares, *fast-foods*, e outros estabelecimentos de alimentação. (LASHLEY, 2000). Mesmo nesses países de língua inglesa não há concordância sobre o que constitui “turismo” e “hospitalidade”. Alguns autores consideram “turismo” como um termo mais abrangente, “englobando todos os aspectos do ato de passar um tempo fora de casa e hospitalidade como um aspecto específico desse procedimento, tratando de hospedagem e alimentação dos turistas” (BUTLER; JONES, 2003, p. 310). Há alguns autores que incluem ainda serviços e equipamentos de entretenimento, recreação e jogos (LOCKWOOD; BAKER, 1996).

A hospitalidade pode ser entendida como uma atividade econômica, mas também possui aspectos que podem ser analisados sob a perspectiva da antropologia e sociologia, sendo vista como um intercâmbio entre aquele que dá a acolhida e aquele que recebe, transformando-os mutuamente. Ser “hospitaleiro” é um comportamento esperado daqueles que recebem os visitantes, tanto no âmbito privado, como no domínio comercial, e quando associado ao oferecimento de acomodação e alimentação, promove uma relação de mutualidade e reciprocidade (LASHLEY, 2000).

Nesta interação social, há alguns elementos relevantes como o comportamento afetuoso, aberto e cortês do anfitrião, criando um ambiente social hospitaleiro; o ambiente físico, que promove a segurança e o conforto por meio da estrutura física, design, decoração e localização da instalação e o fornecimento de acomodações para dormir, relaxar e assear, juntamente com o fornecimento de suprimentos de alimentos, bebidas, serviços e entretenimento. Portanto, a hospitalidade tem relação com o fornecimento de conforto e segurança fisiológica e psicológica, dentro de níveis pré-definidos de serviço, dando aos hóspedes a sensação de estar “em casa”, no sentido de sentir-se seguro e confortável. O que diferencia os conceitos “hospitalidade” e “indústria da hospitalidade” é o elemento financeiro, ou seja, os custos da hospitalidade devem ser pagos por quem a recebe, diferentemente do ambiente doméstico, onde não há cobrança (LOCKWOOD; BAKER, 1996).

A abordagem para definir hospitalidade varia de acordo com alguns autores e na visão de Cooper, Sheperd e Westlake (2001, p. 23), há alguns elementos que são característicos:

Hospitalidade é a combinação complexa de benefícios e aspectos tangíveis e intangíveis. Envolve a interação satisfatória entre serviço e prestador, consumidor e hóspede. Oferece ao hóspede: segurança, conforto psicológico e fisiológico, com alimentação, bebida e acomodação. Pode ser lucrativa ou não.

Inserida na indústria da hospitalidade, a hotelaria nacional é composta por dois tipos bem distintos de negócios: a grande maioria² é dominada por pequenos empreendimentos, administrados por empresários que atuam neste mercado há bastante tempo, não possuem formação na área e seus negócios estão sujeitos a pressões e problemas de sazonalidade, alta rotatividade de funcionários e operação com baixa margem de lucros. Também não dispõem de recursos financeiros para acompanhar os avanços tecnológicos e assim, modernizar suas instalações. Esses empregadores desconfiam de qualquer forma de educação ou treinamento e não reconhecem o potencial e benefícios que a contratação de profissionais poderia trazer aos seus negócios (COOPER; SHEPERD; WESTLAKE, 2001, p. 166).

Uma outra situação é a de negócios administrados por redes internacionais de hotéis, que em parceria com construtoras, incorporadoras e investidores, buscam, em áreas com maior demanda, o melhor local para implantar um empreendimento hoteleiro de médio a grande porte. A estrutura organizacional destas empresas, sendo mais complexa, exige uma mão-de-obra mais qualificada. Porém, a superoferta de unidades habitacionais, principalmente em grandes centros, tem provocado uma diminuição na taxa de ocupação desses hotéis, com conseqüente redução de mão-de-obra empregada.

É relevante salientar que inseridos no setor, os *resorts* e *flats* são tipos distintos de meios de hospedagem, que merecem ser destacados. *Flats* são empreendimentos imobiliários providos de serviços hoteleiros, porém juridicamente não são constituídos como empresas hoteleiras. São classificados como imóveis residenciais e são desonerados de diversas taxas; desta forma, a tributação que lhe é devida é menor que na hotelaria. Os apartamentos podem estar nos sistemas de *pool* ou condomínio, ou seja, são vendidos como unidades habitacionais, como na hotelaria, ou alugados, como em condomínios residenciais. Pelos custos menores com os quais operam, criaram uma concorrência desleal com as empresas hoteleiras de fato instituídas. Surgiram nos anos de 1980 e a partir da estabilização da economia brasileira, tiveram um crescimento exarcebado, criando um desajuste entre demanda e oferta, principalmente na cidade de São Paulo.

Os *Resorts* como definem Rosa e Tavares (2002, p. 87) (...) “podem ser definidos como hotéis de lazer, situados fora dos centros urbanos, em locais que tenham alguma forma de atrativo natural, e que sejam autocontidos. A última expressão significa que esses hotéis devem oferecer aos hóspedes serviços diversificados, de modo a estimulá-los a permanecer no

² Segundo levantamento efetuado em 1998, “90% dos estabelecimentos eram administrados de forma direta pelos proprietários e 10%, por operadoras especializadas ou profissionais” (GAZETA MERCANTIL, 1999, p. 74).

hotel a maior parte do tempo”. Por isso são chamados de *resorts* destino, ou seja, são o objetivo da viagem. A implantação deste conceito é recente no Brasil, sendo que a região Nordeste tem concentrado a maioria dos empreendimentos, normalmente pertencentes a grandes cadeias hoteleiras, muitas delas especializadas neste segmento. Calcula-se em torno de 25 os *resorts* destino atualmente em operação no Brasil. (ROSA; TAVARES, 2002).

Um aspecto importante a respeito da indústria hoteleira nacional é que não há informações precisas sobre o número e tipos de meios de hospedagem existentes, pois desde 1983 o IBGE não efetua pesquisas na área. Em 2001, o IBGE retomou o censo, realizando levantamento dos meios de hospedagem do Estado do Rio de Janeiro para conhecer sua estrutura e funcionamento, constatando que são 2.132 os estabelecimentos existentes. Em abrangência nacional, a Embratur tinha registro de apenas 2,9 mil empreendimentos, em 1998, porém havia estimativas de 18 mil estabelecimentos nesta época (GAZETA MERCANTIL, 1999). Em consulta a documento intitulado “Mão-de-obra Empregada nas Atividades Turísticas de 2001”, elaborado pela Embratur e disponível em seu *site* (BRASIL, 2004b), há registro de 19.371 empresas de alojamento no país. O *Guia 4 Rodas*, que se tornou referência na consulta por hotéis, cadastrou mais de 5.400 empreendimentos de todo o território nacional no ano de 2004.

Em 2003 estavam operando no Brasil cerca de 107 redes nacionais e internacionais que disponibilizavam 88.899 unidades habitacionais (UH)³ nas 689 empresas hoteleiras. A maior rede, responsável por 108 empreendimentos e 15.016 UH, ou 16,89% do total, é a francesa Accor (AMAZONAS, 2003).

Em relação à força de trabalho, os dados disponibilizados pela Embratur do ano de 2001, mostram que dos 208.455 funcionários do setor de alojamento, 67% tinha como escolaridade até o ensino fundamental, incluindo os analfabetos e apenas 5% possuía nível superior. A faixa de remuneração média mensal ficou entre 1,01 a 3 salários mínimos (SM) para 77% do pessoal e 2% para a faixa de 7,01 a 10 SM (BRASIL, 2004b).

O Brasil tem recebido vultosos investimentos na construção e reformulação dos meios de hospedagem situados nas mais diversas regiões brasileiras, pois houve um interesse tanto pelo turismo de negócio em grandes centros urbanos e cidades menores que possuíam potencial para os negócios, como nas localidades cujas belezas naturais podiam ser exploradas pelo turismo de lazer.

³ O Regulamento dos Meios de Hospedagem de Turismo, da Embratur, Anexo A, entende como Unidade Habitacional (UH) o espaço, atingível a partir das áreas principais de circulação comuns do estabelecimento, destinado à utilização pelo hóspede, para o seu bem-estar, higiene e repouso.

Face às perspectivas de crescimento do setor e, conseqüentemente, da necessidade de profissionalização dos serviços e mão-de-obra, o sistema de ensino superior brasileiro vislumbrou a excelente oportunidade que se apresentava para oferecer cursos que preparassem os recursos humanos indispensáveis a essa nova situação. Associada a isso, a política do ensino superior em vigor no Brasil, que promoveu a expansão do número de instituições e cursos, resultou numa expansão bastante significativa dos cursos superiores de Turismo e Hotelaria.

Contudo, a expansão do ensino superior brasileiro, de forma geral, não se deu de forma igualitária quando aspectos como cor, raça, condição sócio-econômica e região geográfica forem considerados. Além disso, houve a privatização ou mercantilização do ensino superior, pois 70% das matrículas efetuadas, em 2002, foram feitas nas instituições privadas.

Alguns cursos, pelo fato de necessitarem de menores investimentos para sua implantação, têm sido escolhidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES) para aumentar a oferta de seus “produtos”. Dessa forma, há no país um oferecimento exagerado de cursos superiores em algumas áreas como a de Ciências Sociais Aplicadas, por exemplo, pois cursos como Administração e Direito existem às centenas. Tal oferta exagerada tem conseqüências negativas e podem levar ao comprometimento da qualidade destes cursos, gerando profissionais pouco capacitados e o saturamento da mão-de-obra no mercado de trabalho, provocando a desvalorização do profissional.

Dentro deste contexto, os cursos superiores com formação em Turismo e Hotelaria tiveram crescimento bastante significativo, principalmente nos anos de 1998 a 2004. Os cursos de Hotelaria, em particular, chamam a atenção pela variedade de nomenclaturas que as IES utilizam para sua denominação. Ao consultar o *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) podem ser encontradas trinta diferentes denominações para os cursos de tecnologia e bacharelado, muitos como habilitações de Administração ou Turismo.

O Ministério da Educação (MEC), por meio do Parecer 146/2002, estabeleceu as Diretrizes Curriculares para os cursos de “Hotelaria”, as quais, apesar de permitirem a flexibilização e inovação da proposta curricular, firmam algumas responsabilidades para a instituição, no sentido de preparar o formando para as mudanças que ocorrerão no contexto sócio-econômico, embasado em “uma sólida formação básica e uma formação profissional fundamentada na competência teórico-prática”. O profissional não deve sair “preparado”, mais sim, “adaptável” às novas contingências (BRASIL, 2002).

O mercado de trabalho parece não distinguir as diferenças entre formados de hotelaria ou turismo, tecnólogo ou bacharel, hoteleiro ou administrador com habilitação em hotelaria, pois no processo de contratação o que acaba contando é o currículo que o candidato apresenta. Isso se deve à recente história do ensino superior em hotelaria e ao desconhecimento, por parte dos empresários do setor, sobre quais são as habilidades e competências desenvolvidas pelos estudantes de hotelaria e de que forma seu empreendimento poderá utilizar positivamente esses conhecimentos.

OBJETIVOS

Este estudo teve como objetivo analisar os cursos superiores com formação em Hotelaria oferecidos atualmente no Brasil, considerando o seu histórico e a sua expansão a partir dos anos de 1990. Entre aqueles oferecidos por Instituições Públicas e por Privadas sem Fins Lucrativos, pretendeu-se levantar como foram concebidos e qual estrutura possuem, visando identificar possíveis modelos e levantar as características desses cursos. Também foi objetivo deste trabalho comparar as estruturas curriculares dos cursos de formação em hotelaria nas diferentes modalidades em que se apresentam.

O estudo pretendeu contribuir para a compreensão do ensino de Hotelaria no país, uma vez que a consolidação dos cursos de hotelaria tem se dado muito recentemente, entre os anos de 1998 a 2003, e enquanto área epistemológica ainda é bastante incipiente, carecendo, desta maneira, de pesquisas na área. Desta forma, espera-se que este trabalho sirva de subsídio para outras pesquisas que venham surgir sobre o ensino de Hotelaria e que os seus resultados contribuam para promover a melhoria da qualidade da educação.

Por fim, pretende-se, com este estudo, provocar discussões sobre o ensino de hotelaria para que haja diálogo constante entre a academia e mercado de trabalho, para que, desta relação surjam contribuições para ambas as partes, culminando num ensino voltado também à prática social.

METODOLOGIA

Para realizar o estudo, foi definida como ferramenta de trabalho a pesquisa descritiva, pois segundo Gil (2002) esta “tem como objetivo primordial a descrição de características de determinada população ou fenômenos, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Entendeu-se, portanto, que esta seria a forma mais adequada para levantar as características dos cursos com formação em hotelaria no país. Como procedimento, optou-se por levantamento realizado por meio de questionários.

Os dados sobre o ensino superior foram obtidos nos *sites* do INEP (www.educacaosuperior.inep.gov.br e www.edudatabrasil.inep.gov.br), que disponibilizam informações sobre os cursos e instituições, como carga horária, número de vagas autorizadas, número de matrículas efetuadas por turno, entre outras.

Para se conseguir o número total de cursos superiores em Hotelaria, fez-se necessário digitar a palavra “HOTEL” no preenchimento do campo “BUSCAR CURSO” no *site* www.educacaosuperior.inep.gov.br, pois ao se digitar a palavra **HOTELARIA**, somente os

cursos com essa denominação eram listados, excluindo-se, por exemplo, os de **ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA**, e vice-versa. Nesta lista não houve separação entre os cursos de Tecnologia e Bacharelado, que apareciam em ordem alfabética pelo nome do curso e respectiva instituição, cidade e estado.

Tendo como base a listagem obtida no *site* do INEP, em 11/09/03, com 187 cursos cadastrados, foram escolhidos todos aqueles que tinham formação em hotelaria, seja como habilitações de outras áreas, ou não, e que teriam formado sua primeira turma até o final de 2003, porque se entendeu que essas instituições já teriam concluído todo o processo de implantação do curso, com quadro de docentes e instalações completos. Dessa maneira, para os cursos de Bacharelado foram selecionados os que tiveram início antes de 2000 e os de Tecnologia, antes de 2002. Desta lista também foram excluídos aqueles cursos cujos cadastros informavam que estariam em extinção: no total seis cursos, além de outro que aparecia duas vezes na lista.

Em nova consulta realizada no *site* do INEP em 1º/03/04, foi constatado um crescimento de 7% no número de cursos cadastrados, passando de 187 para 201. Porém, como aumentou o número de cursos que não se enquadravam no critério inicialmente estabelecido, o universo que seria estudado se manteve inalterado.

Nessa primeira fase, no período de out/nov de 2003, após aplicação de pré-testes com dois coordenadores de curso, foram encaminhados, por correio, carta de apresentação, questionário com perguntas semi-estruturadas e do tipo “objetivas” e “dissertativas” (Anexo A) e envelope selado para respostas, a 88 instituições em todo o território nacional, sendo 17 cursos de Tecnologia e 85 de Bacharelado.

Até o mês de fevereiro de 2004, somente 12 instituições haviam respondido e devolvido o questionário. Diante da dificuldade encontrada para obter respostas dos coordenadores, e pela limitação do tempo para a finalização da pesquisa, foi possível analisar os questionários recebidos, estratificando-os por tipo de organização acadêmica, uma vez que os números seriam suficientes para garantir representatividade estatística, considerando a técnica de Martins (2001), com o seguinte cálculo⁴:

$$n = \frac{Z^2 \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot N}{d^2 (N - 1) + Z^2 \cdot \hat{p} \cdot \hat{q}}$$

onde:

⁴ Assume-se para as amostras que esta população representa 95% da população total; um intervalo de confiança de 95,5% (com um valor da abscissa da distribuição normal padrão (Z), de 2) e um erro amostral de 6% (0,006).

n = tamanho da amostra da população
 Z = abscissa de distribuição padrão normal
 \hat{p} = estimativa da proporção
 $\hat{q} = 1 - \hat{p}$
 d = erro amostral
 N = tamanho da população

Assim, considerando-se os questionários recebidos, seria necessário obter ainda mais um de uma instituição pública, como apresentado no quadro a seguir. Porém, apesar dos esforços (telefonemas e envio de e-mails), não foi possível obter o questionário faltante. E embora esse número não atenda ao mínimo necessário, foi feita a análise dos questionários que haviam sido encaminhados pelas outras duas Instituições Públicas.

CATEGORIA ADMINISTRATIVA	TOTAL DE CURSOS APTOS	QUESTIONÁRIOS		
		necessários	RECEBIDOS	FALTANTES
Instituições Privadas (Comunitárias, Confessionais e Filantrópicas)	25	6	6	0
Instituições Públicas (Municipal, Estadual e Federal)	12	3	2	1

Com os questionários em mãos, os dados foram tabulados e analisados. Foi feita sistematização dos dados levantados obtidos nas questões objetivas, apresentando-os graficamente. Para as questões dissertativas, foram realizadas leituras para se organizar as temáticas mais frequentes, tentando dessa forma obter categorias ou tipologias, estabelecendo relação e associação entre as variáveis, seguindo sugestões de Lüdke e André (1986). A partir desse levantamento de dados, estes foram reavaliados de forma a buscar relações e conexões com a discussão sobre a evolução do ensino superior brasileiro em hotelaria.

Também foi realizada análise das grades curriculares de 27 cursos de formação em Hotelaria, disponibilizadas pelas IES na Internet. Classificando os cursos pelas categorias: “HOTELARIA”, “ADMINISTRAÇÃO COM HABILITAÇÃO EM HOTELARIA”, “TURISMO E HOTELARIA”, “TURISMO COM ÊNFASE EM HOTELARIA” E “TECNOLOGIA EM HOTELARIA”, foi realizada a observação, levando-se em conta apenas o título da disciplina, carga horária e semestre ou período no qual era oferecida.

Para estruturar esta dissertação, o texto foi organizado em três capítulos:

O Capítulo 1 apresenta como o ensino superior brasileiro está atualmente organizado e estruturado, a partir da LDB 9.394/96, quando a reforma na educação foi realizada, permitindo flexibilização na configuração das instituições de ensino. Aponta a expansão do

ensino superior, apresentando dados sobre a evolução das IES, matrículas e áreas em que ocorreu maior crescimento.

O Capítulo 2 relata a origem e histórico do ensino superior em Hotelaria no Brasil, que sempre teve correlação com a área de Turismo. São apresentadas as Diretrizes Curriculares, bem como as discussões geradas por causa da expansão dos cursos de Turismo e Hotelaria. As pesquisas e publicações realizadas na área também são abordadas, assim como o perfil dos alunos e áreas de atuação. É apresentado brevemente o ensino de hotelaria no cenário internacional.

Encerrando, o Capítulo 3 apresenta os resultados da pesquisa bibliográfica documental; os dados levantados e analisados dos questionários respondidos pelos coordenadores de cursos das Instituições Públicas e Privadas sem Fins Lucrativos, bem como a leitura feita nas grades curriculares levantadas na Internet.

1 CAPÍTULO I – A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: ESTRUTURA E CARACTERÍSTICA

A educação sempre foi utilizada como “valioso instrumento de um grupo social dominante para o exercício de sua hegemonia, para desempenhar sua função de direção em relação aos demais grupos sociais”, não de forma isolada, mas associada às outras instituições da sociedade civil, como a Igreja e a família, desenvolvendo um importante papel na preparação daqueles que seriam os agentes da supremacia. (SEVERINO, 1986 *apud* MAZZILLI, 1996, p: 33).

O modo como são produzidos e distribuídos os bens de uma sociedade causa tensões e conflitos entre as classes sociais, pois abarca interesses distintos nas esferas econômicas, sociais, políticas e culturais, originando disparidades. “A educação, como instituição socialmente determinada, parte integrante de um projeto de sociedade, reflete o conjunto das contradições que permeiam o contexto social (...)”. (MAZZILLI, 1996, p. 18).

E a universidade, enquanto instituição socialmente constituída e determinada, tem “refletido historicamente o quadro social de sua época e incorporado em suas agendas a temática fornecida pela sociedade onde se encontra inserida”. (BOAVENTURA, 1995). Mesmo quando travestida sob a capa da ‘neutralidade’ científica e acadêmica, a universidade sempre cumpre um papel político na manutenção ou na transformação do projeto global da sociedade, assumindo e desempenhando diferentes papéis de acordo com o momento histórico e a correlação entre as diferentes forças sociais da sociedade na qual se insere. (MAZZILLI, 1996, p.18).

Porém, para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na Conferência Mundial sobre Educação Superior, realizada em 1998, as missões e funções da Educação Superior devem levar ao desenvolvimento cultural e sócio-econômico de indivíduos, comunidades e nações, incorporando dimensões de moralidade e espiritualidade, para reduzir a disparidade existente entre os países pobres e em desenvolvimento e os países desenvolvidos. “O compartilhar do conhecimento, a cooperação internacional e as novas tecnologias podem oferecer oportunidades novas para reduzir esta disparidade” (UNESCO, 2000, p.12).

Para Saviani (2000), considerar a educação como setor fundamental para alavancar o desenvolvimento de nações, sem concebê-la como parte integrante de um processo social global e dependente de uma estrutura política, pode-se afigurar em um problema. O autor afirma:

(...) agarrar-se à educação como a uma espécie de tábua de salvação para os problemas nacionais representaria uma posição ingênua, destituída de criticidade. Isto porque, se por um lado, ela se constitui num possível ponto de rompimento do chamado “círculo vicioso” do subdesenvolvimento, por outro lado, ela própria se apresenta como que encerrada dentro do mesmo “círculo”. Daí, as deficiências do processo educacional, constantemente apontadas, raramente sanadas e freqüentemente agravadas (SAVIANI, 2000, p. 2).

Historicamente, a educação no Brasil sempre foi elitizada e centralizada, excluindo a grande maioria da população. Apesar disso, a economia cresceu de forma considerável, principalmente a partir da segunda metade do século XX, devido a alguns “pólos de excelência” que permitiram importantes avanços tecnológicos. Esses pólos surgiram na década de 1960, quando vultuosos investimentos foram empregados no ensino de pós-graduação, associando o desenvolvimento econômico à formação de lideranças⁵. Nessa época, o sistema educacional superior era composto por cerca de 100 instituições de ensino de pequeno porte, localizadas predominantemente nos centros urbanos (SAMPAIO, 2000), cuja vocação era a transmissão do conhecimento para a elite dominante, mantendo o *status quo* das relações sociais vigentes. A participação do setor privado na oferta de vagas era capitaneada pela iniciativa confessional católica, abarcando 44% das matrículas existentes.

De acordo com Chauí (1980, p. 35), em função da pressão existente para a ampliação do número de vagas no ensino superior “para atender às demandas de ascensão e prestígios sociais de uma classe média que apoiara o golpe de 64 e reclamava sua recompensa”, a universidade é “reformada para erradicar a possibilidade de contestação interna e externa”, ampliando o acesso da classe média ao ensino superior. Assim, o setor privado percebe um crescimento importante no número de matrículas realizadas no intervalo de tempo entre 1965 e 1980, quando há um crescimento de mais de 600% no número de estudantes do ensino superior, sendo que as instituições privadas foram responsáveis por atender 63% do alunado no final deste período (SAMPAIO, 2000).

As várias mobilizações da sociedade civil, tendo em vista o caráter democrático da política e o chamado ‘resgate da dívida social’, trouxeram à cena uma nova correlação entre Estado e sociedade. O tema da cidadania passa a ocupar o cenário dos anos 80 culminando na nova ordem jurídica trazida pela Constituição de 1988. (CURY, 1997, p. 57).

O texto Constitucional de 1988, no seu art. 207, consagra os princípios de autonomia e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para as universidades, quando afirma que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão

⁵ O sistema de pós-graduação teve sua sustentação legal na Lei 5.540/68 - Lei da Reforma Universitária.

financeira, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Esse artigo foi incluído na Constituição Brasileira de 1988, graças à intervenção de grupos organizados que acreditavam que a universidade deveria estar comprometida com um projeto social e desta forma a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão poderia levar a uma instituição moderna. Foi através do “Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública” que esse princípio foi construído. (MAZZILLI, 1996).

Historicamente, o papel primordial da universidade, enquanto instituição social, é a (sic) de gerar e difundir o saber. O saber, no entanto, é histórico, é referente à sociedade que se deseja construir. Ou seja: produção e a socialização do saber é um dos meios de construção de um projeto histórico de sociedade. Esta é uma das questões que se encontra na raiz da crise da universidade brasileira hoje e o fator gerador dos conflitos decorrentes das diferentes expectativas com relação ao papel a ser desempenhado pela universidade, na construção e consolidação do projeto social global. (MAZZILLI, 1996, p. 47)

Esse paradigma de universidade brasileira teve influência de vários movimentos, incorporando diretrizes do modelo inglês, alemão, francês e o de Córdoba. Do modelo inglês foi incorporada a pesquisa realizada pelo próprio aluno, com orientação do professor, como forma de construção do próprio conhecimento, partindo-se do “princípio que à universidade compete a conservação e transmissão do saber acumulado pela humanidade e tem como premissas a neutralidade da ciência e a dissociação entre ensino e pesquisa, tidas como atividades incompatíveis entre si” (MAZZILLI, 1996, p.54). Do francês procede a idéia de ser a universidade responsável pela formação de profissionais que atendam às necessidades da sociedade; do alemão, o papel de pesquisador deve ser estimulado, daí a associação entre ensino e pesquisa e, do movimento de Córdoba⁶, foi incorporada a idéia de extensão universitária como instrumento de divulgação dos conhecimentos da universidade à população excluída pela universidade. (MAZZILLI, 1996).

Contudo, o conceito da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, mesmo incorporado à Constituição Brasileira, às Leis de Diretrizes e Bases da Educação e até mesmo aos estatutos das universidades, geralmente não se efetiva na prática acadêmica, pois alega-se que não há “condições internas de produzir conhecimentos e realizar extensão e a própria compreensão do verdadeiro significado da extensão” (MIRANDA, 1988, *apud* MAZZILLI,

⁶ “Trata-se do movimento ocorrido na Universidade de Córdoba, na Argentina, em 1918, que marcou profundamente todo o sistema universitário da América Latina, constituindo-se no embrião de um novo paradigma de universidade, num momento em que acontecimentos políticos como a deflagração da I Grande Guerra, a Revolução Russa e a Revolução Mexicana contribuíram para acentuar o sentimento nacional e o desejo de romper com o passado europeu que marcou decisivamente o caráter das elites da América Latina e a nossa estrutura socioeconômica e política”. (MAZZILLI, 1996, p. 58).

1996a, p. 6). Dessa forma, o papel social que a universidade deveria desempenhar dá lugar ao adestramento de mão-de-obra para o mercado, fornecendo força de trabalho e favorecendo a massificação do ensino universitário. (CHAUI, 1980).

O Presidente da República em exercício no ano de 1995 - Fernando Henrique Cardoso (FHC) - afirmava⁷ que nas últimas décadas, o Governo, ao estabelecer como prioridade de ações sua participação no setor produtivo, teria deixado de exercer suas funções básicas, levando à gradual deterioração dos serviços públicos – incluindo-se a educação – entre outros problemas, que promoveram graves desequilíbrios à nação (SILVA JR; SGUISSARDI, 1999).

Nos anos de 1980 ficou evidenciado este desequilíbrio, “com descontrole fiscal, redução nas taxas de crescimento econômico, aumento de desemprego e elevados índices de inflação”, que culminaram, na década seguinte, no Governo de FHC, em reformas necessárias para “consolidar-se a estabilização, assegurar-se o crescimento da economia e promover-se a correção das desigualdades sociais e regionais”, segundo a interpretação do citado governante (SILVA JR; SGUISSARDI, 1999, p. 37).

No período de 1980 a 1994 há uma redução do ritmo de crescimento das matrículas, tanto no setor público como no privado (entre 1986 e 1993, o sistema de ensino superior manteve estável o número de matrículas em torno de 1,5 milhão de alunos), em razão da retenção dos concluintes do ensino médio, levando o setor privado a desenvolver estratégias para combater a estagnação da demanda, criando estabelecimentos no interior dos estados e/ou diminuindo o número de instituições isoladas. Com isso, ampliou-se o número de universidades (que de 20 em 1980, passaram a 76 universidades privadas em 1996), a maioria comandada por iniciativa laica de perfil empresarial. De acordo com Sampaio (2000), essas instituições compreenderam que uma oferta mais diversificada de cursos, com novas instalações físicas, possuía vantagens competitivas na disputa pela absorção da clientela potencial, que buscava o acesso ao ensino superior.

O governo de Fernando Henrique Cardoso, que cumpriu dois mandatos – de 1995 a 2002 – mantendo a linha neoliberal do governo anterior e articulado com as diretrizes estabelecidas pelos organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)/Banco Mundial, implantou reformas na estrutura do Estado.

⁷ Em novembro de 1995, o então Presidente da República e a Câmara da Reforma do Estado aprovaram o Plano Diretor da Reforma do Estado, elaborado pelo MARE (Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado), que continha os objetivos e as diretrizes para a reforma da administração pública brasileira (SILVA JR; SGUISSARDI, 1999, p. 37).

Nos últimos 20 anos, o BIRD tem exercido de modo exemplar este papel [como principal agente do movimento de reformas] por meio de estratégia bastante eficiente: produz o discurso da busca da produtividade e da equidade social, baseando-se em ajustes político-econômicos orientados por diretrizes conhecidas como neoliberais, tratando os países subdesenvolvidos de forma homogênea, ou seja, desconhecendo muitas das históricas diferenças entre essas nações. Impõe-se-lhes, portanto, determinados valores e entendimento da realidade, como orientação de seus projetos políticos nacionais, conforme a racionalidade da nova ordem mundial, conforme os valores do novo *contrato social*. Interessa a continuidade do modo de produção capitalista, a superação da crise decorrente de suas próprias contradições internas, daí as imprescindíveis reformas estruturais, mas que a um só tempo, buscam mostrar um mesmo diagnóstico da crise, para que os mesmos encaminhamentos de solução sejam implementados (SILVA JR; SGUISSARDI, 1999, p.264-265).

Os organismos multilaterais sugeriram que países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, adotassem medidas para buscar, entre outros, o equilíbrio orçamentário, a desregulamentação dos mercados domésticos e a privatização de empresas e serviços públicos, incluindo aí os serviços educacionais. No contexto da globalização ou mundialização, essas mudanças ou adaptações foram apresentadas para as chamadas economias emergentes, como um processo benéfico e necessário. Porém, como afirmam Catani; Oliveira e Dourado (2001, p. 78),

(...) Trata-se, todavia, de questão que comporta uma forte dimensão ideológica, já que se adaptar tem significado liberalizar e desregulamentar a economia, conformar-se às estratégias das multinacionais e às imposições dos mercados financeiros. No tocante a reformulação curricular, isso poderá significar um processo de aligeiramento da formação visando à expansão e massificação da educação superior no país.

Para o Banco Mundial, o Estado deve reduzir seu papel de prestador de serviços, mantendo a função de regulador, provedor e promotor desses serviços (SILVA JR; SGUISSARDI, 1999, p. 40). A educação básica deve ser considerada prioridade nos países em desenvolvimento, e o ensino superior, pago e de “livre escolha da clientela”, assim como deve ser considerado um serviço análogo aos serviços comerciais, mercadoria ou semi-mercadoria. Não seria por outras razões que os serviços de educação superior constam, desde 1994, na agenda da Organização Mundial do Comércio (OMC), para fins de regulamentação.

Partindo dessas premissas, começaram a ser criadas, então, condições para permitir o acesso da população ao sistema educacional, de tal forma que houve uma grande expansão no número de alunos atendidos no ensino fundamental e médio. Esse contingente, associado a uma clientela de adultos que tentavam obter um título acadêmico para melhorar suas chances profissionais, forçaram a ampliação da oferta de vagas para o nível superior. Entretanto, os governos federal e estadual não tinham capacidade de aumentar os investimentos na

ampliação de suas instituições de ensino superior, principalmente daquelas que realizavam atividades de pesquisa, cujo modelo universitário era “excessivamente unificado, caro e insustentável no médio prazo pelo poder público, em tempos de crise do Estado” (SILVA JR.; SGUISSARDI, 1999, p. 47).

(...) Algumas instituições públicas que concentram determinados cursos tradicionais (direito, medicina, engenharia, arquitetura, odontologia, etc.) acolhem um público de considerável capital social e/ou escolar e têm demonstrado sérias dificuldades para expandir suas matrículas, porque se o fizessem teriam de incorporar outro tipo de público, destituídos de distinção social (MARTINS, 2000).

As políticas do governo federal de Fernando Henrique Cardoso permitiram que fosse materializada a reforma no ensino superior brasileiro, via regulamentação e promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n°. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Esta normatização, porém, não continha todas as diretrizes da educação nacional, fazendo-se necessárias complementações por meio de decretos presidenciais e portarias ministeriais para clareza e definição de seus artigos.

A LDB, sendo generalista e flexível no seu capítulo *Da Educação Superior*, permitiu que novas configurações no ensino superior brasileiro fossem implementadas, como resposta a necessidades históricas e/ou ideológicas. Passou-se a reorganizar o ensino superior, enquanto espaço social, segundo a lógica do mercado, pois ao se redefinir os conceitos de público e privado, admitiu-se uma ampla distinção entre as instituições. A principal alteração se deu entre as universidades de pesquisa e “universidades de ensino⁸” (SILVA JR.; SGUISSARDI, 1999). Essas últimas não necessitam despender recursos para promover a associação ensino-pesquisa-extensão, gozando de certa autonomia, como os centros universitários, que não precisam de autorização para a criação de novos cursos de graduação, conforme é apresentado no Decreto n. 2.306 de 19/08/1997.

Essa flexibilização na natureza das IES “tenderia a responder prioritariamente às demandas do mercado, assemelhando-se, assim, a qualquer empresa capitalista, com prejuízos evidentes para as atividades específicas de uma instituição de ensino superior” (SILVA JR.; SGUISSARDI, 1999, p. 80). Para superar a ausência de qualidade e equidade que essa nova ordem poderia provocar, a LDB regulariza, no seu artigo 46, o processo de avaliação. Porém,

⁸ Para os autores, as universidades de ensino “serão todas as formas de organização universitária ou de educação superior não autorizadas a funcionar como universidades”, sendo conveniente essa organização para aquelas instituições que não tiverem condições de ter em seus quadros 1/3 de docentes em regime de tempo integral e titulados (mestres ou doutores) e desenvolver pesquisas. Ainda de acordo com os autores isso levaria a uma possível diminuição do número de universidades (embasadas no ensino-pesquisa-extensão). (SILVA JR.; SGUISSARDI, 1999, p. 57).

cabe ressaltar que não se têm notícias de que alguma instituição tenha sido descredenciada ou cursos desativados, em cumprimento ao parágrafo primeiro do citado artigo.

Dessa forma, a educação superior no Brasil tem tido nos últimos anos uma expansão acelerada e sem precedentes na sua história. Essa expansão é vista pela crítica como desordenada e plena de distorções, em se tratando de políticas públicas de educação, entre outras razões, porque o crescimento se verifica em especial no setor privado e, mais especificamente, no setor privado *stricto sensu*. Aqueles que a defendem das críticas utilizam o argumento de que a expansão da educação superior apenas acompanha ou reflete o crescimento no número de matrículas e conclusões do ensino médio, resultado das políticas do governo de FHC, que, seguindo orientação do Banco Mundial, priorizou os investimentos nos níveis fundamental e médio, não havendo recursos para expansão do setor público da educação superior, o que justificaria o recrudescimento da privatização nesse nível de ensino como única forma de atendimento à demanda reprimida.

Se, por um lado, esse novo sistema permitiu um maior acesso da população às oportunidades mais avançadas, “introduziu paulatinamente, novos mecanismos de discriminação e de distinção social, especialmente aqueles ligados ao recorte público/privado, universidade/instituição isolada, ensino de elite/ensino de massa, cursos dominados por camadas privilegiadas socialmente/cursos que absorvem um público socialmente heterogêneo, graduação/pós-graduação, etc” (MARTINS, 2000).

A massificação do ensino ou democratização do setor ocorre sem que haja equidade, não podendo ser considerado um modelo inclusivo. Ao contrário, tem-se uma população jovem (faixa etária de 18 a 24 anos) sendo atendida em aproximadamente 10%. Com relação a esse atendimento, ocorre um grande desnível socioeconômico e regional: a população branca, com índices mais elevados de renda, nas áreas metropolitanas, principalmente nas regiões Sudeste e Sul, desfruta de maiores e melhores condições de ensino. Além disso, somente 15% do alunado teria chance de graduar-se em instituições que associam atividades de ensino e pesquisa, em função do pequeno número de universidades brasileiras que desenvolvem pesquisas nos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

(...) se quer registrar, no entanto, que parece ter faltado a formulação de um plano mais geral e integrado para contemplar um conjunto de medidas estratégicas voltadas para o sistema como, por exemplo, iniciativas de redução das desigualdades regionais existentes no ensino superior, ações para uma ampla política de qualificação dos docentes que atuam no ensino de terceiro grau, política clara e explícita para o fortalecimento das universidades federais, iniciativas voltadas para melhorar o ensino privado, maior impacto da pós-graduação no processo de aperfeiçoamento dos cursos de graduação, etc (MARTINS, 2000).

A expansão do ensino privado está concentrada prioritariamente nas instituições privadas em sentido estrito, característica esta diferente do que ocorria no passado, quando as instituições eram majoritariamente confessionais ou comunitárias.

De acordo com reportagem divulgada em outubro de 2003 (CONSTANTINO, 2003), nos últimos cinco anos foram criados quatro novos cursos por dia no Brasil, dos quais três, ou 75%, eram oferecidos por instituições privadas. Somente nos dois últimos meses do governo de Fernando Henrique Cardoso, 635 novos cursos teriam sido autorizados e até o mês de setembro de 2003, no atual governo do Presidente Luis Ignácio Lula da Silva, 186 novos cursos teriam sido autorizados. Em outra reportagem (JORNAL O GLOBO, 2003), afirmava-se que 202 autorizações teriam sido efetuadas pelo Governo de Luis Ignácio Lula da Silva no mesmo período. Apesar de haver discrepância nos números, ambas as reportagens destacavam o fato da acelerada privatização do ensino superior brasileiro.

Esse destaque para o ensino superior brasileiro pelos meios de comunicação, cujo espaço nos jornais aumentou 35% em dois anos (CASTRO, 2004), tem despertado o interesse de grande parte da sociedade civil, que acompanha questões como a expansão e qualidade do ensino superior, o sistema de cotas para estudantes negros, o sistema de avaliação dos cursos, com ênfase para o “Provão”⁹ que criou um *ranking* de cursos e tem influenciado a opinião pública. Mais recentemente, outro assunto que tem merecido destaque foi a mudança ministerial com a posse do Ministro Tarso Genro na Educação, em janeiro de 2004, que sugeriu alterações no sistema de avaliação das instituições de ensino superior.

Até que novas mudanças sejam implementadas na política de avaliação das instituições ou outras, o que tem sido feito a partir do Governo FHC, até o presente momento, tem demonstrado que não há indicativos de que haverá avanços significativos da educação pública e da inclusão social, de acordo com a visão de Silva Jr e Sguissardi:

(...) resta finalmente concluir afirmando a hipótese de que as novas faces da educação superior no Brasil não parecem estar fadadas a garantir um avanço significativo da educação pública e da inclusão social, ao contrário, tenderiam a aprofundar a apartação social entre a minoria incluída e a maioria dos cada vez mais excluídos da sociedade da informação ou do conhecimento (1999, p. 272).

O processo de privatização do ensino superior brasileiro pode ser constatado a partir dos dados apresentados na Tabela 1, que demonstra a evolução do número de IES por natureza e dependência administrativa no período de 1993 e 2002.

⁹ O Exame Nacional de Cursos ficou vulgarmente conhecido como *Provão*.

No período de 1993 a 2002 houve um aumento de 87% no número total de instituições de ensino superior, sendo que as instituições privadas obtiveram um crescimento de 121% [de 652 para 1.442], enquanto que as públicas tiveram um decréscimo de 12% [de 221 para 195]. Os casos que mais se destacam são os Estabelecimentos Isolados, pois enquanto no setor privado houve uma expansão de 130%, no público estadual e municipal houve um decréscimo de 40%.

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INSTITUIÇÕES POR NATUREZA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 1993-2002

ANO	TOTAL GERAL	UNIVERSIDADE					CENTROS UNIVERS. E FAC. INTEGRADAS				ESTABELECIM. ISOLADOS					
		TOT.	FED.	EST.	MUN.	PRIV.	TOT.	FED.	MUN.	PRIV.	TOT.	FED.	EST.	MUN.	PRIV.	
1993	873	114	37	20	4	53	88	-	3	85	671	20	57	80	514	
1994	851	127	39	25	4	59	87	-	3	84	637	18	48	81	490	
1995	894	135	39	27	6	63	111	5	5	101	648	18	44	66	520	
1996	922	136	39	27	6	64	143	4	7	132	643	18	43	67	515	
1997	900	150	39	30	8	73	91	-	1	90	659	17	44	72	526	
1998	973	153	39	30	8	76	93	-	-	93	727	18	44	70	595	
1999	1.097	155	39	30	3	83	113	-	2	111	829	21	42	55	711	
2000	1.180	156	39	30	2	85	140	-	3	137	884	22	31	49	782	
2001	1.391	156	39	30	2	85	165	1	3	161	1.070	27	33	48	962	
2002	1.637	162	43	31	4	84	182	1	5	176	1.293	29	34	48	1.182	
Var.	87%	42%	16%	55%	-	58%	107%			66%	107%	92%	45%	(40%)	(40%)	130%

Fonte: INEP, Sinopses Estatísticas da Educação Superior - 1993 a 2002 e Evolução da Educação Superior 1980-1998.

A Figura 1 apresenta a evolução das universidades no período de 1993 a 2002, mostrando a discrepância existente entre os diferentes tipos de natureza jurídica.

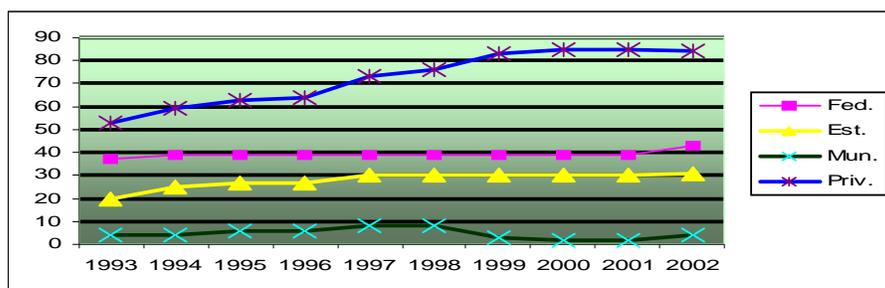


FIGURA 1 – EVOLUÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS – 1993-2002

Considerando o período posterior à regulamentação dos centros universitários a partir do Decreto n. 2.306 de 19/08/1997, o aumento de universidades foi menor que 10%. Enquanto havia 84 universidades privadas, em 2002, 74 eram os centros universitários privados existentes. Essa evolução era um tanto previsível, em função das condições mais

convenientes para se implantar esse tipo de instituição, uma vez que esta não necessita obedecer algumas exigências estabelecidas pela nova LDB, como a composição do corpo docente com 1/3 de professores em regime de tempo de dedicação integral e titulação de mestre ou doutor, e o desenvolvimento de atividades de pesquisa.

Essa expansão do número de instituições privadas, particularmente daquelas com finalidade lucrativa, as tem colocado numa disputa acirrada com os “seus concorrentes” na briga pela conquista de novos “clientes”, elevando consideravelmente suas despesas com publicidade, apesar do aumento da inadimplência. Numa pesquisa feita em final de 2003 pelo ex-Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, instituições de ensino superior da região metropolitana de São Paulo gastaram, em média, 3,2% de suas receitas com propaganda em 2002, com uma previsão para utilizar 4,6%, em 2004 (FOLHA DE S.PAULO, 2003).

(...) a natureza privada dessas IES, neste contexto da mercantilização da educação superior, põe em movimento uma acirrada concorrência interinstitucional, que faz os gestores dessas instituições flexibilizarem ao máximo suas ações administrativas para que não sucumbam nos duros embates do mercado, outra de suas faces perversas e preocupantes com que cada dia mais se defronta esse setor educacional (SILVA JR.; SGUISSARDI, 1999, p. 271).

Os dados apresentados na Tabela 2 demonstram o aumento no número total de matrículas efetuadas no período de 1993 a 2002, que se elevou em 118%. Nas instituições privadas, o aumento foi de 158% e no setor público, 61%. A partir da promulgação da Constituição Federal em 1988 e da Paulista, em 1989, as instituições de ensino estaduais de São Paulo passaram a ser obrigadas a ampliar em um terço o número de suas vagas para o período noturno, o que contribuiu com o aumento de matrículas nessas instituições. Além disso, nos anos de 1987 a 1994, como ato de legitimidade política dos governos Quéricia e Fleury, houve a estadualização de quatro instituições privadas e em 1994, havia 64 pedidos de estadualização de escolas superiores junto ao Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (CATANI, OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1997).

Há que se destacar que, pelos dados apresentados na Tabela 2, as universidades, centros universitários e faculdades integradas privados tiveram aumento de mais de 190%, e os estabelecimentos isolados, estaduais e municipais, tiveram decréscimo no número de matrículas de 29% e 8%, respectivamente.

TABELA 2 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS, POR TIPO E POR NATUREZA JURÍDICA DAS INSTITUIÇÕES - 1993-2002

ANO	TOTAL GERAL	UNIVERSIDADE					CENTROS UNIVERSITÁRIOS E FAC. INTEGRADAS				ESTABELECIMENTOS ISOLADOS			
		TOT.	FED.	EST.	MUN.	PRIV.	TOT.	FED.	MUN.	PRIV.	TOT.	FED.	EST.	MUN.
1993	1.594.668	940.921	328.907	167.674	28.623	415.717	210.117	-	10.362	199.755	443.630	15.480	48.861	53.609
1994	1.661.034	1.034.726	349.790	190.271	31.547	463.118	203.471	-	10.344	193.127	422.837	13.753	41.665	53.080
1995	1.759.703	1.127.932	353.235	201.974	43.370	529.353	193.814	1.161	4.168	188.485	437.957	14.296	36.080	46.256
1996	1.868.529	1.209.400	373.880	204.819	47.432	583.269	245.029	1.592	7.089	236.348	414.100	15.107	36.690	48.818
1997	1.945.615	1.326.459	380.980	226.149	59.292	660.038	192.667	-	1.078	191.589	426.489	14.853	27.529	49.301
1998	2.125.958	1.467.888	392.873	239.908	67.758	767.349	216.137	-	-	216.137	441.933	15.767	35.026	53.397
1999	2.369.945	1.619.734	421.353	264.938	38.891	894.552	277.588	-	3.652	273.936	455.123	21.009	37.442	44.537
2000	2.694.245	1.806.989	459.011	299.033	22.122	1.026.823	389.120	-	9.621	379.499	498.136	23.739	33.071	40.429
2001	3.030.754	1.956.542	471.989	322.013	22.911	1.139.629	504.435	1.012	9.885	493.538	569.777	29.959	35.002	46.454
2002	3.479.913	2.150.659	500.459	380.957	34.486	1.234.757	610.022	1.061	20.764	588.197	719.232	30.114	34.612	49.202
Var.	118%	128%	52%	127%	20%	197%	190%	-	100%	194%	62%	94%	(29%)	(8%)

Fonte: INEP, Sinopses Estatísticas da Educação Superior - 1993 a 2002.

A Tabela 3 apresenta as vagas oferecidas pelas instituições no ano de 2002, demonstrando novamente que as instituições privadas são as que mais disponibilizaram vagas. Do total de vagas oferecidas no ensino superior, mais de 83% estavam concentradas nas instituições privadas, sendo que desse montante, 41% eram oferecidas pelas universidades. Do total de vagas ofertadas, 68% foram preenchidas. As instituições que tiveram o maior índice de preenchimento foram as universidades, com 74%, sendo que as públicas alcançaram 96%.

A ociosidade de vagas somada ao alto índice de inadimplência, além do aumento da concorrência existente entre os estabelecimentos de ensino superior, tem se tornado um problema, exclusivamente para as instituições privadas, comprometendo seu orçamento e gerando graves crises financeiras.

TABELA 3 - NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS PELAS IES EM CURSOS PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO - 2002

	TOTAL	UNIVERSIDADES	CENTROS UNIVERSITÁRIOS	FAC INTEGRADAS	FACULDADES, ESCOLAS E INSTITUTOS	CENTROS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
Vagas totais oferecidas	1.773.087	851.764	271.564	103.223	515.938	30.598
N. de alunos ingressantes	1.205.140	628.947	168.200	60.536	326.571	20.886
Vagas oferecidas IES privadas	1.477.733	604.689	266.104	114.450	489.776	17.761
Vagas oferecidas IES públicas	295.354	247.075	5.460	3.879	26.162	12.837

Fonte: INEP, Sinopses Estatísticas da Educação Superior - 2002

A Tabela 4 apresenta o total de vagas oferecidas no Estado de São Paulo e no Distrito Federal, demonstrando o índice de privatização das instituições de ensino superior dessas unidades da Federação – bem maior do que a média nacional (de aproximadamente 83%), com predominância no ensino particular em sentido estrito.

TABELA 4 - NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS PELOS CURSOS PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO E DISTRITO FEDERAL – 2002

UNID DA FEDERAÇÃO	IES PÚBLICAS		IES PRIVADAS		TOTAL	PRIVADAS C/FINS LUCR.		PRIVADAS S/FINS LUCR.	
São Paulo	43.094	8%	512.058	92%	555.152	382.262	69%	129.796	23%
Distrito Federal	4.038	8%	48.211	92%	52.249	41.661	79%	6.550	12%

Fonte: INEP

Ao analisar a distribuição do número de matrículas efetuadas nos cursos de graduação presenciais e instituições por região, apresentada nas Figura 2 e Figura 3 percebe-se a desigualdade existente, havendo uma maior concentração nas regiões mais desenvolvidas, como Sudeste e Sul.

A região Sudeste concentrava, em 2002, o maior número de instituições de ensino e matrículas efetuadas, com 51% e 50%, respectivamente, para uma concentração da população da ordem de 43%. A região Nordeste, com 16% de matrículas e instituições, concentrava uma população de 29%. A região Sul apresentava 19% de matrículas e 16% de IES, e a região Centro-Oeste 12% de instituições e 9% de matrículas. A região Norte concentrava o menor índice, com 5% de instituições e matrículas. Em relação à dependência administrativa, as regiões Norte e Nordeste concentravam o maior número de matrículas efetuadas em instituições públicas, enquanto no restante do país, a predominância foi das instituições privadas.

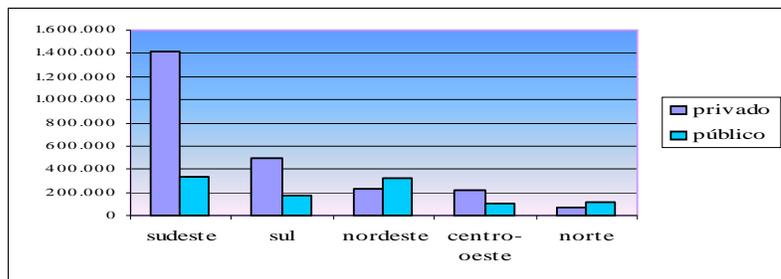


FIGURA 2 – MATRÍCULAS EFETUADAS EM CURSOS PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO, POR REGIÃO – 2002

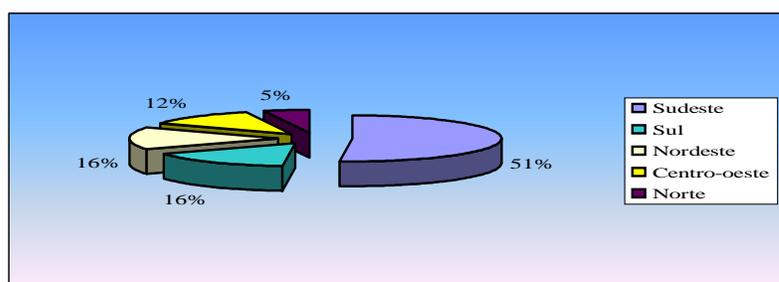


FIGURA 3 - INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR POR REGIÃO – 2002

O INEP (2004a) divulgou que, em 2002, 45% dos alunos de graduação do país estavam matriculados em cursos de graduação da educação superior em apenas vinte municípios (doze capitais de estado). Destaque para a cidade de São Paulo, que concentrava 10,8%, seguida do Rio de Janeiro, com 6,8% das matrículas. Estas cidades também lideravam o número de cursos oferecidos e formandos:

- São Paulo: 1.069 cursos e 61.283 formandos (destes formandos, 10.502, ou 17%, são da área de Administração e 8.304 (13,5%) de Direito)
- Rio de Janeiro: 665 cursos e 26.444 formandos

São Paulo também liderava o número de instituições, com 123 estabelecimentos, enquanto Brasília e Rio de Janeiro totalizavam 65 e 63, respectivamente.

A Figura 4 apresenta a evolução do número de matrículas efetuadas no período noturno. Do total de matrículas efetuadas, as do noturno representavam em 2002, 57,5%, aumento de três pontos percentuais nos últimos dez anos.

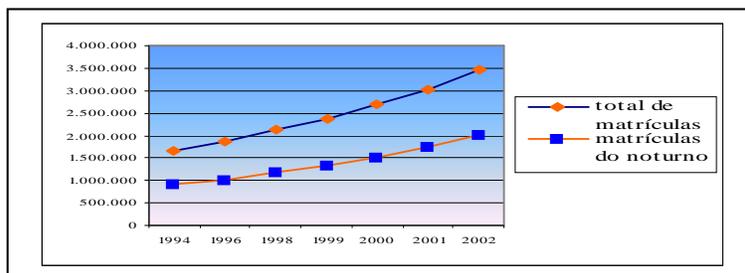


FIGURA 4 - EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE MATRÍCULAS EM CURSOS PRESENCIAIS DE GRADUAÇÃO NO PERÍODO NOTURNO – 1994-2002

Os concluintes do ano de 2002 perfizeram um total de 466.260, sendo 41,5% concluintes do turno diurno e 58,5% concluintes do turno noturno; 172.951 (37%) eram homens e 293.309 (63%) mulheres.

Havia uma crença, defendida por analistas, que a clientela formada pela escola pública e gratuita era de estudantes provenientes de classe econômica mais alta, enquanto que as escolas privadas e pagas tinham clientela formada por estudantes de menor renda. Os resultados do Provão, no entanto, mostram que essa hipótese é falsa, pois revelam que a média de renda nas escolas públicas é menor que nas privadas. (SILVA JR.; SGUISSARDI, 1999, p. 52). É para os autores, o que realmente ocorre é uma fragmentação em outras instâncias:

A clivagem socioeconômica ocorre muito mais entre as carreiras de maior e menor prestígio social, e, se as de maior prestígio estão via de regra vinculadas às IES públicas, isto se deve a que em geral demandam maiores recursos, fora do alcance ou do interesse das IES privadas (SILVA JR.; SGUISSARDI, 1999, p. 52).

Dados de 2002 da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontavam para 4.133.327 os estudantes universitários, incluindo os de pós-graduação. Destes, 1.750.770 eram do sexo masculino (42%) e 2.382.557 do sexo feminino (58%), demonstrando assim a tendência que já vinha ocorrendo nos últimos anos, do contingente feminino ter buscado maior nível de escolaridade. Desse total, 1.776.177 dos estudantes pertencia a faixa etária dos 20 a 24 anos e 1.078.768 estavam na faixa acima dos 30 anos. A Figura 5 apresenta os estudantes de nível superior (incluindo os de pós-graduação) por faixa etária no país.

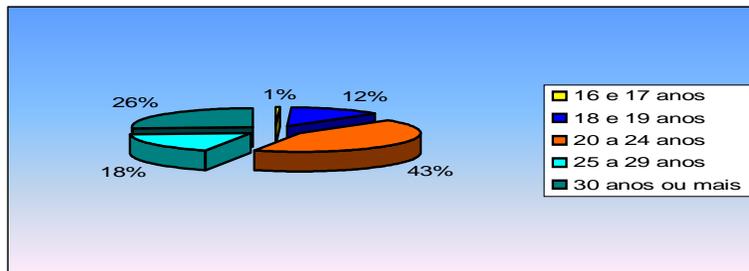


FIGURA 5 - NÚMERO DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR, POR FAIXA ETÁRIA – 2002

Se somados os números de estudantes das faixas etárias de 18 a 24 anos, obtém-se o total de 2.291.744 de jovens que estavam matriculados no ensino superior no ano de 2002. De uma população total de 23.098.462 nesta faixa etária, a educação superior somente atendeu 10%.

1.1 PERFIL DOCENTE

Em relação ao número de docentes em exercício e afastados, em 2002, havia 242.475¹⁰ cadastrados nas instituições do país, com as seguintes titulações e gêneros:

- 14% de graduados
- 30% de especialistas
- 35% de mestres
- 21% de doutores
- 57% docentes do sexo masculino
- 43% docentes do sexo feminino

Vale comentar que, deste total, 167 docentes, ou menos de 0,1%, não possuíam graduação. Apesar do Estado de São Paulo apresentar altos índices de mestres e doutores, também concentrava o maior número de docentes sem graduação, com 86 profissionais (36 nas IES públicas e 50 nas privadas)¹¹.

¹⁰ O mesmo professor pode desenvolver funções docentes em uma ou mais instituições.

¹¹ O INEP não informa se esses docentes exerciam suas funções com o título de “Notório Saber” - profissionais que exercem a docência pelo seu histórico profissional, cujo trabalho é reconhecidamente importante na área em que atuam.

O número de docentes, em 2002, que possuíam somente a graduação aumentou em 4% e os especialistas em 19%. Em relação aos titulados, houve um aumento bastante expressivo dos mestres, em 70% e de doutores, em 58%. Esse aumento pode ter sido motivado pelo Artigo 52 da LDB 9.394/96, que estabeleceu que as Universidades deveriam ter, no mínimo, um terço do corpo docente titulado (mestres ou doutores).

Em relação ao gênero, houve um acréscimo de 27% no número de docentes masculinos e 37% no número de docentes do sexo feminino. Porém, os professores do sexo masculino, apesar de terem diminuído sua participação no total, ainda predominavam com 57% (em 1999 eles representavam 62%).

Considerando os docentes titulados em *stricto sensu*, no ano de 1998 as IES públicas mantinham o maior número, com 48.617 mestres e doutores; 74% a mais de docentes titulados em relação às escolas privadas, que possuíam 27.938. Em 2002, esse quadro se inverteu, pois as privadas passaram a ter no seu quadro funcional a maioria dos docentes titulados, com 71.579, contra 55.112 na pública, significando uma diferença de 30% a mais de mestres e doutores nas instituições privadas. O fato que pode ter contribuído para o aumento do número de docentes titulados nas instituições privadas foi a migração de profissionais das IES públicas, após sua aposentadoria, principalmente para aquelas instituições que têm uma forte política salarial e a adequação das universidades privadas em relação ao número mínimo de titulados estabelecido no Art. 52 da LDB 9.394/96, anteriormente citado. A Tabela 5 apresenta os números e a Figura 6 ilustra as diferenças entre os titulados das instituições públicas e privadas.

Dentre as instituições, as universidades concentravam, em 2002, o maior número de docentes com titulação, sendo que 58% dos mestres e 83% dos doutores que lecionavam no país, trabalhavam neste tipo de instituição.

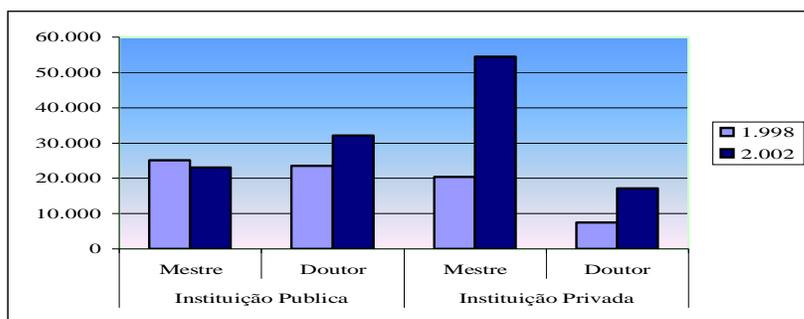
Nessa nova configuração do ensino superior brasileiro, a classe docente sofrerá impactos significativos, pois,

(...) o movimento docente, importante crítico das políticas oficiais e responsável, entre outros atores, pelo esforço da democratização da educação superior, assim como pela busca da excelência da produção da educação superior brasileira, tenderá a ser substantivamente enfraquecido em decorrência da diferenciação institucional propiciada por diferentes estruturas, formas de organização e gestão das instituições, carreira acadêmica e níveis salariais, que marcariam o conjunto das IES brasileiras (SILVA JR; SGUISSARDI, 1999, p. 268).

TABELA 5 – COMPARATIVO DE DOCENTES COM TITULAÇÃO NOS ANOS DE 1998 E 2002

TITULAÇÃO	INSTITUIÇÃO	1998	2002	AUMENTO/ DECRÉSCIMO
Mestre	Pública	25.073	23.014	(8)%
	Privada	20.409	54.390	166%
Doutor	Pública	23.544	32.098	36%
	Privada	7.529	17.189	128%
Mestre/Doutor	Pública	48.617	55.112	13%
Mestre/Doutor	Privada	27.938	71.579	156%

Fonte: INEP: Sinopses Estatísticas da Educação Superior - 1998 a 2002

**FIGURA 6- DOCENTES TITULADOS NAS IES – 1998 E 2002**

1.2 ESTRUTURA ATUAL DO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

A regulação do ensino superior brasileiro pelo Poder Público alterou a classificação dos diferentes tipos de instituições de ensino, baseando-se, a partir de então, no perfil ou missão institucional definidos pelo estabelecimento. Desta forma, as instituições, que podem pertencer ao Sistema Federal ou Estadual de Ensino, possuem natureza jurídica privada ou pública. Os estabelecimentos públicos são aqueles criados ou incorporados, mantidos e administrados pelo Poder Público Federal, Estadual ou Municipal. Pelo fato de serem públicos, o ensino nestas instituições não precisa ser necessariamente oferecido de forma gratuita, como é o caso das escolas municipais que cobram mensalidades, diferentemente das instituições federais e estaduais que garantem a gratuidade. Os estabelecimentos privados são aqueles mantidos e administrados por pessoa física ou jurídica de direito privado e podem ser organizados das seguintes formas (BRASIL, 2004c):

- **“Instituições privadas com fins lucrativos ou Particulares em sentido estrito e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado**
- **Instituições privadas sem fins lucrativos, que podem ser:**
 - **Comunitárias** - instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam, na sua entidade mantenedora, representantes da comunidade;
 - **Confessionais** - instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam à orientação confessional e ideológica específica;
 - **Filantrópicas** - são as instituições de educação ou de assistência social que prestem os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração”.

Com exceção das instituições particulares em sentido estrito, que, por sua finalidade lucrativa, ficam submetidas ao regime da legislação mercantil, as demais devem adotar os preceitos da legislação tributária específica para entidades não lucrativas.

As seguintes organizações acadêmicas podem ser instituídas:

- **Universidades** – a LDB definiu os critérios mínimos para credenciar esse tipo de instituição. Como condição indispensável devem priorizar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Gozam de autonomia nos termos definidos pela lei maior e lhes é facultada a especialização por campo do saber. Necessitam oferecer programas de pós-graduação *lato* ou *stricto sensu*. Um terço de seu corpo docente deve possuir titulação acadêmica de mestrado ou doutorado, com contrato de trabalho em regime de tempo integral (não necessariamente os mesmos), caracterizando-se dessa forma como instituição de excelência.
- **Centros Universitários** – surgiram a partir da LDB 9.394/96 como estabelecimentos de ensino pluricurriculares, de elevada qualidade comprovada pela sua infra-estrutura e titulação (ou relevante experiência profissional na área) dos docentes. Gozam de relativa autonomia e não são obrigados a desenvolver atividades de pesquisa.
Essas características e conseqüente necessidade de menor investimento da mantenedora para a implantação deste tipo de instituição, levou a uma elevada expansão, a partir de 1997, quando 74 centros universitários privados foram criados, enquanto o número de universidades privadas se manteve inalterado.

Essa expansão gerou manifestações das universidades, movimento que culminou em acordo estabelecido entre MEC e representantes dos centros universitários e universidades. Esse acordo prevê que até 2008 os centros universitários deverão desenvolver atividades de pesquisa e extensão e 1/3 do seu corpo docente deverá atuar em regime de dedicação de tempo integral (GOIS, 2003).

- **Faculdades Integradas** – “são instituições de ensino superior que pressupõem a reunião de pelo menos duas estruturas acadêmicas independentes mantidas por uma mesma entidade mantenedora. Podem ministrar os cursos da educação superior previstos no art. 44 da LDB”. Não são exigidas destas a produção científica, existência de cursos de pós-graduação, nem percentuais mínimos de titulação acadêmica do corpo docente, pois são estabelecimentos orientados para o ensino, focados na formação de profissionais para o mercado de trabalho. Os cursos a serem implantados dependerão de prévia autorização do Poder Executivo e na avaliação deverá constar informação sobre as condições de infra-estrutura e de regime de trabalho do corpo docente (com experiência profissional na área), bem como o desenvolvimento de atividades práticas e estágios.
- **Faculdades, Institutos Superiores ou Escolas Superiores** – chamados também de Estabelecimentos Isolados, ministram um ou mais cursos de educação superior. De acordo com a Resolução CP no. 1, de 30/09/99 do CNE/CES, “Os Institutos Superiores de Educação, de caráter profissional, visam à formação inicial, continuada e complementar para o magistério da educação básica, podendo incluir os seguintes cursos e programas:
 - I. Curso normal superior, para licenciatura de profissionais em educação infantil e de professores para os anos iniciais do ensino fundamental;
 - II. Cursos de licenciatura destinados à formação de docentes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio;
 - III. Programas de educação continuada, destinados à atualização de profissionais da educação básica nos diversos níveis;
 - IV. Programas especiais de formação pedagógica, destinados a portadores de diplomas de nível superior que desejem ensinar nos anos finais do ensino fundamental ou no ensino médio, em áreas de conhecimento ou disciplinas de sua especialidade, nos termos da Resolução CNE no. 2/97.

V. Formação pós-graduada, de caráter profissional, voltada para a atuação na educação básica”.

Ainda de acordo com o Art. 3º, da mesma Resolução, os institutos poderão ser organizados como “instituto superior propriamente dito, ou em faculdade, ou em faculdade integrada ou em escola superior, com direção ou coordenação do conjunto das licenciaturas ministradas”.

Além destas organizações acadêmicas, existem os Centros de Educação Tecnológica, criados a partir do disposto na Lei n. 8.948/94 e regulamentado pelo Decreto nº 2.406, de 27/11/97, que apresenta em seus artigos primeiro e segundo:

Art. 1º - Os Centros de Educação Tecnológica constituem modalidade de instituições especializadas de educação profissional, prevista no art. 40 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no art. 21 do Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997.

Art. 2º - Os Centros de Educação Tecnológica, públicos ou privados, têm por finalidade formar e qualificar profissionais, nos vários níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia e realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

Essa modalidade de instituição veio substituir as escolas técnicas e agrotécnicas federais não vinculadas a universidades que ministram cursos superiores de tecnologia, e pela Portaria Ministerial nº 2.267/97, devem se transformar em Centros Federais de Educação Tecnológica.

Entre outros níveis de educação, os Centros Federais de Educação Tecnológica oferecerão os cursos tecnológicos correspondentes a cursos de nível superior na área tecnológica, conforme estabelece o Decreto nº. 2.208/97. Terão autonomia para a criação de novos cursos tecnológicos da Educação Profissional, ficando sujeitos à autorização outros cursos de ensino superior e de pós-graduação.

O número total das instituições existentes atualmente no Brasil, por tipo de organização acadêmica e por natureza jurídica, são apresentados na Tabela 6.

TABELA 6 - NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL – 2004

INSTITUIÇÃO	NÚMERO	PÚBLICAS		PRIVADAS	
Universidades	163	78	48%	85	52%
Centros Universitários	81	03	4%	78	96%
Faculdades Integradas	120	04	3%	116	97%
Faculdades	1.372	81	6%	1.291	94%
Institutos Superiores	203	04	2%	199	98%
Centros de Educação Tecnológica	133	43	32%	90	68%
Total	2.072	213	10%	1.859	90%

Fonte: INEP

Essa diversidade facilita a acomodação das várias concepções de ensino superior – os que defendem a educação superior entendida como ensino-pesquisa-extensão e os que a defendem como devendo ser basicamente ensino – assim como a busca pelas faculdades do *status* de centro universitário, e, por estes, o *status* de universidade. Na legislação pertinente, não ficou estabelecido como critério, para definição do tipo de instituição, o número de alunos matriculados, por exemplo. Uma das características exigidas como elemento definidor das universidades é o desenvolvimento de pesquisas, que, entretanto, se verificaria quase exclusivamente nas universidades públicas federais e de alguns estados (como São Paulo, em especial) e em algumas universidades privadas, que mantêm programas de pós-graduação *stricto sensu* consolidados.

Seja qual for o tipo de organização acadêmica, todas as instituições deverão elaborar seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que determinará a missão e as estratégias que as mesmas livremente elegerão para atingir suas metas e objetivos. E antes do início do período letivo, deverão tornar públicas informações sobre seu processo seletivo, corpo docente, recursos materiais disponíveis aos discentes, cursos reconhecidos ou em processo, resultados das avaliações e política de preços.

Segundo entendimento e terminologia de Jardimino (2003, p. 203), a forma de organização, subdivisões e características das IES em funcionamento no Brasil podem ser resumidas conforme a Tabela 7.

Complementando esta tabela em relação ao tópico “pesquisa básica”, é necessário comentar que, de acordo com Andrade (2003) e Barros e Lehfeld (2000) pesquisa básica ou teórica é aquela desenvolvida com o objetivo de alcançar o conhecimento ou “satisfazer uma necessidade intelectual de conhecer e compreender determinados fenômenos” (BARROS; LEHFELD, 2000, p. 78), diferentemente da pesquisa aplicada que busca orientação prática para um determinado problema concreto, atendendo às exigências da vida contemporânea.

De acordo com portarias e decretos constituídos (Decretos nos. 2.0226/96 e 2.306/97 e Portarias nos. 637/97, 639/97, 752/97, 971/97, 2.040/97, 2.042/97, 2.175/97 e 302/98), tanto o credenciamento e credenciamento das instituições, como o reconhecimento dos cursos¹², serão obtidos por um processo de avaliação. Embora conste na LDB a “desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento” para a instituição que não regularizar sua situação quando identificadas deficiências, não há notícias de que isso já tenha ocorrido.

De acordo com o Parecer CNE/CES n.º. 556/98, os seguintes procedimentos e indicadores constam do processo de avaliação dos estabelecimentos de ensino superior:

- a) *Relatórios de Comissões de Especialistas, de Comissões Verificadoras e de Análise das Condições de Oferta*¹³;
- b) *Dados fornecidos pela auto-avaliação institucional*;
- c) *Resultados do Exame Nacional de Cursos*¹⁴;
- d) *Informação do censo educacional*;
- e) *Resultados da avaliação dos cursos de pós-graduação efetuada pela CAPES*

¹² O Parecer CNE/CES no. 556 de 05/08/98 afirma que *o credenciamento consiste num ato legal, baseado em processo de avaliação da instituição, a qual não só confirma ou nega a sua competência para oferecer cursos em nível superior, mas, inclusive, reafirma ou altera a categoria na qual o estabelecimento se enquadra.*

¹³ As Comissões Verificadoras são formadas por Avaliadores *ad hoc*, profissionais que atendam aos pré-requisitos do INEP e que participem do processo de capacitação em avaliação oferecido pelo MEC. Maiores informações podem ser obtidas no site do INEP < <http://www15.ensinosuperior.inep.gov.br/aval/especialistas/>>

¹⁴ O Exame Nacional de Cursos (Provão) foi substituído pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Com a Lei n.º 10.861 de 14/04/04, foi criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), como novo instrumento de avaliação superior do MEC/Inep. Esse sistema é formado por três itens: avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O ENADE será aplicado utilizando-se procedimentos amostrais para estudantes do primeiro e último ano de cursos de graduação, a partir do final de 2004.

TABELA 7 - IES EM FUNCIONAMENTO NO BRASIL - ORGANIZAÇÃO, SUBDIVISÕES E CARACTERÍSTICAS

IES	SUBDIVISÕES DO SISTEMA	CARACTERÍSTICAS
Universidades públicas	Federais Estaduais Municipais	<p>Instituições pluridisciplinares de formação de profissionais de nível superior nas esferas nacional, estadual e municipal, associando o ensino, a pesquisa e a extensão. E universidades especializadas mediante comprovação das atividades de ensino e pesquisa nas áreas básicas e aplicadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Produção intelectual institucionalizada ▪ Corpo docente com titulação acadêmica e em regime de dedicação integral ▪ Função social: serviço à comunidade – extensão
Universidades privadas	<p>Confessionais (públicas não estatal – fundações)</p> <p>Estritamente de capital privado</p>	<p>Instituições pluridisciplinares de formação em nível superior no tripé ensino-pesquisa-extensão. Essas instituições têm orientação confessional religiosa. No Brasil temos as Católicas e as Protestantes. São consideradas públicas não-estatais porque ao se organizarem receberam subsídios do governo especialmente para a pesquisa.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Produção intelectual institucionalizada ▪ Corpo docente com titulação acadêmica e em regime de dedicação integral ▪ Função social: serviço à comunidade: extensão ▪ De elite <p>Instituições nem sempre pluridisciplinares, às vezes orientadas para uma área específica do conhecimento. Atendem à elite com ensino de boa qualidade. Embora com título de universidade, não faz a pesquisa chamada básica.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ De massa <p>Instituições pluridisciplinares, com ênfase nas áreas que necessitam de menos investimento, ao contrário das anteriores se orientam por uma pluralidade nefasta. Pretendem atender à massa de jovens brasileiros na busca pelo credenciamento. Às vezes realizam atividades de ensino de qualidade. Embora com título de universidade, não faz pesquisa básica. Estão voltados para a extensão universitária em que pode implementar sua marca registrada.</p>
Centros universitários	Privados	<p>Uma nova nomenclatura após 1997. Como instância intermediária, devem realizar sua tarefa com busca pela qualidade de Ensino – nós as designamos de “universidades de ensino”. Todavia, essas fronteiras são tênues e já existe centro universitário com programa de pós-graduação credenciado pela CAPES.</p>
Instituições faculdades institutos superiores	<p>isoladas; integradas; ou escolas</p> <p>Públicas</p> <p>Privadas</p>	<p>Reunião de faculdades em sua maioria de caráter municipal que não oferecem o ensino superior em todas as áreas do conhecimento. Em geral, não se dedicam à pesquisa. Estão próxima do ensino mais técnico. Existem os institutos, tais como ITA, que fazem formação qualificada de pesquisadores de alta tecnologia.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ De elite <p>Instituições que em geral atuam num campo restrito do saber e formam especialistas de cunho internacional. Ex. FGV</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ De massa <p>Instituições que oferecem ensino de massa, após a abertura do Governo Brasileiro para a seleção de egressos do ensino médio.</p>

Fonte: Jardimino, 2003, p. 203

A auto-avaliação institucional deverá permitir que o perfil ou missão e o projeto de desenvolvimento da instituição sejam discutidos por toda a comunidade acadêmica (Parecer CNE/CES nº 1.366, de 12/12/01).

Para que a instituição possa oferecer um novo curso superior de graduação, seqüencial ou tecnológico, deverá obter autorização junto ao MEC remetendo o projeto do curso pela via eletrônica. Esse projeto deverá ser encaminhado à SESu/MEC e deve atender aos padrões de qualidade¹⁵ definidos para cada área de formação, sofrendo uma pré-análise técnica e formal para verificar se atende à legislação. Exceção é feita às universidades e centros universitários que deverão fazê-lo somente se abrir cursos fora de suas sedes ou se pretenderem implantar cursos de Direito, Medicina, Odontologia ou Psicologia, necessitando de deliberação dos Conselhos Nacionais, ou dos Centros de Educação Tecnológica que também gozam de autonomia para criar novos cursos ou ampliar vagas. Podem ocorrer três situações:

1ª. Se a IES já é credenciada no MEC e possui resultados positivos nas avaliações oficiais (ENC/Provão e Condições de Oferta), a documentação será analisada pelo Comitê de Especialistas da área, tendo como base o PDI da instituição.

2ª. Se a IES não for credenciada, deve protocolar processo para credenciamento concomitante ao processo de autorização. Haverá então visita *in loco* de integrantes dos comitês de especialistas para verificação das condições iniciais de oferta do curso.

3ª. Se a IES não apresentou resultados suficientes nas avaliações oficiais, a documentação não poderá ser aprovada até que a instituição obtenha melhores resultados.

Uma vez autorizado, o curso poderá ser oferecido sem, no entanto, conferir diploma até que passe pela etapa do processo de reconhecimento. Quando a sua primeira turma estiver em vias de completar sua formação, a instituição deverá remeter documentação (também via eletrônica) à SESu/MEC e receberá a Comissão Verificadora, que fará a avaliação *in loco* das condições de oferta do curso, considerando as dimensões *Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Instalações*. As informações contidas na documentação enviada pela instituição e os conceitos aplicados pela Comissão Verificadora permitirão o reconhecimento do curso cuja validade varia de um a cinco anos, conforme o resultado final obtido: CONCEITO GERAL “C” – Reconhecimento por 02 (dois) anos; CONCEITO GERAL “B” – Reconhecimento por 03 (três) anos; CONCEITO GERAL “A” – Reconhecimento por 05

¹⁵ No site www.educacaosuperior.inep.gov.br/situacao_legal.stm é possível consultar os manuais de orientação, onde estão discriminados os itens para verificação das condições de autorização.

(cinco) anos. Os processos são homologados pelo Ministro da Educação e transformados em ato do Poder Executivo (BRASIL, 2004d).

Os discentes deverão prestar o Exame Nacional de Curso (Provão) para obter diploma de graduação, quando estiverem no último ano de um dos seguintes cursos: Administração, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Biologia, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Farmácia, Física, Fonoaudiologia, Geografia, História, Jornalismo, Letras, Matemática, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Pedagogia, Psicologia e Química.

No caso dos cursos seqüenciais de formação específica, o processo é similar devendo a instituição iniciar processo logo após o primeiro ano de funcionamento do curso. Os cursos de tecnologia sofrem a mesma ação, porém estão submetidos à Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC) e às suas regulamentações, e deverão solicitar o reconhecimento no semestre anterior à formação da primeira turma.

A partir da edição do Decreto n. 3.860/2001 e da Resolução CNE/CES n. 10/2002, a Avaliação Institucional e a Avaliação das Condições de Ensino “passaram a integrar as atribuições do INEP, permanecendo sob responsabilidade da SESu/MEC a verificação para credenciamento de novas instituições e para a conseqüente autorização inicial de oferta de seus cursos” (BRASIL, 2004e).

Algumas áreas, como a da saúde e jurídica, exigem que novos cursos sejam submetidos à prévia autorização de seus conselhos, como constam nos Art. 16 e 17 do Decreto n.º. 2.306 de 19/08/97.

Nos processos em que o curso recebe uma avaliação negativa, a instituição pode refazer o pedido, tanto de autorização quanto de reconhecimento, após cumprir as recomendações feitas pela Comissão, referendadas pelo MEC.

Esse processo é válido para as instituições privadas e universidades e demais escolas federais submetidas ao sistema federal (MEC e CNE). As instituições estaduais obedecem às normatizações dos Conselhos Estaduais de Educação (CEEs), os quais apesar de possuírem legislações próprias, devem obedecer à Constituição Federal e à LDB.

Os estabelecimentos de ensino superior deverão informar à SESu/MEC o perfil que seus cursos terão, que, segundo Parecer CNE/CES n.º 556/98, podem estar enquadrados nas seguintes alternativas:

- *Formação para o mercado de trabalho com forte orientação prática;*
- *Formação profissional com forte orientação teórica;*

- *Formação teórica associada à formação inicial de pesquisadores;*
- *Outras*

Os diplomas conferidos pelos cursos superiores podem ser do grau de Bacharel, Licenciado, Tecnólogo ou específico referente à profissão (ex.: Médico). A duração dos cursos de graduação é de 200 dias letivos anuais e cada instituição tem liberdade para organizar seus programas e cursos, optando por estabelecer o período de trabalho acadêmico: anual, semestral, quadrimestral ou trimestral. Em acordo firmado com Portugal, por meio do Tratado da Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República de Portugal, ficou estabelecido que os cursos de graduação aceitos deveriam ter no mínimo 3 anos de duração, diferentemente do acordo com os países integrantes do Mercosul, onde somente os cursos com no mínimo 4 anos de duração seriam aceitos para acesso a programas de mestrado e doutorado. (Parecer CNE/CES n. 108/2003 – Duração dos cursos de bacharelado). Uma forma de abreviar a duração da graduação é cumprir o Art. 47 §2º, da LDB 9.394/96, que prevê essa possibilidade para os alunos que tiverem, comprovadamente, extraordinário aproveitamento de estudos, nas instituições com estrutura para isso.

O grau de **Bacharel** e o título específico referente à profissão habilitam os concluintes a desempenhar atividades profissionais de nível superior em várias áreas do conhecimento. Esta modalidade pode também oferecer programas instrucionais com requisitos próprios, habilitando o aluno a exercer uma atividade específica dentro de uma área de conhecimento. Desta forma, tem-se as “habilitações”, criadas para atender às especializações decorrentes do processo de modernização e avanços tecnológicos que vêm ocorrendo, principalmente a partir dos anos de 1990. Assim, cursos como o de Administração, por exemplo, possuem habilitações nas diversas sub-áreas como marketing, finanças, recursos humanos, entre outros. A integralização de horas dos bacharelados varia de acordo com a área a que pertence o curso, com um mínimo de três anos. Somam-se também mais 15% da carga horária com estágio e atividades complementares

Com disciplinas pedagógicas, que permitem ao portador desenvolver atividades no magistério do ensino fundamental e médio, o grau de **Licenciado** possui integralização de 2.800 h. Há também a possibilidade de encontrar cursos de licenciatura com habilitações específicas.

Os candidatos que tiverem concluído o ensino médio ou equivalente e forem classificados em processo seletivo poderão cursar o bacharelado ou licenciatura na modalidade de ensino presencial, semipresencial ou à distância.

Os cursos superiores de **Tecnologia**, de acordo com as considerações do Parecer CNE/CES n°. 436/2001 integram-se à educação superior na área tecnológica, com características distintas dos cursos tradicionais, pois são estruturados para atender determinados setores da economia. Sua formação profissionalizante abrange áreas especializadas e conduz ao diploma de Tecnólogo. Os cursos superiores de Tecnologia respondem à Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC/MEC) para o processo de autorização e reconhecimento e serão submetidos a avaliações periódicas a cada três anos, no máximo. Sua duração, mais curta que os demais cursos de graduação, terá em média dois anos, com carga horária mínima variando entre 1.600 a 2.400 h, de acordo com a área profissional em que estiver inserido. Como pré-requisito, o candidato deverá ter concluído o ensino médio ou equivalente.

Estes cursos, respaldados pela Lei 4024/61 e a legislação subsequente, tiveram suas origens nos anos de 1960, pela necessidade de mão-de-obra especializada para o mercado de trabalho, porém limitavam-se ao mero treinamento para a produção em série e padronizada. Possuíam três anos de duração e os cursos iniciais foram os de Engenharia de Produção e de Formação de Tecnólogos. Nos anos 1970, tiveram uma fase de crescimento, com 138 cursos criados, na maioria pelo MEC. A partir dos anos de 1980, com a mudança da política educacional, muitos desses cursos, criados por instituições federais, foram extintos e o aumento da sua oferta ocorreu porque as instituições privadas passaram a oferecer essa modalidade. Em 1988, 53 instituições ofertavam 108 cursos, sendo 60% deles do setor privado. Em 1995 eram registrados cerca de 250 cursos, sendo mais da metade na área de Computação. (BRASIL, 2004f)

Desde então, houve um crescimento considerável, principalmente entre os anos de 2000 e 2002, quando houve um aumento de 74,7% desta modalidade de curso tecnólogo, contra 36% registrado nos de graduação. Em 2002 existiam no Brasil 636 cursos superiores de tecnologia em todas as áreas, sendo ofertados por instituições particulares em sua maioria (66%). O número total de matrículas efetuadas em 2002 foi de 81.348. O curso que mais recebeu matrículas foi o de Tecnologia em Processamento de Dados, com 23.857, ou quase 30% do total. O curso superior de tecnologia em Hotelaria ficou em quinto lugar, com 1.808 matrículas. (INEP, 2004b)

Além destes, as instituições de ensino podem oferecer cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*, de extensão e os novos cursos seqüenciais.

Em relação aos **Cursos Seqüenciais**, a CNE determinou que poderão ser de dois tipos: o de complementação de estudos e o de formação específica. Os de complementação de

estudos não conferem diplomas, mas “certificados” e podem ser individuais ou coletivos. Os individuais dependem da existência de vagas nas disciplinas já oferecidas em cursos de graduação reconhecidos pelo MEC. Os coletivos podem ser criados pelas instituições sem prévia autorização e não estão sujeitos a reconhecimento, porém devem estar vinculados a cursos de graduação também reconhecidos (BRASIL, 2004g). Não necessitam obedecer ao ano letivo regular, mas há exigências quanto à frequência e aproveitamento dos alunos. A grade curricular, a carga horária e seu prazo de integralização serão estabelecidos pela instituição que os ministram. Os candidatos devem ser portadores de certificado de ensino médio.

Os cursos sequenciais de formação específica devem possuir carga horária mínima de 1.600 horas letivas, período de integralização de 400 dias letivos e grade curricular atrelada a áreas de conhecimento. Devem estar vinculado às atividades dos cursos de graduação reconhecidos oferecidos pela instituição. Esses cursos devem apresentar denominações distintas dos de graduação e seus diplomados não terão acesso aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, mas apenas aos de *lato sensu*, conforme dispõe a Resolução 01/2001 do CNE, em seu artigo 6º, § 2º. (BRASIL, 2004h).

A SESu/MEC define os cursos de **Pós-graduação** como aqueles “abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação que atendam às exigências das instituições de ensino. Compreendem os Cursos de Especialização (ou pós-graduação *lato sensu*), que conduzem a certificado, e os programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* – Mestrado (Acadêmico e Profissional)¹⁶ e Doutorado –, que conduzem a diploma” (BRASIL, 2004i).

Os **Cursos de Extensão** são abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino. Conduzem a certificado e podem ser oferecidos nos níveis de Iniciação, Atualização, Aperfeiçoamento, de Qualificação e Requalificação Profissional ou outros. De acordo com a síntese do Relatório Final do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras *apud* Brasil (2004d), os cursos de extensão consistem:

¹⁶ “*Mestrado profissional* é a designação do Mestrado que enfatiza estudos e técnicas diretamente voltadas ao desempenho de um alto nível de qualificação profissional. Esta ênfase é a única diferença em relação ao acadêmico. Confere, pois, idênticos grau e prerrogativas, inclusive para o exercício da docência, e, como todo programa de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*”, tem a validade nacional do diploma condicionada ao reconhecimento prévio do curso (Parecer CNE/CES 0079/2002)”. (BRASIL, 2004j)

(...) num conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejadas e organizadas de maneira sistemática, com carga horária definida e processo de avaliação formal. Incluem oficina, workshop, laboratório e treinamentos.

Para permitir maior flexibilização curricular e maior diversidade nos programas oferecidos pelas diferentes instituições de ensino superior que respondessem às necessidades e peculiaridades de cada região, foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares, com ampla participação, na sua elaboração, da comunidade acadêmica e científica. Essas diretrizes gerais foram discutidas e definidas com o objetivo de se adequarem “(...) às demandas sociais e do meio e aos avanços científicos e tecnológicos, conferindo-lhes [às IES] uma maior autonomia na definição dos currículos plenos dos seus cursos”(BRASIL, 2003). Assim, a partir de 2001, as 38 Comissões de Especialistas de Ensino, nomeadas pela Portaria 146/97, sistematizaram a proposta de Diretrizes Curriculares para suas respectivas áreas, cujo conteúdo deve contemplar: “Perfil do formando/egresso/profissional”; “Competências/habilidades/attitudes”; “Habilitações e ênfases”; “Conteúdos curriculares”; “Organização do curso”; “Estágios e Atividades Complementares” e; “Acompanhamento e Avaliação”. As atividades dessas Comissões, muitas vezes, abrangeram vários cursos, como mostra a Tabela 8.

TABELA 8 - ÁREAS COM ABRANGÊNCIA DE MÚLTIPLOS CURSOS

COMISSÃO	CURSOS
Administração	Administração /Turismo/Hotelaria/Secretariado Executivo
Artes Cênicas	Dança/Teatro
Ciências Agrárias	Agronomia/ Engenharia Florestal/Engenharia de Pesca/Zootecnia
Ciências da Informação	Biblioteconomia/Arquivologia/Museologia
Computação e Informática	Sistemas de Informação/Ciência da Computação/Licenciatura em Computação/Engenharia da Computação
Matemática / Estatística	Matemática, Estatística

Fonte: SESu/MEC

1.2.1 ÁREAS QUE MAIS SE DESTACARAM NA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Os cursos presenciais oferecidos no país estão classificados pelo INEP/MEC em nove grandes áreas: “Agricultura e Veterinária”; “Básicos/Programas Gerais”; “Ciências Sociais, Negócios e Direitos”; “Ciências, Matemática e Computação”; “Educação; Engenharia, Produção e Construção”; “Humanidades e Artes”; “Saúde e Bem Estar Social”; e “Serviços”.

As matrículas efetuadas em 2002 foram feitas nos 14.399 cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior no Brasil, dos quais 8.486 cursos, ou 59%, estavam nas universidades. Embora o número de universidades públicas seja menor, elas oferecem maior número de cursos. Em 2002 havia 4.599 cursos sendo oferecidos pelas públicas, contra 3.887 pelas privadas, apesar do número de matrículas ser muito superior nas privadas, como já apresentado na Tabela 2.

Os cursos oferecidos em 2002 nas áreas de “Educação” e “Ciências Sociais, Negócios e Direitos” foram os que concentravam maior número, com quase 60% do total. Na área “Educação” foram 4.675 (32,5%) cursos e em “Ciências Sociais, Negócios e Direitos”, 3.899 (27%). Houve uma distinção no oferecimento dos cursos, pois enquanto na “Educação” 54% das instituições eram públicas, em “Ciências Sociais, Negócios e Direitos”, 81% eram privadas. Somando-se as matrículas destas duas áreas, chega-se a 2.206.335, que representam 63% do total das matrículas efetuadas no ensino superior brasileiro.

A Tabela 9 apresenta a classificação das áreas com maior número de cursos, estabelecendo-se a comparação entre os anos de 1991 e 2002. Nesse período, o curso com maior crescimento em números relativos foi o de Turismo com um aumento de 1.314%, passando de 28 para 396 cursos. No *ranking* deste quadro, o curso de Turismo aparece em 11º lugar e o de Hotelaria não aparece entre as 40 primeiras carreiras listadas (INEP, 2004c).

TABELA 9 - ÁREAS COM MAIOR NÚMERO DE CURSOS

EM 1991		EM 2002	
Pedagogia	406	Administração	1.413
Letras	379	Pedagogia	996
Administração	333	Engenharia	809
Ciências Contábeis	262	Letras	692
Ciências	246	Ciências Contábeis	641
História	198	Direito	599
Economia	177	Matemática	539
Direito	165	Comunicação Social	478
Geografia	155	História	419
Engenharia	149	Ciências Biológicas	411
Estudos Sociais	147	Turismo	396

Fonte: Informativo INEP.

2 CAPÍTULO 2 - O ENSINO SUPERIOR EM HOSPITALIDADE

2.1 ORIGEM E HISTÓRICO DOS CURSOS DE HOTELARIA NO BRASIL

O ensino em hospitalidade no Brasil teve sua origem no ensino profissionalizante oferecido pelo Senac a partir da década de 1950, com o curso de garçom e mais fortemente representado em 1964, quando ampliou a oferta de cursos voltados à formação de profissionais de cozinha, camararia, recepção, entre outros ligados à hotelaria, na então recém criada escola de hotelaria Senac São Paulo (CARNEIRO, 2002).

Cabe ressaltar o papel do Senac no contexto do ensino profissionalizante da área de hospitalidade no Brasil e em que circunstâncias surgiu.

Na década de 1940, o Brasil passava por mudanças econômicas e sociais importantes. Havia sérias restrições às importações por causa da guerra, fazendo com que o setor industrial fosse impulsionado. A educação era considerada fator estratégico para o desenvolvimento nacional brasileiro e importante politicamente, porque se acreditava que esta seria responsável por moldar a sociedade. O governo Vargas criou então o ensino profissionalizante, com a função de prover mão-de-obra qualificada para o setor industrial, sem, no entanto, modificar o *status quo*, pois a classe menos favorecida continuava sem acesso ao ensino superior, mas acreditava que poderia ascender socialmente com essa educação que o governo lhe proporcionava (IVERS, 2001).

Para permitir o ensino profissional em larga escala, atendendo todo o território nacional, o Ministério da Educação, na figura do Ministro Capanema, criou as “Leis Orgânicas do Ensino” (Industrial, Comercial e Agrícola) que passou à indústria a responsabilidade de promover a formação profissional de seus empregados. Como desdobramento desse decreto, surgiu em 1942, o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, mais tarde Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), cuja responsabilidade em administrá-lo foi imposta à Confederação Nacional das Indústrias.

Ao Conselho Nacional do Comércio (CNC) coube a responsabilidade pela criação e administração do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), criado um pouco mais tarde, em 1946, para atender ao segmento de comércio de bens e serviços, nos mesmos moldes do Senai.

O que é hoje chamado de Sistema “S”, que engloba também outros órgãos como Sesi, Sesc, Sest, Senat, Senar e SESCOOP, é um conjunto de instituições privadas, sem fins lucrativos, mantidas pela cobrança social compulsória que incide sobre a folha salarial das

empresas. Arrecadado pela máquina administrativa federal, via Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o dinheiro é repassado ao Ministério do Trabalho, que o distribui entre federações e confederações da indústria, comércio, transportes, cooperativas e agricultura. Uma empresa do comércio, por exemplo, contribui para o Senac e Sesc, em até 5% da folha de pagamento. Dessa forma, o montante arrecadado com o sistema S, em todo o território nacional, chega a R\$ 3 bilhões anuais, valor esse muito superior ao de que o Ministério de Trabalho dispõe (R\$ 500 milhões) para os seus programas de capacitação profissional. A forma de financiamento, gestão e controle desse sistema tem suscitado controvérsias, inclusive com denúncias de irregularidades e ociosidades (ROMERO, 2003; CALDAS, 2000).

Voltando à história do ensino de hospitalidade promovido pelo Senac, o objetivo da instituição era capacitar profissionais para as áreas operacionais de hotéis e restaurantes, cuja formação técnica preparava camareiras, garçons e mensageiros. Esses cursos ficaram a princípio limitados às unidades Senac do eixo Rio/São Paulo, sendo que o Estado de São Paulo servia como modelo para os outros estados (CAMPOS, 2000).

Em 1969, o Senac assumiu a direção do Grande Hotel São Pedro, em Águas de São Pedro-SP, que, cedido em comodato pelo Governo do Estado para fins didático-pedagógicos, foi transformado em hotel-escola. Na década de 1970, outros dois hotéis-escola foram incorporados pelo Senac do Espírito Santo e de Minas Gerais.

Segundo documentos internos da Instituição, na década de 1970, o Senac passou a receber o apoio oficial do Ministério da Educação e Cultura e do Ministério do Trabalho para implementar o aperfeiçoamento da mão-de-obra hoteleira, bem como o apoio da EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo – para treinamento intensivo de candidatos a emprego na área, proporcionados provavelmente pelo contexto de crescimento – *milagre econômico* – que o país atravessava na época, no qual o setor terciário apresentou uma tendência de crescimento baseado no aumento de produtividade industrial e nas mudanças tecnológicas que começaram a ocorrer, principalmente, nos setores de transporte e comunicações (CARNEIRO, 2002, p.20).

No final dos anos 1970, o Senac/SP criou um centro de estudos (CEATEL) para trabalhar na área de gestão hoteleira, firmando parceria com entidades internacionais, como a Universidade de Cornell dos EUA e a Escola de Hotelaria de Lausanne, na Suíça. Com recursos financeiros disponíveis, o Senac contratava profissionais estrangeiros ou mandava seus docentes estudar em escolas de hotelaria no exterior (EUA e Suíça), garantindo assim um corpo docente bastante capacitado, porém, sub-aproveitado pela programação que a instituição oferecia (cursos de garçons e cozinheiro básico e o recém criado curso técnico de Administração Hoteleira, com duração de um ano) (CAMPOS, 2000; CARNEIRO, 2002).

Baseado na grade curricular do curso técnico, o Senac lançou, em 1989, um curso superior de Tecnologia em Hotelaria, 11 anos após o primeiro curso ser lançado no Brasil. Em 1978, o economista Geraldo Castelli, formado na Suíça, trouxe o modelo suíço de educação profissional em hotelaria e criou na Universidade de Caxias do Sul – RS o primeiro curso de Tecnologia em Hotelaria do país, com forte foco operacional, sobretudo em alimentos e bebidas (CAMPOS, 2000).

É preciso salientar que os cursos superiores de Hotelaria e os que destes derivam, como Gastronomia e Eventos, sempre tiveram estreita relação com os cursos de Turismo, enquanto área epistemológica. Pelo fato do curso de Turismo surgir no Brasil anteriormente ao curso de Hotelaria, e pelo fato de no setor econômico estarem intimamente relacionados no chamado *Trade Turístico*¹⁷, necessário se faz apresentar a evolução do curso de Turismo, para que se possa entender melhor o processo de evolução dos cursos de Hotelaria. Desta forma, será apresentada a seguir a inter-relação existente entre os cursos de Hotelaria e Turismo.

2.1.1 O ENSINO DE TURISMO NO BRASIL

Ritchie (1988) *apud* Cooper, Sheperd, e Westlake (2001) afirma que o turismo, por ser considerado a maior indústria mundial pela sua importância econômica, desenvolveu uma importante influência nos círculos educacionais, governamentais e sociais, porque, em razão do seu incremento nos últimos anos, tem demandado uma infra-estrutura educacional mais elaborada e uma força de trabalho mais sofisticada.

Cooper, Sheperd, e Westlake (2001) afirmam que a educação em turismo tem alguns complicadores: o fato de haver uma abordagem fragmentada do ensino, o estágio muito inicial de evolução como área de estudo, além de outros problemas como a falta de metodologia adequada para levantamento de dados históricos numéricos e informações que viabilizem a pesquisa, entre outros. Há ainda discussões sobre a área à qual o turismo pertence, pois, enquanto alguns cursos são criados em departamentos de geografia, outros em recreação e esportes, há outros que são alocados na área de administração e negócios.

No Brasil, o primeiro curso superior de Turismo surgiu em 1971, na atual Universidade Anhembi-Morumbi, em São Paulo. Em 1972, a Faculdade Ibero-Americana, também em São Paulo, lançou o segundo curso de graduação em Turismo e no ano seguinte, o primeiro curso em instituição pública de ensino superior foi oferecido pela Universidade de

¹⁷ *Trade Turístico* é um termo bastante utilizado no meio turístico e hoteleiro, englobando as empresas relacionadas à área, como os meios de hospedagem, empresas de transporte e agências/operadoras de turismo. *Trade* = termo da língua inglesa que significa “comércio”.

São Paulo (USP), seguindo-se a Universidade Federal do Pará e as Pontifícias Universidades Católicas de Porto Alegre e Recife (BENI, 2003).

Em 1978, a Embratur, preocupada em estabelecer um currículo mínimo para os cursos de Turismo já implantados no Brasil, solicitou à Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA/USP), que por meio de seu curso de turismo, discutisse o tema. A partir de um seminário, ao qual a maioria dos responsáveis pelos cursos existentes compareceu, estabeleceu-se *“um divisor de águas com duas vertentes educacionais adotadas. A primeira, da ECA-USP, que preconizava uma linha filosófica mais acadêmica, voltada à epistemologia, à pesquisa e ao planejamento do turismo. A outra, liderada pela Anhembi-Morumbi, (...) que orientava o conjunto de disciplinas da estrutura curricular para o mercado. Destas vertentes, nasceram os demais cursos que se seguiram até a década de 80”* (ANSARAH, 2002, p. 49; BENI, 2003).

As oscilações econômicas que o país vivenciou a partir da década de 1980, atingiram diretamente a indústria do turismo e da hospitalidade, refletindo na expansão dos cursos de turismo e hotelaria. De acordo com a análise de Ansarah (2002, p. 73), essa expansão ocorreu em quatro fases:

- a) a primeira, na década de 1970, é marcada pela criação dos cursos, primeiro o de turismo (1971, na Faculdade Anhembi Morumbi, hoje Universidade Anhembi Morumbi, sediada em SP), e posteriormente os de hotelaria (1978, inicialmente com os cursos tecnológicos iniciados pela Universidade de Caxias do Sul – RS, que fundou o Núcleo Universitário no município de Canela – RS, onde sediou a Escola Superior de Hotelaria, com dois anos de duração, sendo em 1979 reconhecido pelo MEC), ambos com expansão moderada, totalizando dez cursos no final da década e com oferta direcionada às grandes capitais brasileiras como SP e RJ.
- b) A segunda fase, na década de 1980, foi marcada pela estagnação de oferta de cursos decorrente de problemas econômicos no País, o que ocasionou, inclusive o fechamento de vários cursos;
- c) A terceira fase, na década de 1990, caracteriza-se pela valorização dos cursos no âmbito acadêmico, com aumento do número de cursos nas áreas de turismo, hotelaria e administração com habilitação em turismo e hotelaria nas capitais e com distribuição mais igualitárias nas demais regiões brasileiras, abrangendo e estendendo-se ao interior de vários estados;
- d) A quarta fase é a atualidade e que deverá estabelecer o equilíbrio “quantidade versus qualidade”, com aumento quantitativo de propostas diferenciadas de cursos e uma tendência de cursos de turismo com ênfases direcionadas para a flexibilização e a regionalização, como recomenda a LDB, 1996. Alguns exemplos são eventos, ecoturismo, lazer, recreação, agenciamento, hotelaria e planejamento. Já para os cursos de administração, observa-se habilitação diversificada. Primeiramente uma concentração em turismo com habilitações em gestão de serviços turísticos, gestão em turismo, empreendimentos turísticos. Outra concentração é direcionada à hotelaria, com habilitações voltadas para administração hoteleira, gestão hoteleira, empresas hoteleiras, gestão em hotelaria e restaurantes; e ainda as habilitações para a formação em turismo e hotelaria como: administração em hotelaria e eventos, administração em turismo rural e hotelaria, gestão em serviços turísticos e hoteleiros, turismo e hotelaria, gestão em turismo e hotelaria, entre outros. Por fim, outras habilitações como administração em turismo e lazer, hotelaria e lazer, gestão hospitalar e hotelaria.

Beni (2003) também afirma que o ensino de turismo teria passado por essas quatro fases, destacando que na primeira, quando da implantação dos primeiros cursos no país, o Brasil teria sido inovador com a proposta de formação e capacitação profissional em nível de

graduação universitária, pois na Europa e Estados Unidos a formação se baseava em cursos técnico-profissionalizantes ou nos programas de pós-graduação das áreas de geografia, economia e arquitetura. Essa situação teria dificultado as comparações de estruturas curriculares e conteúdos programáticos entre países pela falta de projetos pedagógicos, o que levou à organização, pela Embratur, do seminário de discussão, conforme já apresentado anteriormente.

Em relação à segunda fase, o autor enfatiza que a estagnação da oferta de cursos seria decorrente da conjuntura econômica e da incerteza que o crescimento exagerado de cursos, principalmente no Estado de São Paulo e nas regiões Sul e Sudeste, provocou, inclusive com redução da demanda.

A terceira fase foi marcada pelo grande crescimento de cursos de Turismo. Esse aumento seria decorrente da retomada da economia e da maior difusão do ensino universitário, que gerou a expansão de cursos cujo investimento era baixo. Destaque-se os cursos de Administração e Turismo, que apresentaram propostas acadêmicas e projetos pedagógicos diferenciados, com ênfase na flexibilização, segmentação e regionalização dos mercados.

E finalmente, a quarta fase (2002/2003) está sendo marcada pela redução de postos de trabalho (decorrência da nova conjuntura econômica nacional) e pela saturação da oferta de cursos, cuja sobrevivência irá depender da adaptação e assimilação das instituições, que acompanharão “a inovação tecnológica, a permanente atualização do conhecimento, a requalificação e titulação do corpo docente, bem como a gestão estratégica das instituições de ensino afastando as administrações feudais – familiares, leigas, hereditárias” (BENI, 2003).

Com um número cada vez maior de instituições que passaram a oferecer na sua programação cursos de graduação em Turismo e Hotelaria, a Comissão de Especialistas em Administração da Secretaria da Educação Superior (SESu), em 1996, convidou o Prof. Luiz Gonzaga de Godoi Trigo, técnico da área de Turismo, para se tornar membro da Comissão e colaborar com a discussão das questões que envolvessem os cursos de Turismo e Hotelaria. O profissional foi responsável pela elaboração de uma biblioteca básica para os cursos de graduação em Turismo e Hotelaria, com o intuito de estabelecer alguns parâmetros comuns para os cursos. Essa obra recebeu apoio da Associação Brasileira de Dirigentes de Escolas de Turismo e Hotelaria (ABDETH), que, em 1997, começou a discutir a formação de um currículo mínimo para esses cursos.

A ABDETH considerou que o curso de hotelaria deveria ter um núcleo específico de conhecimento, não mais pertencente às áreas de Administração e Turismo, em função das

subáreas que abrange, como alimentos e bebidas, hospedagem, manutenção, finanças e gestão, específicas do profissional de hotelaria ou hospitalidade (ANSARAH, 2002).

Ainda de acordo com a autora, no ano de 1998, o Ministério da Educação elaborou o Manual de Orientação para Avaliação *in loco* das Condições de Autorização dos Cursos de Turismo e Hotelaria, reconhecendo que estas áreas deveriam ter um núcleo próprio. Esse manual substituiu o Manual de Avaliação dos Cursos de Administração, que até então era utilizado, permitindo dessa forma que os consultores *ad hoc* pudessem avaliar os cursos de acordo com sua especificidade. Em 2000, foi “*criada a Comissão de Especialistas em Turismo pelo CEE-TUR/SESu/MEC, Diário Oficial no. 1518, de 14/06/2000, tendo como primeiros membros os bacharéis doutores Luiz G.G. Trigo, Miguel Bahl e Miriam Rejowski*” (ANSARAH, 2002, p.52). Essa Comissão revisou, em 2001, os manuais de orientação para avaliação e reconhecimento dos cursos de Turismo e Hotelaria, e como citado anteriormente, ficou a cargo do INEP a avaliação das condições de ensino e à SESu a responsabilidade sobre o credenciamento de novas instituições e autorização inicial de oferta de seus cursos.

2.1.2 AS DIRETRIZES PARA OS CURSOS DE HOTELARIA

Os cursos na área de hotelaria, tanto no Brasil como em outros países, tiveram duas correntes: uma primeira, no seu início, que enfocava mais o treinamento, o “como fazer”, e nem tanto a educação. Os docentes eram geralmente contratados pela sua experiência profissional na indústria hoteleira e os programas eram planejados a fim de proporcionar habilidades específicas. Uma segunda corrente surgiu com os cursos de graduação, com enfoque no desenvolvimento de capacidades analíticas e outras habilidades que permitiam ao egresso avaliar o empreendimento hoteleiro dentro de um contexto mais amplo, considerando aspectos administrativos, econômicos, sociológicos, entre outros.

No Brasil podem ser encontrados cursos com formação em hotelaria nos vários níveis de ensino:

- Ensino livre – cursos e programas não regulares, oferecidos de acordo com a necessidade do mercado regional. Não requerem credenciamento oficial e apresentam diferentes tipologias e carga horária.
- Técnico – curso profissionalizante oferecido por escolas técnicas, equivalentes ao ensino pós-médio. As unidades do Senac oferecem programas regulares desta modalidade de ensino.

- Sequencial – curso oferecido por instituições de ensino superior, que possuam cursos de graduação reconhecidos na área (conforme já abordado anteriormente). No Brasil, já são oferecidos 13 cursos desta modalidade (BRASIL, 2004).
- Graduação – pode conferir título de bacharel ou tecnólogo, e de acordo com a Comissão de Especialistas, em 1998, ficou assim estabelecido:
 - O curso de tecnologia em Hotelaria será oferecido aos candidatos que tenham concluído o ensino médio e terá como finalidade o preparo de pessoas para atuarem no mercado de hotelaria, tendo como foco principal a *prestação de serviços de atendimento ao cliente dos meios de hospedagem e dos serviços de alimentação*;
 - O curso de Bacharelado em Hotelaria será oferecido aos candidatos que tenham concluído o ensino médio e terá como finalidade o preparo de pessoas para atuarem no planejamento, gestão, pesquisa e docência na área de hotelaria, tendo como foco o processo específico de gestão dos meios de hospedagem e dos serviços de alimentação. (ANSARAH, 2002, p. 52).
- Pós-graduação: *lato e strictu sensu*. Os cursos *stricto sensu* estão, na maioria dos programas, atrelados a área de Turismo e os *lato sensu* podem ser encontrados nas mais diversas instituições e regiões.

Os seguintes documentos regulam os cursos de Bacharel em Hotelaria:

- Diretrizes curriculares específicas do curso;
- Manual de orientação para avaliação *in loco* das condições de autorização de cursos de hotelaria;
- Manual para avaliação das condições de ensino (via formulário eletrônico do INEP).

A partir dos trabalhos da Comissão de Especialistas foram elaboradas e aprovadas pelo Ministério da Educação, em 09/05/2002, as diretrizes curriculares para a graduação em turismo e hotelaria, tentando desta forma constituir um patamar uniforme para os cursos das diferentes instituições. Este parecer, CNE/CES 146/2002, apresenta o regime de oferta, componentes curriculares, estágio curricular supervisionado, atividades complementares, monografia, sistema de avaliação, perfil do formando, competências e habilidades, conteúdos curriculares e duração do curso, que devem permear as estruturas existentes.

Como podem ser encontrados cursos superiores com formação em Hotelaria como habilitação ou ênfase dos cursos de Administração e/ou Turismo ou ainda bacharel em

Hotelaria, a Tabela 10 apresenta as respectivas Diretrizes Curriculares que devem servir como base para a elaboração do projeto de curso.

No “Manual de Avaliação do Curso de Turismo e Hotelaria – Condições de Ensino” e nas Diretrizes Curriculares, algumas informações sobre a estrutura curricular do curso são apresentadas, tais como:

- carga horária mínima : 3.000 h
- mínimo de 4 anos e máximo de 7 anos para a formação
- estágio obrigatório para “reorientação e reprogramação teórico-prática” dos discentes
- obrigatoriedade de laboratórios específicos da área de hotelaria. Pelo menos dois laboratórios¹⁸ devem estar instalados para que a instituição pleiteie a autorização do curso e três para o processo de reconhecimento.
- monografia como componente curricular opcional de cada instituição
- Conteúdos básicos, específicos e teórico-práticos que devem direcionar para o perfil desejado do formando.

Consta também das Diretrizes Curriculares a inclusão, no conteúdo curricular do bacharel em hotelaria, de disciplinas que habilitem o profissional ao exercício do magistério em cursos de formação profissionalizante ou de Educação Profissional, conforme a LDB 9.394/96.

Os cursos de Educação Profissional de Nível Tecnológico não possuem, como os cursos elencados na Tabela 10, o perfil, competências e habilidades e conteúdos curriculares específicos. O que consta no Art. 2º, do Parecer nº 29/2002s, sobre estes cursos é que deverão:

- I. Incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos;*
- II. incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;*
- III. desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços;*
- IV. propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias;*

¹⁸ Os laboratórios específicos se referem aos setores de **A&B** - termo usual na indústria hoteleira para designar o setor de alimentos e bebidas, que envolvem cozinhas, restaurantes, bares, copa e frigobar e **Hospedagem** - departamento que engloba os setores de Recepção e Governança. Nos laboratórios são desenvolvidas atividades práticas destas áreas.

TABELA 10 – DIRETRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO, HOTELARIA E TURISMO

ASPECTOS	ADMINISTRAÇÃO	HOTELARIA	TURISMO
PERFIL DESEJADO DO BACHAREL	O curso de Administração deve ensinar condições para que o bacharel em Administração esteja capacitado a compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento no seu conjunto, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como a desenvolver o alto gerenciamento e a assimilação de novas informações, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas presentes ou emergentes nos vários segmentos do campo de atuação do administrador.	Quanto ao perfil desejado, o curso de graduação em Hotelaria deverá oportunizar a formação de um profissional apto a atuar em um mercado altamente competitivo e em constante transformação, com impactos periódicos e sazonais, segundo as mudanças na vida social, econômica, política, empresarial e organizacional, com ênfase na Gestão e Administração de Hotéis com os mais diversos e importantes aspectos estruturais, infra-estruturais e o seu eficaz e qualitativo funcionamento, de acordo com os diversos segmentos culturais da demanda hoteleira.	Quanto ao perfil desejado, o curso de graduação em Turismo deverá oportunizar a formação de um profissional apto a atuar em mercados altamente competitivos e em constante transformação, cujas opções possuem um impacto profundo na vida social, econômica e no meio ambiente, exigindo formação ao mesmo tempo generalista, no sentido tanto de conhecimento geral, das ciências humanas, sociais, políticas e econômicas, como também de uma formação especializada constituída de conhecimentos específicos, sobretudo nas áreas de conhecimentos culturais, históricas, ambientais, antropológicas, de Invenção do Patrimônio Histórico e Cultural, bem como de conhecimento de planejamento, organização e gerenciamento de eventos turísticos.
CONTEÚDOS ESSENCIAIS	<ul style="list-style-type: none"> - reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão; - desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais; - refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento; - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais; - ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional; - desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável. 	<ul style="list-style-type: none"> - atuar no planejamento, implantação e gerenciamento de unidades hoteleiras; - reconhecer e identificar problemas, equacionando soluções, intermediando e coordenando os diferentes níveis do processo de tomada de decisão; - ajustar-se aos diferentes contextos históricos e suas inter-relações geográficas, sociais, econômicas e turísticas, especialmente para o constante aperfeiçoamento em planejamentos e gestões de empresas hoteleiras; - adotar, com eficácia, modelos inovadores de gestão; - integrar-se no grupo hoteleiro e da unidade que gerencia, contribuindo para a ação de equipes interdisciplinares e integrar criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais, bem como resolver situações com flexibilidade e adaptabilidade diante de problemas e desafios organizacionais; - comunicar-se em idiomas estrangeiros, principalmente a língua inglesa e a espanhola, manejando também os recursos informatizados e outros equipamentos tecnológicos; - exercer, com lidANÇA e responsabilidade, o gerenciamento da unidade hoteleira, direcionado ao melhor atendimento ao cliente, usuário; - implantar planejamento estratégico capaz de assegurar produtividade e competitividade, em mercados de significativas diversificações; - ajustar, mediante adequada forma de gerenciamento, o funcionamento institucional a novas situações, emergentes, presentes na pluralidade do mercado hoteleiro, da cultura e da demanda diferenciada, das expectativas de diferentes pólos turísticos ou em razão de diversos processos de mobilidade social. 	<ul style="list-style-type: none"> - compreensão das políticas nacionais e regionais de turismo; - utilização de metodologia adequada para o planejamento de ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas com os eventuais locais, regionais, nacionais e internacionais; - positiva contribuição na elaboração dos planos municipais, estaduais de turismo; - domínio das técnicas indispensáveis ao planejamento operacionalização do Inventário Turístico, detectando de novos negócios e de novos campos turísticos permutas culturais; - domínio e técnicas de planejamento e operacionalização estudos de viabilidade econômico-financeira para empreendimentos e projetos turísticos; - adequada aplicação da legislação pertinente; - planejamento e execução de projetos e programas estatísticos relacionados com empreendimentos turísticos e gerenciamento; - intervenção positiva no mercado turístico com sua inspeção em espaços novos, emergentes ou inventariados; - classificação, sobre critérios prévios e adequados estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, incluindo meios de hospedagens, transportadoras, agências de turismo, Empresas promotoras de eventos e de outras áreas, para com segurança à disposição do mercado turístico e de expansão; - domínios de técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas recreativas e de entretenimento, folclóricas, artes, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais como diversas formas de manifestação da comunidade humana; - domínio de métodos e técnicas indispensáveis ao estudo diferenciados mercados turísticos, identificando os prioritários inclusive para efeito de oferta adequada a cada perfil turístico; - comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta precisa sobre aspectos técnicos específicos e da interpretação da realidade das organizações e dos traços culturais de uma comunidade ou segmento social; - utilização de recursos turísticos como forma de ecoturismo, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas, instituições públicas ou privadas, e dos demais segmentos populacionais; - domínio de diferentes idiomas que ensejem a satisfação do turista em sua intervenção nos traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida; - habilidade no manejo com a informática e com outros recursos tecnológicos; - integração nas ações de equipes interdisciplinares multidisciplinares interagindo criativamente nos diferentes contextos organizacionais e sociais; - compreensão da complexidade do mundo globalizado sociedades pós-industriais, onde os setores de turismo e entretenimento encontram ambientes propícios para desenvolverem; - profunda vivência e conhecimento das relações humanas e relações públicas, das articulações interpessoais, e posturas estratégicas para o êxito de qualquer evento turístico profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética.
CONTEÚDOS CURRICULARES	<p>I - Conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com as Ciências Sociais, a Filosofia, a Psicologia, a Ética, a Política, o Comportamento, a Linguagem, a Comunicação e Informação;</p> <p>II - Conteúdos de Formação Profissional, compreendendo Estudos da Teoria da Administração e das Organizações e suas respectivas funções, dos Fenômenos Empresariais, Gerenciais, Organizacionais, Estratégicos e Ambientais, estabelecidas suas inter-relações com a realidade social, objetivando uma visão crítica da validade de suas dimensões, bem como os aspectos legais e contábeis;</p> <p>III - Conteúdos de Formação Complementar, compreendendo Estudos Econômicos, Financeiros e de Mercado, e suas inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e na utilização de novas tecnologias;</p> <p>IV - Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias, abrangendo Pesquisa Operacional, Teoria dos Jogos, Modelos Matemáticos e Estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à Administração.</p>	<p>I - Conteúdos Básicos: estudos relacionados com as Ciências Humanas, com ênfase na Psicologia, Sociologia e na Geografia Física, Humana, Política e Econômica, e com as Ciências da Comunicação e das Artes;</p> <p>II - Conteúdos Específicos: estudos relacionados com a Administração, a Economia e o Direito, aplicados à Hotelaria, interligados com o Turismo, além de estudos sobre Sistemas de Comunicação e Informática, incluindo domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira;</p> <p>III - Conteúdos Teórico-práticos: obtidos pelos sistemas informatizados, incluindo Laboratórios, com as diversas interligações em rede, cujos produtos sejam postos à disposição do fluxo turístico, observadas as peculiaridades do mercado hoteleiro, Estágio Curricular Supervisionado, Estágios Integradores, Atividade Extra-Classe, Atividades de Pesquisa e de Iniciação Científica e Atividades Complementares.</p>	<p>I - Conteúdos Básicos: estudos relacionados com os aspectos Sociológicos, Antropológicos, Históricos, Filosóficos, Geográficos, Culturais e Artísticos, que conformam sociedades e suas diferentes culturas;</p> <p>II - Conteúdos Específicos: estudos relacionados com a Teoria Geral do Turismo, Teoria da Informação e da Comunicação estabelecendo ainda as relações do Turismo com a Administração, o Direito, a Economia, a Estatística, Contabilidade, além do domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira;</p> <p>III - Conteúdos Teórico-Práticos: estudos localizados nos respectivos espaços de fluxo turístico, compreendendo técnicas, inventário turístico, laboratórios de aprendizagem de estágios.</p>

- V. *promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;*
- VI. *adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos;*
- VII. *garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular.*

As instituições que implantaram ou implantarão cursos de Hotelaria e outros correlatos (Turismo, Turismo e Hotelaria, Turismo e Lazer, Gastronomia, Lazer, Eventos, Lazer e Eventos) deverão passar por avaliações de suas condições de ensino *in loco*. Nestas visitas, avaliadores *ad hoc* do INEP deverão considerar as seguintes dimensões: organização didático-pedagógica; corpo docente e instalações, como ocorre com todos os demais cursos de graduação no país.

Apesar de não constarem nas Diretrizes Curriculares as especificações sobre os tipos de laboratório que os cursos de Hotelaria devem possuir¹⁹, no Manual de Avaliação do Curso de Turismo e Hotelaria – condições de ensino – são especificados os laboratórios necessários, considerando nestes o espaço físico, equipamentos e serviços. A Tabela 11 apresenta quais os laboratórios necessários e os correspondentes pesos que cada instalação confere ao conceito final.

TABELA 11 - AVALIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES/LABORATÓRIOS, POR HABILITAÇÃO

HABILITAÇÃO	INSTALAÇÕES/LABORATÓRIOS - PESOS										
	Lab de Informática	Lab de Turismo	Lab de Recepção	Lab de Hosp. e Comem.	Lab de ASB	Lab de Ecologia	Comitês	Religiões	Lab de Marketing	Lab de Lazer	Lab de Eventos
Turismo	40	60									
Hotelaria	25		25	25	25						
Turismo e Hotelaria	20	20	20	20	20						
Gastronomia	20					20	40	20			
Lazer	40								60		
Eventos	40										60
Lazer e Eventos	30								35	35	
Turismo e Lazer	30	35							35		

Fonte: Manual de Avaliação do Curso de Turismo e Hotelaria – condições de ensino

¹⁹ Há referências quanto à necessidade de laboratórios nos cursos de Hotelaria, no item Conteúdos Curriculares da Diretriz Curricular, sub-item III – “*Conteúdos Teórico-práticos: obtidos pelos sistemas informatizados, incluindo Laboratórios, com as diversas interligações em rede, cujos produtos sejam postos à disposição do fluxo turístico, observadas as peculiaridades do mercado hoteleiro, Estágio Curricular Supervisionado, Estágios Integradores, Atividade Extra-classe, Atividades de Pesquisa e de Iniciação Científica e Atividades Complementares*”.

Espera-se encontrar, pelo menos, nestes laboratórios, instalações, equipamentos, materiais e pessoal técnico responsável que permitam desenvolver atividades práticas das subáreas especificadas. Em algumas instituições é possível encontrar laboratórios, com as seguintes instalações:

- Laboratório de Recepção – balcão de atendimento, com equipamentos para simulação e prática de procedimentos específicos (computador com software de gerenciamento da área e aparelho de telefone);
- Laboratório de Hospedagem e Governança – instalação de uma UH (unidade habitacional), equipamentos, materiais e utensílios para atividades de higienização e arrumação;
- Laboratório de Alimentos e Bebidas – instalação de cozinha pedagógica ou de demonstração, incluindo todos os equipamentos, materiais e utensílios necessários para a confecção e/ou degustação de pratos e bebidas.

Para essas instalações e correspondentes recursos materiais e humanos necessários para o seu funcionamento, as instituições devem dispor de consideráveis recursos financeiros para investir na implantação de um curso com formação em Hotelaria. Porém, como no Manual de Avaliação do Curso não são especificados quais os equipamentos devem ser adquiridos, pode-se encontrar diferenças bastante significativas entre instituições cujos conceitos finais de avaliação sejam semelhantes.

O MEC ainda não lançou os referenciais curriculares para os **Cursos Superiores de Tecnologia em Hotelaria**, estando estes cursos submetidos às diretrizes contidas no Parecer CNE/CES nº 436/2001, Resolução CNE/CP nº 3/2002 e Parecer CNE/CP nº 29/2002, que apresentam informações básicas para os cursos com formação tecnológica, tais como: carga horária mínima por área, perfil profissional, composição do projeto pedagógico, caracterização das áreas profissionais, entre outras.

Os cursos de **Administração com Habilitação em Hotelaria** permanecem ainda submetidos aos critérios válidos para a área de Administração, na avaliação de sua condição de oferta, assim como os alunos, em vias de concluir sua formação, devem se submeter ao Exame Nacional de Cursos desta área. Se a instituição oferecer mais de uma habilitação, todos alunos serão submetidos ao mesmo exame e o conceito será único para todos os cursos, sem distinção por habilitação.

Até a presente data (agosto de 2004) não havia sido exigida dos egressos dos cursos de **Hotelaria** a participação no Exame Nacional de Cursos.

2.1.3 A EXPANSÃO DOS CURSOS PROVOCANDO DISCUSSÕES NA ACADEMIA

A rápida expansão dos cursos de turismo no final da década de 1980, tanto no país, quanto no âmbito internacional, gerou preocupação nos meios acadêmicos por se acreditar que haveria prejuízo dos aspectos qualitativos, tanto dos cursos de Turismo quanto os de Hotelaria.

Na década de 1990, os seguintes eventos internacionais foram organizados a fim de se discutir o ensino superior destas áreas: em 1990, associações como a AMFORT (*Asociación Mundial para la Formación Profesional Turística*) e Aiest (*Association Internationale d'Experts Scientifiques du Tourism*), se organizaram para esses eventos, nas cidades de São Paulo e Berlim, respectivamente, assim como, em 1994, ocorreu o IV Congresso Pan-Americano de Escolas de Turismo e Hotelaria, em Montreal (RUSCHMANN; REJOWSKI; CACCIAMALI, 1996).

As discussões lançadas naquela época relacionavam-se à falta de estudos e programas de pesquisa na área, à falta de integração com o mercado e ao impacto que a superoferta de profissionais do setor de turismo iria provocar no mercado de trabalho em razão da expansão dos cursos. Foi sugerido que houvesse um controle sobre a abertura de novos cursos, levando-se em consideração a demanda da região e o estabelecimento de condições mínimas de qualidade para seu funcionamento.

Em 2003, na Bahia, a Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo (ABBTUR), com apoio do Ministério do Turismo, promoveu o I Encontro Nacional de Coordenadores e Docentes dos Cursos Superiores de Turismo e Hotelaria (ENCOTHUR) com o objetivo de criar um Fórum nacional dos cursos de graduação em turismo e hotelaria das instituições brasileiras que desenvolvessem atividades de ensino, pesquisa e extensão. Esse encontro teve como objetivos criar um órgão representativo das IES junto às instituições nacionais e estrangeiras de fomento e apoio ao turismo e à hotelaria, discutir e delinear metas e políticas de ensino, pesquisa e extensão, entre outros, conforme consta na proposta dos coordenadores do evento (Anexo B). No Anexo C é apresentada a Ata de Criação do Fórum Nacional de Cursos de Graduação em Turismo e/ou Hotelaria, que apresenta mais detalhes sobre a eleição dos membros diretores.

Esse evento também permitiu que alguns docentes e profissionais, com projeção no cenário nacional, apresentassem *papers* sobre as questões mais pertinentes, como as novas diretrizes curriculares, projeto pedagógico e grade curricular, estágio supervisionado, exigências do mercado de trabalho, entre outros.

Uma das preocupações apresentadas durante o evento relacionava-se à expansão dos cursos e à qualidade do ensino de algumas instituições (tema recorrente, uma vez que essa discussão havia começado há treze anos). Além de provocar saturação na oferta de mão-de-obra por conta do elevado número de cursos existentes numa mesma região, estas instituições estariam oferecendo cursos com projeto pedagógico deficiente, corpo docente pouco qualificado e falta de laboratórios para as atividades práticas. A consequência de se lançar no mercado profissionais com baixa qualificação seria a diminuição do nível de confiabilidade e credibilidade que as empresas contratantes teriam nos **turismólogos** e **hoteleiros**²⁰ e na própria academia.

2.2 PESQUISAS E PUBLICAÇÕES NA ÁREA

Os primeiros estudos realizados que envolveram a temática “turismo” surgiram no início década de 1870, na Europa, com enfoque na áreas de geografia e economia (JOVICIC (1988) *apud* REJOWSKI, 1996). O antropólogo mexicano Theron Nuñez escreveu um artigo sobre o turismo de fim de semana, sob a ótica da antropologia, em 1963 (BANDUCCI, 2002).

No Brasil, a produção acadêmica na área de turismo e/ou hotelaria tem sido muito pequena em função de ser recente a criação de programas de pós-graduação, em especial os de *stricto sensu*. Em consulta ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT, 2004), do Ministério da Ciência e Tecnologia, pôde-se levantar 112 trabalhos desenvolvidos entre dissertações de mestrado e teses de doutorado relacionados à temática “Turismo” e 26 para a temática “Hospitalidade”. A Embratur tem em seu *site* 210 trabalhos cadastrados, entre dissertações de mestrado e teses de doutorados sobre o assunto. Em consulta ao *site* da CAPES, obtiveram-se os seguintes resultados: 80 trabalhos com a temática “Turismo”; 22 sobre “Hospitalidade”; 52 sobre “Hotelaria”; 60 com a temática “Hotel” e 23 com a temática “Turismo e Hotelaria”, perfazendo um total de 237 dissertações de mestrado e/ou teses de doutorado registradas pelo órgão.

Pelo fato da temática Turismo ainda não ter sido definida em área epistemológica específica e pelos vários aspectos em que pode ser analisada, dissertações e teses podem ter sido defendidas nas áreas de geografia, administração, economia, comunicação, entre outras, elevando dessa forma o número de trabalhos científicos desenvolvidos no Brasil.

Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* surgiram a partir de 1993, quando a Escola de Comunicação e Artes (ECA) da USP criou o primeiro programa no país, o mestrado em

²⁰ Não confundir aqui com os proprietários dos empreendimentos hoteleiros.

Turismo e Lazer, que posteriormente se tornou linha de pesquisa na área de Relações Públicas, Propaganda e Turismo do Curso Ciências da Comunicação, com programas de mestrado e doutorado. Em 1997, foi criado um programa de mestrado em Turismo e Hotelaria na Universidade Vale do Itajaí (Univali), em Balneário de Camburiú/SC, que também passou a oferecer um programa de doutorado em 2001. Há também um programa de mestrado em Turismo na Universidade de Caxias do Sul, em Canela/RS, iniciado em 2001 e outro em Hospitalidade, em São Paulo/SP, na Universidade Anhembi Morumbi, oferecido a partir de 2002. Em 2001 foi lançado o Mestrado em Cultura e Turismo na Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus/BA e, em 2004, o programa de Mestrado em Turismo e Meio Ambiente no Centro Universitário UNA, em Belo Horizonte/MG.

Portanto, com um pouco mais de dez anos de pesquisa na área de Turismo e/ou Hospitalidade, não é de se estranhar que o número de trabalhos seja muito pequeno, pois ainda há muito por se fazer na área no que diz respeito à sustentação teórica e desenvolvimento de pesquisas. Porém, tanto do ponto de vista econômico, quanto sócio-cultural, as pesquisas são fundamentais para que os impactos promovidos por essas atividades não sejam predatórios, mas sim, ajustados ao meio ambiente e às populações autóctones. Além disso, são fundamentais para que o ensino e o conhecimento destas áreas se desenvolvam satisfatoriamente. “Sem pesquisa, a disponibilidade de dados é limitada e a informação necessária para desenvolver teorias e modelos também é escassa”. (COOPER; SHEPERD; WESTLAKE, 2001, p. 134).

Em relação aos estudos sobre o ensino em turismo e hospitalidade, o primeiro levantamento de dados quantitativos no país foi realizado por Ansarah e Rejowski (ANSARAH, 2002), que constataram a existência de 41 cursos de graduação em 1994, sendo que destes, 32 eram de formação em Turismo (78%), 8 em Hotelaria (19,5%) e apenas um em Turismo e Hotelaria. Estes cursos se concentravam na Região Sudeste (51,2%) enquanto que a Região Centro-Oeste apresentava o menor número de instituições, com apenas 2,5%. Posteriormente, em 2000, Rejowski (*apud* ANSARAH, 2000) contabilizava 204 cursos de Turismo (68,3%), 21 de Hotelaria (7%), 9 de Hotelaria e Turismo (3%) e 64 de Administração com habilitação nas áreas de turismo e hotelaria (21,7%). Houve então, no período de 1994 a 2000, um crescimento de 627% no total de cursos, com 537% de aumento para o de Turismo, 162% para Hotelaria, 800% para Turismo e Hotelaria e o surgimento dos cursos de Administração com habilitação em Turismo e/ou Hotelaria.

Em sua dissertação, Carneiro (2002) apresenta dados sobre o número de vagas/ano *versus* número de egressos/ano, que ocorreu na década de 1980. De acordo com esses dados,

foram preenchidas 340 vagas e somente 80 alunos finalizaram o curso. Como não há estudos mais recentes, não se pode afirmar se o índice de formandos ou índice de evasão se mantém neste mesmo patamar.

Um estudo bastante similar ao que se pretende desenvolver com esta pesquisa foi realizado por Teixeira (2001a) que, a partir de uma pesquisa exploratória sobre o ensino superior em turismo e hotelaria no Brasil em 2000/2001, conseguiu resultados reveladores. Utilizando questionários com perguntas fechadas e abertas endereçados aos coordenadores dos cursos cadastrados no MEC até 1998, obteve retorno de 23% das instituições. Dos dados e informações obtidos, constatou que os cursos de turismo e hotelaria no país estavam assim caracterizados:

- a) a grande maioria dos cursos de turismo e hotelaria eram oferecidos nos departamentos de turismo, que estavam localizados nos centros de ciências humanas ou sociais;
- b) bacharelado era o grau da maioria dos cursos pesquisados, com formação em turismo, hotelaria ou turismo e hotelaria, na maior parte;
- c) 17,5% das instituições também ofereciam cursos de pós-graduação na área, principalmente *lato sensu*;
- d) a duração da maioria dos cursos, ou de 64,3%, era de 4 anos, com variações que iam de 3 a 5 anos;
- e) 80% dos cursos foram criados em razão da demanda existente, que foi explicada de várias formas: percepção do potencial de mercado, potencialidade turística da região, entre outras;
- f) o currículo desses cursos foram organizados baseados em pesquisas formais e informais no mercado, experiência dos docentes, ou ambos;
- g) o sistema seriado (anual ou semestral) foi adotado por 55% das instituições pesquisadas e 43% adotaram o sistema de créditos. A relação candidato/vaga variava muito, com números que iam de 1 a 50 candidatos/vaga e 75% afirmavam que a relação candidato/vaga estava aumentando nos últimos anos;
- h) 95% dos respondentes afirmavam que suas técnicas de ensino estavam adequadas e 80% consideravam que seus métodos eram inovadores. Mais de 10 revistas e periódicos faziam parte do acervo da biblioteca para 20% das instituições, número este considerado muito modesto pela autora;
- i) as instituições, de um modo geral, tinham planos de expansão, com grande diversidade nos tipos de cursos que planejavam implantar (como extensão e pós-graduação); 55%

das instituições pretendiam realizar modificações nos cursos de graduação já oferecidos;

- j) todas as instituições respondentes afirmavam ter como prioridade a qualidade do ensino, com ações voltadas à qualificação docente, avaliação institucional, inovação nos métodos, entre outros;
- k) no perfil dos alunos pesquisados predominava o sexo feminino e a maioria estudava e trabalhava;
- l) 46% das instituições possuíam de 11 a 20 docentes atuando nos cursos, com pouquíssimos casos de dedicação exclusiva e formação acadêmica bastante heterogênea (cerca de 27 formações diferentes). 69% das instituições afirmavam que até 50% dos seus docentes tinham experiência prática em turismo e/ou hotelaria. Havia baixo índice de doutores, com até 25% destes no quadro de docentes em 83% das instituições; 40% destas possuíam até 50% de mestres, 86% tinham até 25% de professores graduados e 59% especialistas;
- m) todas as instituições afirmavam manter vínculo com organizações privadas ou públicas, principalmente em razão dos convênios de estágio, que era oferecido por todas as instituições, de maneira geral, no último ano. A carga horária de estágio da maioria era de 300 h e todas afirmavam possuir problemas com a implementação do programa de estágio em função da falta de preparo das empresas provedoras, que adotavam práticas inadequadas e utilizavam os alunos como mão-de-obra barata; não remuneravam os alunos ou havia problemas com a falta de compatibilidade de horários, pois muitos alunos trabalhavam, além do contingente de estudantes que não eram atendidos;
- n) 40% das instituições não ofereciam cursos voltados à formação de empreendedores e apenas 22,5% faziam menção a algum tipo de ação voltada a pequenas e médias empresas.

Diante de todo o levantamento efetuado, a pesquisadora concluiu que muitos cursos, recentes e com forte apelo entre os jovens, não tinham estrutura para funcionamento adequado, tampouco possuíam, em seu quadro, docentes com formação ou experiência na área. O fato de haver pouca titulação, com raros casos de mestres ou doutores na área de turismo e/ou hotelaria ficou também evidenciado. A autora acreditava que havendo a avaliação das instituições, com a utilização do “Provão”, as instituições privadas seriam expostas ao público, o que as forçaria a aumentar o investimento na qualificação de seu corpo

docente, bibliotecas, computadores e outros equipamentos. Afirmava também que a academia precisava buscar diminuir o *gap* entre as necessidades da indústria e o conteúdo dos programas, assim como deveriam promover o aumento da relação com empresas públicas e privadas.

Os pontos que diferenciam este trabalho da pesquisa realizada por Teixeira são os seguintes: o objeto de estudo que aqui fica limitado aos cursos de Hotelaria; a diversidade oferecida pelas instituições, considerando o elevado número de cursos, suas modalidades e nomenclaturas existentes; a apresentação do panorama do ensino superior no Brasil e como isso influenciou no histórico do curso de hotelaria.

Em relação às publicações, o mercado editorial, levado pela expansão do ensino e pela necessidade de bibliografia especializada, tem lançado um número cada vez maior de títulos comerciais, provocando um crescimento de cerca de 70% nos últimos três anos (MOTA, 2003). Num *site* especializado em vendas de publicações é possível adquirir mais de 1.000 títulos, nacionais e importados, sobre as temáticas turismo, hotelaria, lazer, eventos, alimentos e bebidas, agência de viagens, transporte e outros, abordando os mais diversos sub-temas como planejamento, sociologia, marketing, lazer, pesquisa, gestão ambiental, sustentabilidade, políticas, legislação, economia, práticas, etc.

Também se pode encontrar publicações científicas elaboradas pelas instituições que oferecem programas de pós-graduação *stricto sensu*, como as revistas *Turismo: Visão e Ação* da Univali e *Turismo em Análise* da ECA/USP, com registros ISSN e a revista especializada *Turismólogo em Foco*, editada pela ABBTUR, além de outros periódicos especializados mais voltados ao mercado. As publicações estrangeiras, principalmente americanas e inglesas são muitas, científicas e não-científicas, destacando-se a *Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly*, *Journal of Hospitality & Tourism Education*, *International Journal of Hospitality Management*, *Journal of Travel Research*, entre outros.

Várias associações e organizações espalhadas por diversos países e algumas com abrangência internacional, desenvolvem programas de ensino ou treinamento, bem como pesquisas em turismo e hospitalidade como a *American Hotel & Lodging Association* (AH&LA), com 93 anos de atividade e o *International Council on Hotel, Restaurant and Institutional Education* (CHRIE), com 58 anos, nos Estados Unidos.

2.3 PERFIL DOS ALUNOS

Quando os primeiros cursos superiores de Hotelaria surgiram no Brasil, havia uma imagem estigmatizada daqueles que os freqüentavam, pois se acreditava que os alunos estavam buscando um curso fácil, não gostavam de estudar, criando-se preconceitos em relação a estes estudantes. Este estigma teve origem na criação dos cursos profissionalizantes que o Senac passou a oferecer, na década de 1950:

No contexto educacional da época em que foi criado o SENAC, pode-se detectar o preconceito em relação ao ensino profissional, principalmente porque este sempre foi tratado pelo governo e empresários como a alternativa de ensino possível para camadas mais desfavorecidas da sociedade brasileira. O ensino mais acadêmico, denominado atualmente como ensino médio e superior, eram e ainda são, mais restritos aos setores médio e alto da sociedade (CARNEIRO: 2002, p.31).

O curso técnico de Hotelaria criado pelo Senac em 1978 tinha uma clientela bastante heterogênea, composta por diplomados do ensino médio e estudantes universitários, que não puderam continuar seus estudos por várias razões, além de profissionais que já atuavam no setor (Carneiro, 2002). A partir de meados da década de 1990, com a vinda de grandes empreendimentos hoteleiros internacionais e o turismo despontando como o setor da economia que mais se desenvolvia, muitas instituições passaram a oferecer cursos superiores nesta área, atraindo um tipo de clientela diferenciada, com melhor grau de instrução e nível socioeconômico mais alto.

Substituindo o preconceito que havia em relação aos estudantes que buscavam estes cursos, surgiu “(...) um certo tom de modismo e glamour atribuídos aos cargos de chefia na administração hoteleira, atraindo cada vez mais, jovens de classe média com expectativas de altos salários para tais funções” (CARNEIRO, 2002, p. 31). O que reforçou esse “modismo e glamour” foram as reportagens que revistas e jornais de circulação nacional apresentavam sobre os investimentos que grandes redes internacionais fariam no país e as possibilidades de empregos e altos salários para os cargos de chefia.

O perfil do aluno dos cursos de Tecnologia em Hotelaria do Senac de 1991 a 2000, que Carneiro detectou em sua dissertação de mestrado, ilustra a mudança de clientela nos últimos anos. Essa pesquisa, apesar de ter sido feita somente com alunos dessa instituição, serve como referencial, podendo haver similaridade em outras instituições. Consultando os egressos deste período, foi constatado que a faixa etária predominante era de 21 a 25 anos, jovens provenientes de classe socioeconômica relativamente alta, oriundos de escolas particulares, na sua maioria, e com uma predominância do sexo feminino, com 80% dos

alunos. Dos que responderam ao questionário, 54% atuavam em hotelaria ou em áreas similares ou correlacionadas e 60% recebiam até 10 salários mínimos (SM) mensais (19% = 1 a 5 SM e 41% = 6 a 10 SM).

2.4 ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE HOTELARIA

Os setores do turismo e da hotelaria, por se tratar fundamentalmente de prestação de serviços, caracterizam-se por desenvolver uma atividade que requer intensa mão-de-obra com diferentes níveis de especializações.

O perfil desejado do formando em Hotelaria, apresentado pelas Diretrizes Curriculares, é o de um profissional apto a atuar na gestão e administração de negócios em hotelaria, cuja formação lhe permita antever as mudanças na vida social, econômica, política, empresarial e organizacional, e as transformações e impactos que essas possam provocar na conjuntura e funcionamento do negócio.

Para Ansarah (2002, p. 43), o bacharel em hotelaria poderá atuar no mercado em setores de:

- a) planejamento estratégico
- b) organização e administração nos setores hoteleiro e extra-hoteleiro: gestão de hotéis, alimentos e bebidas, hospedagem, controladoria, marketing
- c) áreas correlatas do setor como gastronomia, lazer/recreação e cruzeiros marítimos, ou ainda, em hospitais, clínicas e spas

Porém, na busca por uma colocação no mercado de trabalho, o egresso enfrenta algumas barreiras:

a) De ordem cultural

Há ainda no Brasil resquícios de uma cultura escravocrata que permeia a filosofia e a cultura de muitas empresas hoteleiras, pois acreditando não haver necessidade de qualificação, contratam pessoal com pouca escolaridade, oferecendo baixos salários. Além disso, entendem que as atividades pertinentes à hotelaria se aprendem apenas na prática. A indústria hoteleira é “(...) dominada por pequenos negócios conduzidos por empresários que não possuem treinamento formal em turismo [e/ou hotelaria] e que não reconhecem a necessidade de apoiar os cursos de turismo e aumentar o profissionalismo geral da indústria” (COOPER; SHEPERD; WESTLAKE, 2001, p. 44). Os autores ainda complementam, afirmando que esses empresários acreditam não serem necessários treinamento e desenvolvimento, nem possuem recursos para investir nisso, desconfiando de qualquer forma

de capacitação, pelo fato de terem desenvolvido seu negócio com pouca ou nenhuma educação formal.

Os dados apresentados pela Embratur (BRASIL, 2004b) sobre a mão-de-obra contratada pelo setor de turismo (englobando os sub-setores de alojamento, alimentação, agência de viagem, atividades recreativas, transporte rodoviário não urbano, transporte aéreo e aluguel de automóveis) confirmam a baixa escolaridade dos profissionais que atuam na área. No ano de 2001 o turismo contratou 1.312.962 pessoas e, desse total, 208.455 foram contratadas para o setor de alojamentos. Apenas 5% dos funcionários dos empreendimentos hoteleiros possuía o terceiro grau; a maioria, ou 67%, tinham estudado apenas até a 8^a. Série do Ensino Fundamental.

Por isso, mesmo com competências e habilidades de gerenciamento que o aluno desenvolve durante sua graduação, no início de sua carreira lhes serão destinados os cargos hierarquicamente inferiores, pois a ênfase é dada à experiência e não à qualificação profissional. Aos novatos será exigido adquirir experiência na organização nos níveis mais elementares e em cada um dos departamentos do empreendimento, para, somente então, galgar posições hierarquicamente superiores (COOPER; SHEPERD; WESTLAKE, 2001).

As grandes empresas hoteleiras internacionais situadas em grandes centros urbanos contratam, mesmo para as funções mais elementares, pessoal qualificado que possua formação superior na área e domínio de idiomas estrangeiros. Com esse perfil, o funcionário tem chances de ascender na empresa, chegando aos postos mais elevados. Porém, pelo fato de haver mais oferta de mão-de-obra qualificada do que vagas, essas empresas podem ter em seus quadros pessoal altamente qualificado, sem ter que necessariamente, oferecer bons salários. Faltam estudos e dados que confirmem a participação destas empresas na contratação e desenvolvimento de recursos humanos.

b) Concorrência com outros profissionais e atuação do profissional em hotelaria

Os egressos dos cursos superiores em hotelaria encontrarão concorrentes na disputa por uma vaga de emprego. Primeiramente serão seus concorrentes os próprios colegas de profissão, que estão em número cada vez maior por causa da proliferação de cursos nos vários níveis de ensino; depois os profissionais graduados em outras áreas, como administração de empresas, direito, economia, educação física, além do próprio colega formado em turismo e

áreas correlatas, profissionais estrangeiros ou com curso de formação no exterior²¹; além de profissionais de formação média (ANSARAH, 2002).

Essa concorrência dificulta a contratação do formado em hotelaria e reduz as oportunidades salariais. Um fator determinante disso é a evolução quantitativa dos cursos oferecidos, principalmente bacharelado e pós-graduação *lato sensu*, que ocorre sem critérios definidos e sem planejamento, levando a uma saturação no setor (RUSCHMANN; REJOWSKI; CACCIAMALI, 1996).

Um contato importante que o aluno e a própria academia estabelecem com o mercado de trabalho ocorre durante a atividade de estágio supervisionado. São destinadas 15% da carga horária total do curso para que os alunos desenvolvam o aprendizado na articulação da teoria com a prática. Porém, há ainda conflitos entre os envolvidos no processo de estágio: enquanto os alunos se queixam de haver exploração de mão-de-obra, baixo valor da bolsa estágio, pouco aproveitamento do potencial dos alunos pela empresa, entre outros, as empresas se queixam de receber alunos com desconhecimento em várias áreas, pouca iniciativa e responsabilidade limitada (GIARETTA, 2003).

Portanto, é fundamental que a academia estabeleça diálogo com as empresas do setor, para que se façam os ajustes necessários, levando ambos ao desenvolvimento. Para Cooper, Sheperd e Westlake (2001, p.171),

A indústria é dependente do sistema de educação, pois espera que este produza formandos de boa qualidade que estejam preparados para atendê-la. Por sua vez, o sistema de educação é dependente da indústria, na medida que necessita que esta se envolva no debate pedagógico para ajudar na atualização do currículo e assegurar que as necessidades da indústria sejam preenchidas pela educação.

Porém, nesse intercâmbio entre empresa/escola não se pode excluir o meio ambiente, a comunidade e a busca por um desenvolvimento sustentável. E neste ponto, a responsabilidade de ambos aumenta, pois é preciso qualificar uma mão-de-obra que seja competente para gerenciar um negócio que irá incluir no seu rol de responsabilidades, o meio ambiente e a comunidade em que se insere.

Para aqueles que têm aptidão para o magistério, lecionar em cursos de Hotelaria ou Turismo pode ser uma interessante opção, tendo em vista o grande número de cursos em oferecimento e a necessidade de docentes, principalmente para as disciplinas de áreas específicas, como Hospedagem e A&B. Pode ser exigida destes docentes experiência

²¹ Na década de 1970, quando as primeiras redes internacionais começaram a operar no Brasil (vide capítulo 3), os cargos de chefia e gerência eram preferencialmente preenchidos por profissionais estrangeiros ou que tivessem formação no exterior (CARNEIRO, 2002).

profissional anterior, que se por um lado é interessante pela vivência na área, por outro, deixa de ser fundamental se o professor não buscar a atualização, uma vez que a defasagem fatalmente ocorrerá ao longo do tempo. Os programas de pós-graduação *stricto sensu* ainda são poucos e somente muito recentemente (final de 1990 e início de 2000) têm sido oferecidos, contribuindo para o baixo número de docentes no Brasil com titulação na área de Turismo ou Hotelaria. Portanto, aqueles que buscarem titulação associada à renovação e atualização de conhecimentos, pela pesquisa e pelo estreito contato com o mercado hoteleiro, terão melhores chances de desenvolver carreira no magistério superior.

2.5 O ENSINO DE HOTELARIA NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Nos países anglo-saxões, os programas acadêmicos com formação em hotelaria englobam os cursos da área de hospitalidade (*Hospitality Management* ou *Hospitality Administration*). São cursos iniciados há mais de 100 anos, como aqueles da *Ecole Hotelierie de Lausanne*, na Suíça, fundada em 1893 ou da *Cornell University*, nos Estados Unidos, que lançou o programa em 1922. As escolas da Suíça sempre foram consideradas “de excelência”, com forte enfoque operacional e destaque para o atendimento de requinte e sofisticação. Nos Estados Unidos, a Universidade de Cornell se tornou referência mundial na educação em hospitalidade pela ênfase na gestão do negócio hoteleiro. No Reino Unido o primeiro programa da área teve início em 1946, na atual Universidade de Strathclyde. Porém, um dos cursos mais conceituados do país é o da Universidade de Surrey.

Cada país tem seu foco quando se trata da formação de mão-de-obra para trabalhar na indústria hoteleira, porém com a globalização e a expansão das cadeias hoteleiras a outras partes do planeta, as instituições de ensino têm oferecido disciplinas voltadas ao gerenciamento de negócios internacionais, de forma a atrair estudantes de outros países (como no caso do Reino Unido, onde os estrangeiros chegam a pagar sete vezes mais que o aluno britânico ou da Comunidade Européia) (TEIXEIRA, 2001b). Também oferecem cursos de pós-graduação, com programas de mestrado, doutorado e/ou MBA (*Master Business Administration*).

Apesar de alguns cursos serem bastante antigos, somente nos anos de 1980 e 1990 houve crescimento global na oferta de programas acadêmicos, em razão do crescimento do setor do turismo e da indústria de hospitalidade (BARROWS, 1999).

É interessante notar as diferenças existentes entre Brasil, Estados Unidos e Reino Unido em relação ao surgimento e características dos cursos de Turismo e Hotelaria. No

Brasil, os cursos de Turismo surgiram no início da década de 1970 e anteriormente aos de Hotelaria; possuem na sua nomenclatura poucas variações (a grande maioria dos 564 cursos está designada como “Turismo” apenas). Nos Estados Unidos e Reino Unido o curso de Turismo, criado em meados da década de 1990, é derivado do curso de Hospitalidade e em sua nomenclatura é mais comum aparecerem combinações com “Hospitalidade”, “Viagem” ou “Lazer”, existindo poucas nomenclaturas de “Turismo” somente.

2.5.1 O ENSINO DE HOSPITALIDADE NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

O ensino em hospitalidade nos Estados Unidos apesar de ter ganhado respeito como um campo de estudo, ainda não possui o *status* de que outras áreas de saber já dispõem. Em muitos casos, o ensino em hospitalidade foi criado em faculdades de administração, negócios ou economia doméstica. Muitas instituições, como a Cornell University, têm desenvolvido pesquisas científicas na área e cerca de 16 jornais acadêmicos existentes no país se incumbem de socializar os resultados (STUTTS, 1999).

Os cursos de graduação em hospitalidade nos Estados Unidos têm duração média de quatro anos e seu currículo é composto por disciplinas básicas obrigatórias e outras optativas²² que o aluno pode escolher de acordo com sua preferência pessoal. Deve cumprir um número mínimo de créditos para a sua formação, incluindo as horas de estágio em empresas do setor. Dentre as disciplinas optativas, há aquelas destinadas à capacitação de mão-de-obra para o gerenciamento de cassinos e cruzeiros marítimos e as aulas práticas são voltadas à área de alimentos e bebidas.

Para garantir a qualidade de ensino, os cursos são avaliados por associações como a *Accreditation Commission for Programs in Hospitality Administration* (ACPHA), que envia comissão composta por dois ou três avaliadores, para numa visita de três dias, averiguar a precisão do relatório apresentado da instituição e dos programas. As instituições também utilizam revisores da indústria hoteleira, que julgam os estagiários, o programa e o currículo do curso, apontando quais habilidades e conhecimentos a indústria necessita (BARROWS; BOSSELMAN, 1999).

Havia, na época da edição da obra de Barrows e Bosselman (1999), aproximadamente 175 cursos de graduação para um negócio de cerca de 3,4 milhões de unidades habitacionais (UH), com estimativa de crescimento para 3,6 milhões na virada do século XXI (ADER; LEFLEUR (1997) *apud* STUTTS, 1999). Fazendo uma análise desses dados, poder-se-ia

²² Na Universidade de Cornell, os alunos têm 150 opções de disciplinas em nove áreas. Vide <http://www.hotelschool.cornell.edu/prospective/>

estabelecer uma relação entre o número de UH e o número de cursos, ficando em torno de 20.000 UH/curso. Esse dado por si só nada representa, pois não há estudos a respeito que afirmem se essa relação exprime excesso ou não de mão-de-obra, mesmo porque não se tem o número de matrículas efetuadas ou egressos destas instituições (relação esta que seria mais interessante analisar). Não se pode afirmar se esse índice é adequado ou não, mas, se fosse possível fazer uma análise da realidade brasileira, considerando que:

- no Brasil, havia em 1998 uma estimativa de 18 mil empreendimentos hoteleiros, com média de 59 UH/hotel, perfazendo, desta forma, um pouco mais de um milhão de UHs (GAZETA MERCANTIL, 1999). Supondo que esse número tenha aumentado para 1,1 milhão até 2003 com os investimentos realizados na construção de novos hotéis, a relação UH/curso estaria em torno de 5.600 (1,1 milhão de UH para 195 cursos).
- o *site* www.collegeview.com tenha apresentado o número atualizado de cursos ofertados nos EUA, em 2004, e que a estimativa de crescimento de UHs tenha se confirmado; a relação UH/curso nos EUA estaria em torno de 19.500 (3,6 milhões de UH para 185 cursos);

Ao comparar os dados, o Brasil estaria com um índice três vezes menor que os EUA. Isto significaria dizer que teríamos três vezes mais cursos que os americanos. Resta saber se esses dados denotam excesso de cursos no Brasil ou escassez nos EUA.

2.5.2 O ENSINO BRITÂNICO DE HOSPITALIDADE

Segundo Hobson (1999), havia no Reino Unido 12 instituições que ofereciam cursos de graduação em hospitalidade no ano de 1984. Nessa década, com o incentivo do governo para a criação de escolas politécnicas (que exigiam menores investimentos para sua criação e posteriormente foram transformadas em universidades), a oferta de cursos em turismo e hospitalidade foi ampliada. De 1991 a 1998 houve um crescimento de 350% no número destes cursos, com 75 instituições oferecendo estes programas (TEIXEIRA, 2001b). Em recente consulta ao *Universities and Colleges Admission Services* (UCAS) verificamos o cadastro de 79 Universidades que oferecem cursos nesta área no Reino Unido (UCAS, 2004).

Os cursos superiores de hospitalidade, cuja origem data de 1946, antecederam à criação da graduação em turismo (o inverso do que aconteceu no Brasil). Programas de pós-graduação em turismo surgiram antes mesmo da graduação, que teve maior expansão nos

anos de 1990, com a criação de dois terços destes cursos ocorrendo nessa época (MIDDLETON (1997) *apud* TEIXEIRA, 2001b)

Enquanto Hobson (1999) afirma que a maioria dos cursos de turismo e hospitalidade tem 4 anos de duração com um ano de programa de estágio, em estudo realizado por Teixeira (2001b), 60% dos programas têm a duração de 3 anos. Nesse período, o aluno pode desenvolver atividades de estágio, que são oferecidas por 70% das instituições, variando muito a sua duração: três semanas a um ano; e quanto ao momento do curso em que se realiza: segundo ou penúltimo ano. As atividades práticas são focadas na área de alimentos e bebidas, sendo que muitas universidades possuem completa infra-estrutura para o seu desenvolvimento.

Os programas em hospitalidade no Reino Unido oferecem dezenas de diplomas, porque em função da modularização de seus cursos, várias combinações podem ser realizadas, permitindo ao aluno livre escolha dentro de um mínimo de créditos obrigatórios que necessita cumprir. Dessa forma, o egresso pode ser diplomado em Gerência de Hospitalidade com Políticas de Meio Ambiente, com Lazer, entre outros. Nesse modelo, há atualmente 417 cursos de hospitalidade com suas inúmeras variações (UCAS, 2004).

2.5.3 ENTENDENDO O SISTEMA AUSTRALIANO

O desenvolvimento de programas universitários de turismo e hospitalidade na Austrália tem sido um fenômeno recente se comparado com os Estados Unidos e Reino Unido. Somente em meados de 1970, que o *Foostcray Institute of Technology* em Melbourne (o qual agora faz parte do *Victoria University of Technology*) e o *Gatton Agricultural College* (agora parte da Universidade de Queensland) introduziram seus programas em gerenciamento da hospitalidade (HOBSON, 1999).

Conjugado com a expansão do setor universitário e sub oferta de graduados para uma indústria de turismo em crescimento, o número de cursos em hospitalidade e turismo cresceu rapidamente, com origens em departamentos tais como negócios, recursos naturais, estudos de lazer e recreação e geografia, assim como em hospitalidade.

Na Austrália, o rápido crescimento e desenvolvimento dos programas de turismo e hospitalidade ocorreram quase que simultaneamente. Em 1987, Craig-Smith, Davidson e French (1987 *apud* HOBSON, 1999) identificaram 3 instituições que ofereciam cursos de hospitalidade e turismo. Em 1990, havia 16, e em 1995, 21. Entre os programas oferecidos pelas universidades, 8 focavam especificamente em turismo, cinco gerenciamento de hotel e hospitalidade, e oito apresentavam programas em ambas as áreas. No entanto, tal identificação

tem se tornado difícil. Isso porque em alguns casos os diplomas têm a titulação em turismo e hotelaria enquanto que em outros casos eles se apresentam como habilitação de áreas de negócios ou lazer. O crescimento e diversificação dos programas continuaram e em 1997, várias das 37 universidades do país ofereciam algum tipo de programa de hospitalidade e turismo (HOBSON, 1999).

A maioria dos programas inclui algum período de estágio e duração de 3 anos para uma graduação comum. São raros os cursos que oferecem práticas na área de cozinha e restaurantes.

3 CAPÍTULO III - RESULTADOS E DISCUSSÕES ACERCA DOS CURSOS COM FORMAÇÃO EM HOTELARIA NO BRASIL

A expansão dos cursos superiores com formação em Hotelaria segue a mesma tendência acelerada que há no ensino superior brasileiro nos últimos anos, quando se promoveu a ampliação do número de instituições de ensino superior no país com um aumento nas instituições privadas, em 87%, predominantemente as particulares em sentido estrito. Esse aumento do número de instituições de ensino superior acompanha o aumento da demanda de matrículas e conclusões do ensino médio, porém de forma desordenada, regionalizada e em determinadas áreas de conhecimento.

Os cursos da área de hospitalidade – Turismo, Hotelaria e correlatos – tiveram um aumento substancial, principalmente nos últimos seis anos. Acompanhando essa expansão, os cursos de Turismo cresceram muito mais do que os de Hotelaria, inclusive por exigir menores investimentos na infra-estrutura para sua implantação. Os cursos de Turismo, de acordo com o “MANUAL DE AVALIAÇÃO DO CURSO DE TURISMO E HOTELARIA – CONDIÇÕES DE ENSINO” da Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior (DAES), do MEC, necessitam instalar dois tipos de laboratórios: os de Informática e Turismo, enquanto que os de Hotelaria necessitam instalar quatro: de Informática, Recepção, Hospedagem e Governança, e, Alimentos e Bebidas. Mais investimentos são necessários nos cursos de Turismo e Hotelaria, pois é exigido que tenham cinco laboratórios: Informática, Turismo, Recepção, Hospedagem e Governança e Alimentos e Bebidas.

Para se obter o número total de cursos de Turismo e/ou Hotelaria no Brasil, O INEP disponibiliza pela Internet o cadastro de todos os cursos: de bacharelado, tecnologia e seqüencial. Podem-se obter alguns dados sobre o curso e sobre a instituição que os oferecem. Assim, em consulta realizada em meados do primeiro semestre de 2003, havia cadastro de 172 cursos superiores com formação em Hotelaria. Para obter esse número foi necessário digitar a palavra “HOTEL” no campo NOME DO CURSO/HABILITAÇÃO, pois se fosse digitada a palavra “HOTELARIA”, cursos cuja nomenclatura constasse o termo “HOTELEIRA” não seriam considerados (BRASIL, 2004).

Porém, a cada consulta que se faz ao *site*, o número total de cursos na área de hotelaria se altera, em função do crescimento de sua oferta. Para se ter um exemplo, no início de 2004 o número de cursos com formação em hotelaria cadastrados passou para 201, perfazendo um aumento de 17% no período inferior de um ano. Em razão de constar no cadastro do INEP seis cursos em extinção e duplicidade em um dos nomes, considera-se, para esta pesquisa, a

existência de **195** cursos de tecnologia e bacharelado (Anexo D), que promovem formação em Hotelaria. Nesta data (março de 2004) foram também levantados 564 cursos de turismo e 34 sequenciais (21 de turismo e 13 de hotelaria).

É bom que se esclareça que, nas listagens dos cursos cadastrados pelo sistema do INEP, um mesmo curso pode aparecer em mais de uma lista, pois se em sua nomenclatura aparecerem as palavras “TURISMO” e “HOTELARIA” (ou hoteleira), este aparecerá na lista dos cursos de Turismo e de Hotelaria. Dessa forma, somar os cursos de Turismo e Hotelaria (564 + 195) para se obter o total desta área estaria incorreto.

Esses números apontam a grande expansão do ensino na área, principalmente a partir de 1998, porém de forma desordenada, pois há cidades ou regiões que concentram vários cursos, podendo levar à saturação da carreira profissional. Se se considerar os últimos 10 anos, esse aumento representa mais de 2.600%, pois passaram de 7 para 195. Na década de 1990, foram criados 56 cursos (29%) e a partir de 2000, 133 (68%) foram implantados. No ano de 2003 ocorreu o maior número de aberturas, com autorização pelo MEC de 39 cursos, o que representa 20% do total oferecido no país.

Além da expansão, houve uma oferta de cursos com nomenclaturas das mais diversas, pois consultando o INEP pôde-se constatar 30 denominações diferentes para os cursos superiores, cuja abordagem ao tema “HOTELARIA” é dada com menor ou maior ênfase. São cursos de bacharelado e tecnologia oferecidos por IES públicas e privadas, em quase todas as unidades federativas.

De acordo com dados disponibilizados, na década de 1970 foram criados os três primeiros cursos na área de hotelaria, sendo dois bacharelados e um de tecnologia. Como o mais antigo, aparece o curso de Administração com Habilitação em Administração Hoteleira e Turismo com início em 1976, oferecido pela Universidade Estadual de Santa Cruz, em Ilhéus/BA. Porém, como esse curso é uma habilitação do curso de Administração, que teve a mesma data inicial e autorização pelo mesmo decreto, entende-se que a habilitação em Hotelaria tenha se iniciado posteriormente a essa data (1976), pois as bibliografias consultadas apontam como precursor o curso de Tecnologia em Hotelaria oferecido pela Universidade de Caxias do Sul, em Canela/RS, cujo início se deu em 1978. (REJOWSKI, 1996). A Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro/RJ, teria oferecido o primeiro curso de bacharelado em Hotelaria, a partir de 1979.

Na década de 1980 foram criados mais três cursos, todos de Tecnologia em Hotelaria, sendo dois no Estado de São Paulo (Faculdades Renascença – 1981 e Senac – 1989) e um no Maranhão (Universidade Federal do Maranhão – 1987).

A Tabela 12 apresenta os cursos e respectivas datas de abertura e instituições cadastrados pelo INEP até o final da década de 1980.

TABELA 12 – CURSOS COM FORMAÇÃO EM HOTELARIA, CRIADOS NA DÉCADA DE 1970 E 1980

ANO	DIPLOMA	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO
1976	Bacharel	Admin. com Habilitação em Administração Hoteleira e Turismo	UESC/BA
1978	Tecnólogo	Tecnologia em Hotelaria	UCS/RS
1979	Bacharel	Hotelaria	UNESA/RJ
1981	Tecnólogo	Tecnologia em Hotelaria	FACRENAS/SP
1987	Tecnólogo	Tecnologia em Hotelaria	UFMA/MA
1989	Tecnólogo	Tecnologia em Hotelaria	SENAC/SP

Na década de 1990, principalmente a partir de 1994 quando houve a estabilização da moeda nacional e os investimentos puderam ser realizados no mercado hoteleiro, as instituições de ensino perceberam a necessidade de oferecer cursos nesta área, face as perspectivas de crescimento no setor. Nessa época começaram a aparecer os cursos com nomenclaturas diversificadas. Na Tabela 13 é apresentada a evolução do número de cursos criados. Foi um crescimento na ordem de 834% desde a implantação do primeiro curso em 1976 até o final da década de 1990.

TABELA 13 – CURSOS CRIADOS NA DÉCADA DE 1990

CURSOS	ANO						
	1990	1995	1996	1997	1998	1999	TOTAL
Turismo e Hotelaria	1				5	2	8
Administração c/Hab. em Hotelaria		1		1	2	5	9
Hotelaria			1	1	5	3	10
Tecnologia em Hotelaria		1			1		2
Turismo c/Hab. ou ênfase em Hotelaria				1	1	3	5
Administração c/Hab. em Administração Hospitalar e Hoteleira					1		1
Administração c/Hab. em Administração Hoteleira					4	6	10
Administração c/Hab. em Hotelaria e Turismo					1	3	4
Administração Hoteleira					1		1
Turismo e Administração Hoteleira					1		1
Turismo, Gestão em Hotelaria, Turismo e Lazer					1		1
Administração c/Hab. em Gestão Hoteleira						2	2
Administração c/Hab. em Hotelaria, Turismo e Lazer						1	1
Administração c/Hab. em Turismo Rural e Hotelaria						1	1
Total	1	2	1	3	23	26	56

Fonte: INEP

Esses cursos foram implantados majoritariamente na região Sudeste, principalmente no Estado de São Paulo (24) sendo que na cidade de São Paulo foram implantados 10 novos cursos. Na seqüência, o Estado de Santa Catarina apresentou um maior número de abertura,

com 8, o Paraná, com 7 e Bahia com 5, sendo que na cidade de Salvador foram 4 os cursos criados. A Figura 7 apresenta os números.

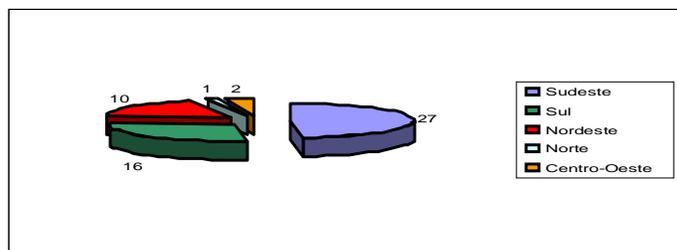


FIGURA 7 – CURSOS CRIADOS NA DÉCADA DE 1990, POR REGIÃO

Os cursos de tecnologia não foram muito prestigiados pelas instituições, pois somente dois deles foram implantados durante a década de 1990. Esses cursos, que são voltados para a formação profissional, demandam um investimento maior na sua implantação em razão da necessidade de laboratórios para o desenvolvimento das atividades práticas.

O destaque ficou para os cursos de Administração com suas habilitações em Hotelaria, pois foram criados 29, representando 52% do total de cursos implantados.

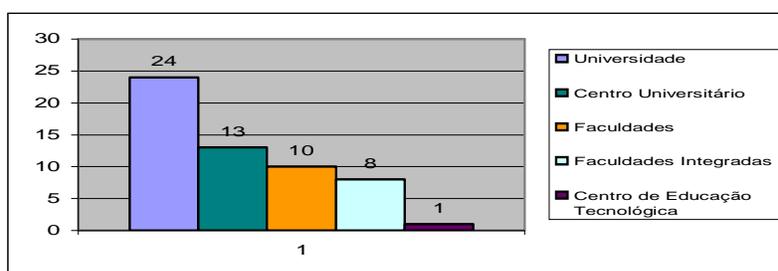
A implantação de novos cursos ficou concentrada nos anos de 1998 e 1999, quando foram criados 49, ou 87% do total instituído na década. Foi também nestes dois anos que surgiu a diversificação de nomenclaturas, pois até o ano de 1997 havia os cursos de Turismo e Hotelaria, Hotelaria, Tecnologia em Hotelaria e Administração com Habilitação em Hotelaria e a partir daí, nove nomenclaturas distintas foram criadas.

Analisando as características das instituições que criaram esses cursos na década de 1990, enquanto categoria administrativa, estavam assim distribuídas: privadas com fins lucrativos, representando 61% do total; seguido das privadas sem fins lucrativos, com 27% e as públicas, com 12%. As instituições públicas se concentraram mais na Região Nordeste, com quatro dos sete estabelecimentos. A Tabela 14 apresenta os números.

TABELA 14 – NÚMERO DE IES, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA

CATEGORIA ADMINISTRATIVA		TOTAL
Privadas com fins lucrativos	Particular em Sentido Estrito	34
	Privada Comunitária	2
Privadas sem fins lucrativos	Privada Comunitária Filantrópica	2
	Privada Comunitária Confessional Filantrópica	1
	Privada Filantrópica	9
	Privada Confessional	1
Públicas	Estadual	2
	Federal	4
	Municipal	1
Total		56

Em relação à organização acadêmica, as instituições que mais ofereceram cursos com formação em Hotelaria foram as universidades, com 42% do total. A Figura 8 apresenta os cursos criados por tipo de organização acadêmica na década de 1990.

**FIGURA 8 – CURSOS CRIADOS NA DÉCADA DE 1990, POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA**

A partir de 2000, a expansão do ensino em hotelaria se deu de forma bem mais intensa, com a criação de 133 cursos, sendo 33 em 2000, 23 em 2001, 16 em 2002, 39 em 2003, 17 em 2004 e outros 5, sobre os quais não constava no cadastro no INEP a data de seu início; porém por se tratar de cursos novos, supõe-se que ainda não tenham sido iniciados. No ano de 2003 houve maior número de abertura de novos cursos, com 29% do total.

Assim, até o início de 2004, havia o cadastro disponibilizado de 195 cursos com formação em Hotelaria no Brasil. Eram 38 de tecnologia e 157 bacharelado, oferecidos por 162 instituições de ensino. As nomenclaturas dos cursos nestes últimos anos são apresentadas na Tabela 15.

TABELA 15 – CURSOS CRIADOS A PARTIR DE 2000

CURSOS	ANO					SEM DATA	TOTAL
	2000	2001	2002	2003	2004		
Turismo e Hotelaria	6	1		1			8
Administração c/Hab. em Hotelaria	3	1		1			5
Hotelaria	5	5	4	7	2	1	24
Tecnologia em Hotelaria	3	2	1	3		2	11
Tecnologia em Hotelaria e Eventos		1					1
Tecnologia em Turismo e Hospitalidade	1						1
Tecnologia em Gestão em Hotelaria		1		4			5
Tecnologia em Empreendimentos de Turismo e Hotelaria				8			8
Tecnologia em Hotelaria e Gestão Sustentável do Turismo				1			1
Tecnologia em Hotelaria Hospitalar				1			1
Tecnologia em Turismo e Hotelaria			2	2			4
Turismo c/Hab. ou ênfase em Hotelaria	4					1	5
Turismo c/ênfase em Turismo Ambiental e Hotelaria	1						1
Gestão Hoteleira		1					1
Administração c/Hab. em Gestão da Hotelaria Hospitalar				1			1
Administração c/Hab. em Administração Hoteleira	2	1			2	1	6
Administração c/Hab. em Hotelaria e Turismo			1				1
Administração c/Hab. em Gestão Turística e Hoteleira		2					2
Turismo, Gestão em Hotelaria, Turismo e Lazer				1			1
Administração c/Hab. em Gestão Hoteleira	7	8	8	9	13		45
Administração c/Hab. em Hotelaria, Turismo e Lazer	1						1
Total	33	23	16	39	17	5	133

Também nesse período, assim como na década de 1990, os cursos de Administração com suas habilitações representaram a maioria dos cursos criados, com 62 ou 47% (essa preferência pode ser explicada pela facilidade que as instituições tiveram em aproveitar a estrutura e infra-estrutura de cursos de Administração por elas já oferecidos, necessitando assim de menor investimento para a implantação de um novo curso). Na seqüência, aparecem os cursos de Tecnologia em número maior e bastante significativo em relação à década anterior, com 32 ou 24%. Em seguida, Hotelaria, com 24 ou 18% e o restante, em números menores: os cursos de Turismo e Hotelaria e Turismo com Ênfase em Hotelaria.

Neste período, observa-se que apareceram 21 nomenclaturas diferentes para os cursos, contra 14 na década anterior.

A Região Sudeste, mais especificamente o Estado de São Paulo, continuou com uma maior oferta de cursos na área, com 51 novos nestes últimos quatro anos. Na cidade de São Paulo, o número de cursos aumentou em 15, totalizando 27 até 2004. Minas Gerais e Paraná, com 11 cursos cada, apareceram na seqüência. Estados como Sergipe, Piauí, Amapá, Pará, Paraíba e Mato Grosso do Sul passaram a oferecer cursos com formação em hotelaria pela primeira vez. A Figura 9 apresenta a distribuição dos novos cursos, por região.

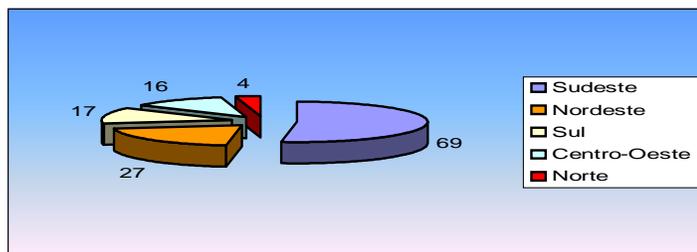


FIGURA 9 – CURSOS CRIADOS A PARTIR DE 2000, POR REGIÃO

As Instituições Privadas com Fins Lucrativos foram as que mais ofereceram cursos nesta área: 109 cursos, ou 82% do total. As Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos ofereceram 19, ou 14% e as IES públicas, ofertaram 5, representando 4%. Em relação à organização acadêmica, as Faculdades foram as que mais implantaram cursos, perfazendo um total de 53 instituições ou 40% do total, conforme dados apresentados nas Tabelas 16 e 17.

TABELA 16 – CATEGORIA ADMINISTRATIVA A PARTIR DO ANO 2000

CATEGORIA ADMINISTRATIVA		TOTAL
Privadas com fins lucrativos	Particular em Sentido Estrito	109
	Privada Filantrópica	18
Privadas sem fins lucrativos	Privada Confessional	1
	Estadual	1
Públicas	Federal	2
	Municipal	2
Total		133

TABELA 17 – TIPOS DE ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA A PARTIR DO ANO 2000

TIPO DE ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	QUANTIDADE
Faculdades	53
Universidades	29
Institutos Superiores	23
Centros Universitários	13
Faculdades Integradas	10
Centros de Educação Tecnológica	05
Total	133

3.1 CATEGORIAS DE CURSOS

Os cursos superiores com formação em Hotelaria no Brasil poderiam ser analisados a partir de cinco categorias segundo as quais se classificariam como: HOTELARIA (HOT); ADMINISTRAÇÃO COM HABILITAÇÃO EM HOTELARIA (AHH); TURISMO E HOTELARIA (T&H); TURISMO COM ÊNFASE EM HOTELARIA (TEH); TECNOLOGIA EM HOTELARIA (TEC). A figura 10 apresenta a composição dos cursos, subdivididos nestas categorias e a Figura 11 a distribuição por região geográfica.

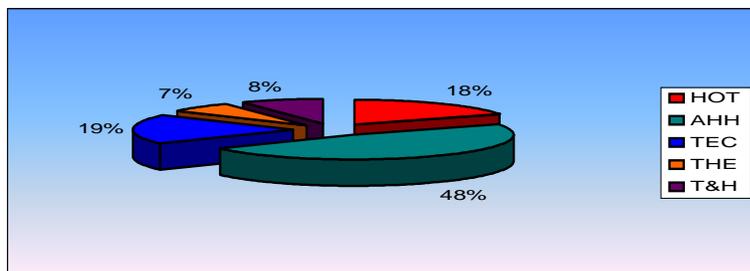


FIGURA 10 – CATEGORIAS DE CURSOS EXISTENTES NO BRASIL

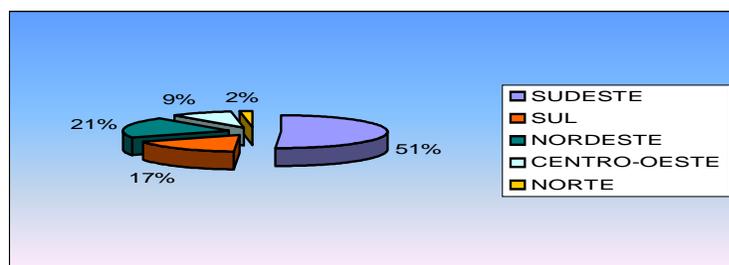


FIGURA 11 – CURSOS COM FORMAÇÃO EM HOTELARIA, POR REGIÃO

A Tabela 18 demonstra os cursos de bacharelado, que podem ser encontrados como habilitação dos cursos de Administração ou de Turismo, como graduação da área hoteleira e/ou turismo e os de tecnologia.

TABELA 18 - CURSOS SUPERIORES COM FORMAÇÃO EM HOTELARIA NO BRASIL – 2004

NOMENCLATURA	NÚMERO DE CURSOS
HOTELARIA (HOT) – 35 CURSOS (18%)	
Hotelaria	35
ADMINISTRAÇÃO COM HABILITAÇÃO EM HOTELARIA (AHH) – 93 CURSOS (47%)	
Administração com Habilitação em Administração de Turismo e Hotelaria	2
Administração com Habilitação em Administração Hospitalar e Hoteleira	1
Administração com Habilitação em Administração Hoteleira	16
Administração com Habilitação em Gestão da Hotelaria Hospitalar	1
Administração com Habilitação em Gestão Hoteleira	47
Administração com Habilitação em Gestão Hoteleira e Turística	2
Administração com Habilitação em Hotelaria	13
Administração com Habilitação em Hotelaria e Turismo	4
Administração com Habilitação em Hotelaria, Turismo e lazer	3
Administração com Habilitação em Turismo Rural e Hotelaria	1
Administração de Empresas com Habilitação em Administração Hoteleira	1
Administração Hoteleira	1
Gestão Hoteleira	1
TURISMO E HOTELARIA (T&H) – 16 CURSOS (8%)	
Turismo e Hotelaria	16
TURISMO COM ÊNFASE EM HOTELARIA (TEH) – 13 CURSOS (7%)	
Turismo com Ênfase em Hotelaria	2
Turismo com Ênfase em Turismo Ambiental e Hotelaria	1
Turismo com Habilitação em Gestão em Hotelaria	3
Turismo com Habilitação em Hotelaria	5
Turismo e Administração Hoteleira	1
Turismo, Gestão em Hotelaria, Turismo e Lazer	1
TECNOLOGIA EM HOTELARIA (TEC) – 38 CURSOS (20%)	
Tecnologia em Hotelaria	17
Tecnologia em Empreendimentos de Turismo e Hotelaria	7
Tecnologia em Gestão em Hotelaria	5
Tecnologia em Turismo e Hotelaria	4
Tecnologia em Hotelaria e Eventos	1
Tecnologia em Hotelaria e Gestão de Empresas de Turismo	1
Tecnologia em Hotelaria e Gestão Sustentável do Turismo	1
Tecnologia em Hotelaria Hospitalar	1
Tecnologia na Área de Turismo e Hospitalidade – modalidade Hoteleira	1
Total	195

Dos cursos superiores com formação na área, os de administração com suas habilitações (AHH) perfazem um total de 93, ou 48%, seguidos dos cursos de tecnologia em hotelaria (TEC), com 38, ou 19%, e os de hotelaria (HOT) com 35, ou 18%.

Considerando a classificação de cursos por categorias e os tipos de instituições (categorias administrativas e organizações acadêmicas), a distribuição dos 195 cursos oferecidos pelas 162 instituições de ensino superior brasileiras pode ser assim apresentada, como consta na Tabela 19.

TABELA 19 – CATEGORIA DE CURSOS POR TIPO DE IES

CATEGORIA DE CURSO	CATEGORIA ADMINISTRATIVA				ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA				
	PNL	PSE	PUB	UNIV	CENUN	FAC	FACINT	CET	INST
Hotelaria – HOT	10	23	3	12	5	16	2	0	1
Turismo e Hotelaria – T&H	5	10	1	9	3	3	1	0	0
Administração com Habilitação em Hotelaria – AHH	10	76	6	11	9	35	14	1	22
Turismo com Ênfase em Hotelaria – TEH	5	7	1	7	4	2	0	0	0
Tecnologia em Hotelaria – TEC	6	29	3	18	5	8	2	5	0
Total	36	145	14	57	26	64	19	6	23

Legenda:

PNL = Privada Não Lucrativa
PSE = Particular em Sentido Estrito
PUB = Pública
UNIV = Universidade
CENUN = Centro Universitário
FAC = Faculdade
FACINT = Faculdade Integrada
INST = Instituto Superior de Educação
CET = Centro de Educação Tecnológica

As instituições particulares em sentido estrito e as públicas preferiram oferecer, na sua grande maioria, cursos na categoria AHH, enquanto que as sem fins lucrativos se dividiram entre oferecer preferencialmente os cursos HOT e AHH. Em números absolutos, as IES com fins lucrativos ofereciam o maior número de cursos de tecnologia.

As organizações acadêmicas que optaram por oferecer a categoria AHH foram os Institutos de Ensino Superior (95% dos cursos que ofereciam estavam nesta categoria), as Faculdades Integradas (74%) e as Faculdades (55%). As universidades e os centros universitários parecem não ter preferência por uma categoria em especial, havendo um certo equilíbrio no tipo de curso implantado. Os Centros de Educação Tecnológica, pela sua própria natureza, dão maior ênfase aos cursos de tecnologia em hotelaria (TEC).

3.2 O CURSO DE HOTELARIA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Pelo número de cursos que o Estado de São Paulo apresenta e por ser o estado em que a pesquisadora atua, foi de interesse apresentar mais detalhadamente os dados sobre o ensino de hotelaria na região.

A região Sudeste, com 99 cursos, é recordista, sendo que o Estado de São Paulo, com 77 destes, concentra o maior número de instituições que oferecem cursos de Hotelaria, com 62, representando 38% do total do país, distribuídos nas seguintes instituições de ensino:

- IES Públicas: 3 Municipais

- IES Privadas Particulares em Sentido Estrito: 47
- IES Privadas (Comunitárias, Filantrópicas e/ou Confessionais): 12
- Tipos de IES: 23 Faculdades; 12 Universidades; 15 Centros Universitários; 9 Faculdades Integradas e 3 Centros de Educação Tecnológica

Do total de cursos existentes no estado de São Paulo, a capital concentrava no início de 2004, 27 cursos ou 36%.

Em 1981 foi oferecido o primeiro curso no Estado, na modalidade tecnólogo e o período com maior abertura foi de 1999 a 2001 com 34 novos cursos oferecidos, ou 46% do total. No ano de 2003 foram abertos 19 novos cursos, o que representou 26%. A Figura 11 mostra o número de cursos e respectivos anos de abertura, por modalidade.

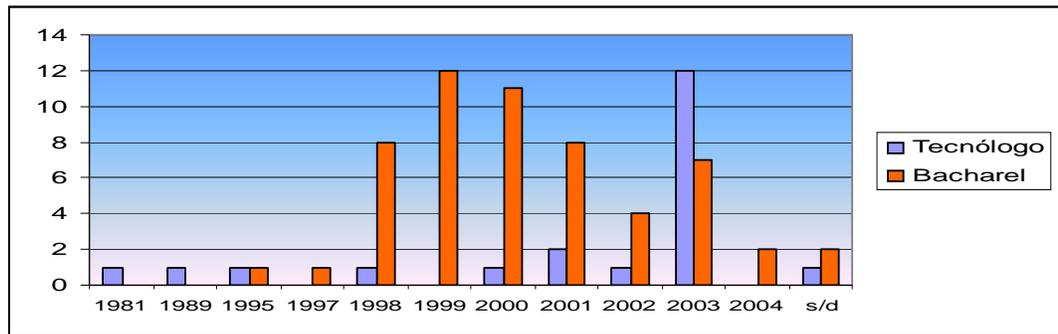


FIGURA 12 - CURSOS CRIADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, ANO A ANO

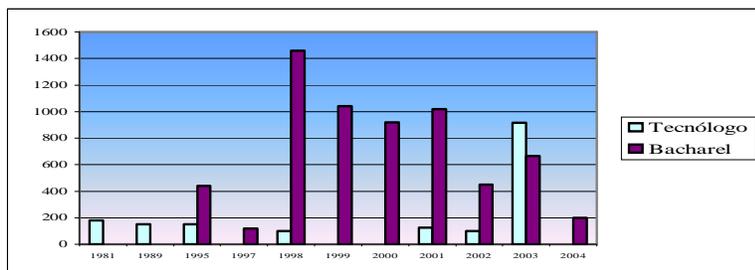
Seguindo uma tendência que ocorreu no Brasil com os cursos de tecnologia - que tiveram crescimento de 74,7% nas matrículas entre os anos de 2000 e 2002, já apresentado no item 1.2 deste trabalho - em 2003 houve um oferecimento de cursos desta categoria bem superior aos de bacharelado, mesmo se comparado com outros anos. Em 2003 foram implantados 12 cursos de tecnologia, enquanto nos demais períodos foram abertos um ou dois ao ano.

A Tabela 20 apresenta as diferentes nomenclaturas dos cursos superiores com formação em hotelaria oferecidos no Estado de São Paulo e respectivos números. Há uma predominância de cursos de Administração com suas habilitações, com um total de 33 oferecimentos, ou 45%. Não havia o oferecimento de cursos da categoria Turismo e Hotelaria (T&H), como ocorreu em outros estados.

TABELA 20 - NOMENCLATURA DOS CURSOS DE HOTELARIA NO ESTADO DE SÃO PAULO

NOMENCLATURA	NÚMERO
TECNOLOGIA EM HOTELARIA (TEC) – 20 – 27%	
Tecnologia em Hotelaria	8
Tecnologia em Empreendimentos Turísticos e Hotelaria	7
Tecnologia em Gestão Hoteleira	4
Tecnologia em Hotelaria e Eventos	1
Tecnologia em Hotelaria Hospitalar	1
ADMIN COM HABILITAÇÃO EM HOTELARIA (AHH) – 33 – 45%	
Administração com Habilitação em Administração em Turismo e Hotelaria	1
Administração com Habilitação em Administração Hoteleira	6
Administração com Habilitação em Gestão Hoteleira	12
Administração com Habilitação em Gestão Turística e Hoteleira	1
Administração com Habilitação em Hotelaria	7
Administração com Habilitação em Hotelaria e Turismo	4
Administração com Habilitação em Hotelaria, Turismo e Lazer	2
Administração Hoteleira	1
Gestão Hoteleira	1
HOTELARIA (HOT) – 17 – 23%	
Hotelaria	17
TURISMO COM ÊNFASE EM HOTELARIA (TEH) – 4 – 5%	
Turismo com ênfase em Hotelaria	2
Turismo com Habilitação em Hotelaria	2
Total	77

Ao considerar o número de vagas criadas nos anos de 1998 e 2003 (Figura 13), percebe-se que enquanto no primeiro ano apenas 9 cursos foram implantados oferecendo 1.560 vagas, em 2003 19 cursos ofereceram praticamente a mesma quantidade. Pode-se deduzir que, em 1998 as instituições estando mais otimistas em relação à procura por este tipo de curso, ofertaram um grande número de vagas em função das perspectivas para o setor hoteleiro, principalmente na cidade de São Paulo, local em que ocorreu o maior número de oferta de cursos e vagas no estado (27 e 3.565, respectivamente). Neste cenário, merece destaque a Universidade Anhembi-Morumbi, que oferece cerca de 490 vagas anuais.

**FIGURA 13 - VAGAS OFERECIDAS POR MODALIDADE DE CURSO, ANO A ANO, EM SÃO PAULO**

Considerando todos os cursos superiores com formação em Hotelaria, **há no Estado de São Paulo, uma oferta de mais de 8.000 vagas.** Obviamente que esse total de vagas não é totalmente preenchido, pois existe um índice de ociosidade e evasão considerável, mas se não fosse assim, o mercado hoteleiro com certeza não estaria absorvendo esse contingente, pois segundo apresentado no início deste trabalho, apenas 5% do total de empregados do setor tinha nível superior em 2001. Isso corresponderia a um pouco mais de 10.000 pessoas em todo o país.

3.3 ANÁLISE DOS CURSOS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS E DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Dos doze questionários recebidos das instituições superiores que ofereciam cursos com formação em Hotelaria, somente oito foram utilizados para análise, pois de acordo com a técnica de Martins (2001), havia a necessidade de seis questionários para garantir a representatividade estatística das Instituições Privadas não Lucrativas e apenas três das Instituições Públicas (infelizmente foram analisados apenas dois questionários, pois não foi possível obter o terceiro faltante, mesmo com esforços demandados para contatar alguns coordenadores das IES Públicas). Os demais questionários foram descartados, pois representavam as Instituições Privadas Particulares em Sentido Estrito, cujo número era insuficiente, de acordo com o critério de representatividade adotado.

3.3.1 DADOS DAS INSTITUIÇÕES

As instituições de ensino superior sem finalidade lucrativa, que serão identificadas como **PNL**, possuíam as seguintes características e localização:

- um centro universitário filantrópico,
- uma faculdade integrada profissional filantrópica
- quatro universidades: uma comunitária, uma filantrópica, uma comunitária filantrópica e uma filantrópica comunitária profissional.
- duas são do Estado de Santa Catarina, duas de São Paulo, uma de Goiás e uma do Rio Grande do Sul.

As instituições públicas, que serão identificadas como **PUB**, eram, estadual e federal respectivamente, localizadas nos Estados da Bahia e Alagoas.

3.3.2 DADOS DO COORDENADOR

- **PNL** - cinco coordenadores eram do sexo masculino e um do sexo feminino, com faixa etária entre 29 e 56 anos, formados em diversas áreas, como Direito, Economia, Administração, Tecnologia em Hotelaria e Bacharelado em Turismo. Dois deles possuíam mais de um curso superior. Todos os coordenadores possuíam titulação mínima em Mestrado, nas áreas de Turismo ou Administração e outras que não foram especificadas.
- **PUB** – somente uma coordenadora, formada em Ciências Sociais e Mestre em Sociologia, respondeu a essas questões.

3.3.3 DADOS DO CURSO

- **PRIVADAS NÃO LUCRATIVAS (PNL)**

Apenas um curso era de Tecnologia em Hotelaria, os demais eram de bacharelado, com as seguintes denominações e respectivos anos de abertura e carga horária total:

- Tecnologia em Hotelaria – 1978 – 2.100 h (mais 700 h de estágio)
- Hotelaria – 2000 – 3.456 h
- Administração – Habilitação em Administração Hoteleira – 1999 – 3.180 h
- Administração – Gestão Hoteleira – 2000 – 3.040 h
- Turismo – Habilitação em Gestão Hoteleira – 1999 – 2.160 h
- Turismo e Administração Hoteleira – 1998 – 3.045 h

Os cursos de bacharelado na sua totalidade são cursos novos, com poucas turmas formadas e que podem ainda estar em processo de consolidação; o de Tecnologia em Hotelaria por sua vez, está há mais de 25 anos em funcionamento, tendo já firmado seu projeto de curso.

A carga horária do curso de Tecnologia é superior em 31% ao que ficou estabelecido (1.600 h) para a área, assim como o curso de bacharelado em Hotelaria, que está 15% superior às 3.000 h determinadas. Os demais cursos seguem as diretrizes estipuladas pelas áreas de Administração e Turismo.

As vagas oferecidas pelas instituições são, na sua maioria, no período diurno, com 55% do total, diferentemente da oferta nacional de cursos superiores, com a maioria (57,5%) oferecida no período noturno.

Metade das escolas executa o processo seletivo anualmente e a outra, semestralmente. Os cursos que participaram desta pesquisa estão lotados nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Turismo e faculdades de Turismo e Hotelaria, e de Gestão e Negócios.

- **PÚBLICAS (PUB)**

- Curso Superior de Tecnologia em Hotelaria – 2001 – 1. 816 h
- Turismo e Hotelaria – 1998 – 3.195 h

Os cursos destas instituições também foram implantados recentemente e suas cargas horárias estão acima do proposto pelas Diretrizes Curriculares das respectivas modalidades.

Ambas as instituições realizavam o processo seletivo anualmente, oferecendo 30 vagas (tecnológico) e 40 vagas (bacharel) no período diurno. Seus cursos estavam lotados na área de Turismo e Hospitalidade e Departamento de Ciências Humanas, respectivamente.

O número de candidatos/vaga vem diminuindo nos últimos três anos na maioria das instituições. O índice de diminuição variou de 27% a 50%. A tabela 21 mostra a evolução da relação candidato/vaga desse período.

TABELA 21 – EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA DAS IES PESQUISADAS

IES	2001	2002	2003	aumento/ decréscimo	Valor da mensalidade
PNL 1	4,5	3,75	2,85	(37%)	> de R\$ 700,00
PNL 2	2	1,5	1	(50%)	De R\$ 401,00 a R\$ 500,00
PNL 3	2,05	1,72	1,5	(27%)	De R\$ 401,00 a R\$ 500,00
PNL 4	1,54	1,16	1,02	(34%)	De R\$ 401,00 a R\$ 500,00
PNL 5	0,9	1	1	10%	De R\$ 401,00 a R\$ 500,00
PNL 6	2,,5	2,5	2,5	0	> de R\$ 700,00
PUB 1	1,5	1,3	1	(33%)	gratuito
PUB 2	1	-*	1	0	gratuito

* não houve o oferecimento de vagas

Ao relacionar valor das mensalidades e índice candidato/vaga não se pode afirmar que este seja um forte elemento responsável pela diminuição na procura destes cursos, pois uma das instituições públicas sofreu redução e o estabelecimento que mais perdeu candidatos não opera com altas mensalidades.

Foram questionados quais seriam os motivos que levaram as instituições a implantar um curso na área. A questão oferecia seis alternativas e se houvesse mais de uma resposta, o coordenador deveria elencar por ordem de importância (como fora instruído no questionário enviado). Não houve consenso nas respostas, pois a razão mais importante variava de uma instituição para outra. O item que mais foi citado, independentemente de seu grau de importância, foi “região com potencial turístico”, feito por quatro PNL e duas PUB. Depois desse, o que mais apareceu foi “ausência de cursos na região”, em quatro PNL e uma PUB. O item “análise de mercado”(com a utilização de consultoria interna ou externa) foi citado, com menor ou maior grau de importância por quatro PNL e uma PUB .

Pode-se presumir que as instituições, apesar de terem buscado analisar o mercado, levaram em conta o potencial da região e a ausência de outros cursos concorrentes, como fatores importantes na decisão de implantar um novo curso.

Em relação ao modelo utilizado para elaborar o projeto do curso, quatro instituições PNL não utilizaram modelo algum, uma utilizou modelo europeu, uma usou o modelo do curso de Administração que a instituição já oferecia e uma utilizou o modelo do curso de Hotelaria de uma outra instituição. Nas PUBs uma utilizou o currículo mínimo do curso de Turismo e a outra não utilizou modelo algum: a sua elaboração ficou sob responsabilidade dos professores da casa.

Metade das instituições PNL já recebeu a visita da Comissão de Avaliação para reconhecimento do curso e uma delas aguardava a visita, cuja data já havia sido agendada. Entre aquelas que já foram visitadas, uma recebeu a comissão da área de Administração e as outras duas da área de Turismo, pertencentes ao Conselho Estadual de Educação e não apresentaram os conceitos que obtiveram para o Corpo Docente, Instalações e Organização Didático-pedagógica (itens esses analisados pelo Sistema Federal de Ensino). A única que respondeu este quesito obteve conceitos A para as Instalações e Organização Didático-pedagógica e B para Corpo Docente. Poucos coordenadores emitiram opinião sobre o sistema de avaliação das condições de oferta dos cursos e quem o fez teceu comentários positivos em relação ao sistema. As duas instituições PUB ainda não tinham seus cursos reconhecidos.

Ao serem questionados sobre a expansão dos cursos com formação em hotelaria no Brasil, alguns dos coordenadores se mostraram otimistas, alegando que havia a necessidade de qualificação profissional da hotelaria, como relatado por um respondente: *Creio que o momento é oportuno e fundamental para habilitar os profissionais para o mercado.* Outro já se mostrou preocupado com a questão da qualidade: *Com preocupação já que a qualidade do ensino nem sempre é a principal preocupação dos administradores destes cursos.* Houve

manifestação de preocupação com respeito ao corpo docente: *Faltam mestres com experiência de mercado, não basta titulação acadêmica.*

3.3.4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Todas as instituições que responderam (PNL e PUB) alegaram existir na instituição órgãos colegiados ou comissões para tomada de decisões acadêmicas e/ou administrativas, sendo que a participação do corpo docente e discente não era permitida em apenas uma PNL.

O Projeto Pedagógico já havia sido elaborado em cinco das PNL (uma estava em fase de elaboração) e nas duas PUB.

Sobre os objetivos do curso, pôde-se aferir que as instituições, de um modo geral, buscavam formar gestores de empreendimentos hoteleiros e outros da área de hospitalidade. Alguns procuravam uma formação que despertasse preocupações sociais, de preservação ambiental e atuação na área acadêmica, outro na área de promoção e vendas. Abaixo estão transcritos três exemplos de objetivos de curso.

Formar bacharéis em Turismo e Hotelaria para atuar no mercado de trabalho diversificado e competitivo, assim como preparar profissionais que pretendam continuar na área acadêmica, seja no magistério ou na pesquisa científica. (PUB)

Formar profissionais capazes de atuar de forma competente no mercado hoteleiro, redes de alimentação, shopping-centers, mega-parques de entretenimento, gestão de eventos esportivos e artísticos, com consciência de seu papel enquanto gestor preocupado não apenas com os aspectos lucrativos de sua ação, mas também em outros relacionados à preservação do patrimônio histórico, ambientais e culturais, uma vez que considera-se que estes estabelecem uma inter-relação importante para o sucesso deste mercado. (PNL)

Preparar cidadãos profissionais capazes de apreender as expectativas da comunidade e do mercado turístico, buscando o equilíbrio político-social, econômico e ambiental. (PNL)

Os egressos desses cursos, em geral, deveriam ter um perfil profissional voltado à gestão, pois atividades como planejar, organizar, executar, operar, entre outras foram elencadas nesse quesito, além de desenvolver capacidade criativa, se transformar num agente ativo e empreendedor. A seguir, apresentam-se exemplos de perfil do egresso apresentados pelos cursos:

Profissional ativo no ramo hoteleiro, empreendedor criativo, aberto às novas idéias, flexível, catalisador de mudanças e consciente de que sua atualização profissional faz parte de um processo permanente e constante. (PNL)

A formação do profissional será inter e multidisciplinar focada na dimensão humana, ética e técnica, o que permite ao profissional a compreensão do fenômeno turístico no mundo atual e suas diversidades, seu modo de funcionamento e os efeitos provocados sobre os deslocamentos de seres humanos. Esta formação é voltada, de uma maneira geral, para os estudos sócio-culturais, ambientais e de gestão empresarial. A formação profissional permite ao egresso atuar num mercado competitivo nas áreas de planejamento administrativo, marketing e divulgação das atividades turísticas, gerenciamento de empresas turísticas e hoteleiras. Assim, de forma crítica e reflexiva desenvolver trabalhos nos setores de planejamento, organização e administração hoteleira. Conhecendo e respeitando a diversidade cultural e étnica e participando para garantir a preservação cultural e ambiental das comunidades envolvidas nos diversos destinos turísticos. (PUB)

Foram obtidas grades curriculares de cinco instituições respondentes, sendo quatro instituições privadas não lucrativas e uma pública. Analisaram-se apenas as disciplinas específicas da área de hospitalidade, considerando-se a carga horária das temáticas alimentos e bebidas, hospedagem (recepção e governança), lazer e eventos, e projetos hoteleiros.

Percebe-se pelos dados apontados na Tabela 22 que os cursos destinaram menos de um terço da carga horária total em disciplinas específicas para a formação profissional da área de hospitalidade. Os cursos tecnológicos, que têm esse objetivo mais definido (em relação à formação profissional), foram os que apresentaram maior carga horária nas temáticas específicas. Alguns cursos destinaram maior carga horária para a temática “A&B”, enquanto outros para a temática “Hospedagem”; a que menos recebeu importância foi a temática “Projetos Hoteleiros”.

TABELA 22 – CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS ESPECÍFICAS DAS RESPONDENTES

ÁREAS	PNL 1 TEC	PNL 3 TEH	PNL 5 HOT	PNL 6 AHH	PUB II TEC
A&B	320 h	90 h	216 h	180 h	108 h
Hospedagem	192 h	180 h	108 h	240 h	108 h
Lazer e eventos	64 h	150 h	144 h	-	90 h
Projetos hoteleiros	32 h	-	72 h	-	54 h
Total disciplinas específicas	608 h	420 h	540 h	420 h	360 h
Carga horária total do curso	2.100 h	3.340 h	3.456 h	3.180 h	1.816 h
% de disciplinas específicas, em relação à carga horária	29%	13%	16%	13%	20%

Nenhum dos coordenadores se prontificou a fornecer cópia dos programas e ementas das disciplinas.

A carga horária destinada a Estágio Supervisionado nas PNL variou de 252 h/a a 700 h/a, perfazendo uma média de 367 h/a. O curso com maior número de horas de estágio foi o curso de tecnologia e o que apresentou menor número foi o bacharelado em Hotelaria. Os demais cursos tinham em média 300 h/a. Todas as respondentes possuíam Coordenador de Estágio e a grande maioria Supervisor de Estágio. Seus alunos eram orientados por docentes para o desenvolvimento da atividade e a relação aluno/docente apresentada foi 6, 10, 12 e 20, com uma média de 12 alunos por professor. Duas instituições não forneceram essas informações. Todas as instituições possuíam convênio para a realização de estágio com empresas do setor de hospitalidade (30, 35, 80 e 100 empresas) e duas não informaram quantas eram as conveniadas. Nas PUB, a carga horária para estágio apresentada foi de 200 h e 300 h, realizada em 15 empresas conveniadas da cidade de uma das instituições. A relação de alunos por professor para a orientação não foi informada.

Quatro PNL informaram que seus alunos deviam elaborar monografias para a conclusão de curso, e nas PUB essa atividade não era exigida.

Para o desenvolvimento das disciplinas ou atividades práticas, as PNL possuíam laboratórios próprios ou convênios com empresas do setor. Apenas uma delas, que oferecia o curso de tecnologia, possuía também um hotel-escola com 35 UHs, e uma não possuía nenhum laboratório instalado, utilizando as empresas conveniadas para tal objetivo.

O curso de Turismo e Hotelaria da PUB que ainda não sofreu processo de reconhecimento, deveria, de acordo com a Tabela 11 desta dissertação, ter instalações de laboratórios de A&B, Recepção e Governança, porém só contava com laboratório de A&B. As demais instituições possuíam laboratórios para as diferentes atividades práticas, mesmo quando não lhes era exigido.

3.3.5 CORPO DOCENTE

De acordo com a LDB 9.394/96, art. 52, item II *um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado* será exigido das universidades. As instituições respondentes, mesmo aquelas que não estavam organizadas como universidades, possuíam porcentagem de corpo docente (para o curso) titulado acima do estipulado, variando entre 34% a 82%. Se fosse feita a somatória dos docentes de todas as

IES, esse índice seria de 48%. Não foi possível levantar quanto dessa titulação era da área de turismo e/ou hotelaria.

A Tabela 23 apresenta o perfil docente das instituições estudadas. Houve discrepância em alguns dados, pois ao se comparar o número de professores no quesito “grau de titulação” não havia correspondência em “regime de dedicação” (vide os casos marcados com ***).

TABELA 23 – PERFIL DOCENTE DAS IES ESTUDADAS

TITULAÇÃO	PNL 1*	PNL 2	PNL 3	PNL 4	PNL 5	PNL 6	PUB 1	PUB 2
Graduação					2			
Especialista	6		15	5	10	8	10	7
Mestre	9	12	13	9	15	13	9	10
Doutor	3			1	5	9	3	4
Graduando					7			
Especializando		8			5		1	
Mestrando			10	5	4	6	5	
Doutorando				2	2	4	3	
Horista	18	18	14	7		24		
Parcial	3		7	1		7	10	2
Integral		2	7	2		9	17	14**
Dedicação exc							4	
Atuando no mercado	80%		2		5	5		
Total	21***	20	38***	21***	49	40	31	17***

* somente docentes de Turismo e Hotelaria

** há um professor substituto

Quatro das instituições PNL tinham professores que também atuavam no mercado de trabalho da hospitalidade. Numa dessas instituições, no curso de tecnologia, 80% do seu quadro docente atuava no *trade*. Nas demais, havia uma variação de 7% a 12%. Nas PUB não havia docente atuando no mercado.

3.3.6 CORPO DISCENTE

A grande maioria das instituições estabelecia contatos com empresas da cidade e região para verificar se o perfil do egresso atendia às suas expectativas. Esses contatos eram estabelecidos por meio de reunião com empresários e ex-alunos e pesquisa (neste último caso a instituição estava elaborando seu projeto pedagógico). A PUB respondente afirmou que não realizava esses contatos, a não ser de forma eventual, com ex-alunos.

O coordenador do curso de tecnologia da PNL assim comentou: “*Todos os semestres recebemos visitas dos diretores de Recursos Humanos das redes conveniadas. Os mesmos apresentam suas empresas e fazem a seleção dos alunos para estágios curriculares. Nesta*

ocasião, o aluno pode verificar o perfil do profissional desejado pelas principais companhias e verificar se o que está sendo aplicado no curso corresponde à realidade do mercado". Este curso tem essa facilidade por ser um curso bastante antigo e ter já estabelecido um relacionamento mais intenso com o mercado hoteleiro de sua região.

A maioria das instituições PNL também criou mecanismos para acompanhamento dos egressos, sendo que uma delas tinha um banco de dados dos ex-alunos mantido sempre atualizado; estabelecia freqüentes contatos com estes, inclusive informando-os sobre eventuais vagas no mercado de trabalho. Uma outra instituição realizou pesquisa junto aos seus ex-alunos em função da elaboração do projeto pedagógico. Através de relatos de ex-alunos em seminários promovidos por uma PUB, esta pôde fazer acompanhamento dos egressos.

No questionário encaminhado às instituições, havia perguntas referente à quantidade de vagas oferecidas anualmente e o número total de alunos matriculados no curso. Ao fazer o cruzamento destes dados, pôde-se aferir que a grande maioria das instituições operava com índices significativos de ociosidade de vagas, com algumas IES operando com esses índices bastante altos. Houve uma variação de 26% a 62%. A Tabela 24 mostra os números.

TABELA 24 – OCIOSIDADE DE VAGAS NAS IES ESTUDADAS

IES	NO. VAGAS ANUAIS OFERECIDAS	NO. DE TURMAS	CAPACIDADE DO CURSO ESTIMADA	NO. DE MATRICULADOS	VAGAS OCIOSAS ESTIMADAS	INÍCIO	DIPLOMA
PNL1	80	2	160	175	-	1978	T
PNL2	70	3	210	150	29%	1999	B
PNL3	50	4	200	75	62%	1998	B
PNL4	50	4	200	147	26%	2000	B
PNL5	100	4	400	210	47%	2000	B
PNL6	80	4	320	140	56%	1999	B
PUB1	40	4	160	326	-	1998	B
PUB2	30	2	60	61	-	2001	T

Para se estimar a capacidade do curso, considerou-se o número de vagas anuais fornecido pelas instituições, multiplicando-se pelo número de turmas que o curso poderia ter, ou seja, para cursos de bacharelado, quatro turmas e duas para os de tecnologia. Com o número de matriculados também fornecido pelas instituições, foi possível calcular o índice de ociosidade. Há incongruência em três cursos, pois o número de alunos matriculados supera a capacidade estimada do curso. O caso mais curioso é o da PUB1, com 9 semestres de duração,

que teria o dobro (166) de alunos excedentes à sua capacidade. Provavelmente houve algum equívoco no preenchimento do questionário.

Ao cruzar o índice de vagas ociosas com outros dados coletados, poderia se buscar justificativas, utilizando-se das seguintes hipóteses:

- Valor da mensalidade – a instituição que praticasse taxas de mensalidade mais altas teria um índice de ociosidade maior. Isto poderia ser verdadeiro, principalmente pelo momento de estagnação econômica que o Brasil vivenciou nos últimos dois anos (2002 e 2003), porém a instituição que obteve o maior índice de vagas ociosas, com 62%, cobrava mensalidades na faixa de R\$ 401,00 a R\$ 500,00, que não era a faixa mais alta de preços praticados pelas instituições. Em contrapartida, uma instituição que praticava valores acima de R\$ 700,00, tinha excesso de alunos. Portanto, esta hipótese não poderia ser considerada verdadeira.

- Curso com tradição – o curso mais antigo e, portanto, com tradição de ensino não apresentaria problemas de ociosidade, graças à imagem construída ao longo do tempo. Se fosse feita análise do curso mais antigo, essa hipótese seria válida, porém ao verificar o curso mais recente, essa teoria cai por terra, pois não há ociosidade de vagas;

- Duração do curso – os cursos com menor duração, como os de tecnologia, obteriam excesso de alunos, pois estes estariam rapidamente inseridos no mercado de trabalho. Essa hipótese, nos cursos estudados, parece se confirmar, pois os cursos têm excesso de alunos;

- Concorrência entre IES – em algumas cidades pode estar ocorrendo o excesso de oferta de cursos com formação em hotelaria, o que explicaria um maior índice de ociosidade em razão da grande concorrência. Ao analisar um dos cursos com menor índice de ociosidade, com 29% e que se situa em local onde há concorrência, essa hipótese também não se confirma.

Muitos dados não foram fornecidos pelos respondentes, mas de acordo com informações prestadas pelos coordenadores de seis cursos, os índices de evasão variavam de 1% a 23,3%. O número médio de alunos em sala de aula nas PNL foi de 34 e 25 nos laboratórios. Nas PUB a média foi de 33 alunos em sala de aula.

O perfil discente das respondentes pode ser avaliado pelos dados apresentados na Tabela 25.

TABELA 25 – PERFIL DO CORPO DISCENTE

Itens	PNL1	PNL2	PNL3	PNL4	PNL5	PNL6	PUB1	PUB2
Provenientes do ensino público	15%	NR	55%	57%	20%	20%		30
Provenientes do ensino particular	85%	NR	45%	43%	80%	80%	Maioria*	29
Faixa etária	18-20	20	20	25	18-30	18-22	23	NR
Sexo feminino	75%	50%	115**	101	90%	55%	Maioria*	45
Sexo masculino	25%	50%	65**	46	10%	45%		16
Renda familiar média	> R\$ 6.500,00	NR	4 SM	NR	NR	R\$ 2.500,00	NR	NR

NR = não respondeu

SM = salário mínimo

* os coordenadores respondentes não apontaram índices ou números

** ao somar o número de alunos desta instituição (180), apareceu uma divergência, pois o coordenador havia informado anteriormente que no curso estavam inscritos 75 alunos.

Em três PNL, a grande maioria dos alunos era proveniente do ensino particular e numa das PUB havia praticamente um equilíbrio entre alunos provenientes do ensino público e privado, e na outra, a maioria era do particular. A faixa etária regulou entre 18 e 22 anos, de uma clientela eminentemente feminina. A renda familiar média não foi fornecida pela maioria das instituições, havendo uma variação bastante considerável entre as respondentes PNL.

3.4 ANÁLISE DOS CURSOS, POR CATEGORIA

Foram consultados todos os *sites* das instituições de ensino superior que se enquadravam no critério inicialmente estabelecido para esta pesquisa, ou seja, que oferecessem cursos com formação em hotelaria e que já tivessem pelo menos uma turma formada até o final de 2003. Esses estabelecimentos disponibilizavam algumas informações sobre seus cursos, tais como: grade curricular, objetivos, perfil do egresso. O dado mais disponibilizado foi a grade curricular. Assim, obtiveram-se 27 estruturas curriculares que, classificadas por categoria de curso, puderam ser assim agrupadas:

- Hotelaria (HOT) = 7
- Administração com Habilitação em Hotelaria (AHH) = 9
- Turismo e Hotelaria (T&H) = 3
- Turismo com Ênfase em Hotelaria (TEH) = 3
- Tecnologia em Hotelaria (TEC) = 5

Tomando-se por base a estrutura curricular, analisaram-se as categorias de curso, levando-se em consideração o título da disciplina, sua carga horária e o semestre ou período

previsto para o seu oferecimento. Nas grades dos cursos de AHH, T&H e TEH foram consideradas as disciplinas que se referiam à área de hospitalidade (Anexo E). Assim, foram consideradas as disciplinas em cujos títulos constava um dos seguintes vocábulos: hotel, hospitalidade, hospedagem, governança, recepção, eventos, cerimonial, lazer, recreação, animação, alimentos, bebidas, bares, restaurantes, gastronomia, enologia.

Também foram analisadas: a carga horária total destinada à área de hospitalidade, a carga horária por temática (A&B, Hospedagem, Administração/Gestão, Eventos, Planejamento Físico e Outros), a semestralização das disciplinas específicas e a natureza da disciplina (teórico ou prática).

Dos cursos de HOT e TEC foram consideradas as grades na íntegra (Anexo E) para efetuar as mesmas análises, agrupando as disciplinas de acordo com os critérios estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares do bacharelado em Hotelaria, conforme Parecer Nº CES/CNE 0146/2002:

I – Conteúdos Básicos: estudos relacionados com as Ciências Humanas, com ênfase na Psicologia, Sociologia e na Geografia Física, Humana, Política e Econômica, e com as Ciências da Comunicação e das Artes;

II – Conteúdos Específicos: estudos relacionados com a Administração, a Economia e o Direito, aplicados à Hotelaria, interligados com o Turismo, além de estudos sobre Sistemas de Comunicação e Informática, incluindo domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira;

III – Conteúdos Teórico-Práticos: obtidos pelos sistemas informatizados, incluindo Laboratórios, com as diversas interligações em rede, cujos produtos sejam postos à disposição do fluxo turístico, observadas as peculiaridades do mercado hoteleiro, Estágio Curricular Supervisionado, Estágios Integradores, Atividade Extra-classe, Atividades de Pesquisa e de Iniciação Científica e Atividades Complementares.

O grupo de Conteúdos Específicos apresentava uma grande variedade de disciplinas, que foram subdivididas em temáticas relacionadas à Administração (economia, marketing, contabilidade, informática, direito, gestão ambiental etc), Hospitalidade (hospedagem, alimentos e bebidas, turismo, eventos, recreação etc) e Línguas (Inglês, Espanhol e Francês).

É preciso salientar que o título de algumas disciplinas deixava dúvidas quanto à sua classificação dentro dos grupos de conteúdo ou temáticas, assim pode ter havido discrepância na totalização da carga horária desses sub-grupos.

a) CATEGORIA: HOTELARIA (HOT)

Foram obtidas as grades curriculares de sete cursos, cujas características estão descritas a seguir:

- Categoria administrativa: duas instituições particulares em sentido estrito, três privadas não lucrativas e duas públicas;
- Organização acadêmica: cinco universidades, um centro universitário e uma faculdade;
- Carga horária total dos cursos variou de 2.910 a 3.500 h/a, com uma média de 3.200 h/a;
- O número de vagas oferecidas por instituição variou de 20 a 200, sendo que a maioria estava no período diurno, com 53%. Uma das instituições oferecia o curso em período integral;
- As instituições estavam localizadas nos estados de Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraná e São Paulo, com quatro cursos;
- Todos os cursos apresentavam a nomenclatura “Hotelaria”;
- Esses cursos foram implantados nos anos de 1979, 1996, 1998 (2 cursos), 1999 (2 cursos) e 2000;
- Disciplinas destinadas à orientação e elaboração de trabalhos de conclusão de curso, como “Metodologia Científica” ou “Trabalho de Conclusão de Curso”, foram encontradas em todas as grades curriculares, com uma variação de 30 a 360 h/a. Interessante destacar que a instituição que possuía a menor carga horária para essas disciplinas era de uma universidade pública, que oferecia quatro vezes menos que aquela destinada por uma faculdade particular em sentido estrito.

Em relação à estrutura de curso, agrupando-se as disciplinas pelos conteúdos estipulados pelas Diretrizes Curriculares, obtiveram-se os dados:

- Conteúdos básicos – a carga horária para este grupo variou de 120 h/a a 600 h/a, com uma média de 319 h/a. A diferença entre a menor e a maior carga horária ficou em torno de 400%. Faziam parte as disciplinas de Psicologia, Sociologia, Antropologia, além de outras com as seguintes nomenclaturas: “Geografia Aplicada à Hotelaria”, “História do Brasil”, “Antropologia Cultural Aplicada”, “Desenvolvimento Interpessoal Aplicado”, “Estudo do Homem Contemporâneo”, “Fundamentos Científicos da Comunicação”, “História da Cultura e Folclore”, “Introdução ao Pensamento Teológico”, “Hospitalidade e Diversidade Cultural”, entre outras. Havia uma tendência das instituições oferecerem essas disciplinas no início da grade curricular; porém duas as apresentavam ao longo do curso. Havia cursos em

que apenas 2 disciplinas (numa universidade pública) eram destinadas a esse conteúdo, enquanto outra chegava a 15 matérias (num centro universitário particular).

- Conteúdos específicos – a temática Administração apresentou uma variação de 870 h/a a 1.200 h/a, com média de 1.069 h/a e diferença de 47% entre a menor e a maior carga horária. Foram levantados os seguintes títulos: “Macroanálise das Organizações”, “Ambientação Profissional em Hospedagem”, “Gestão Ambiental na Hotelaria”, “Formação do Empreendedor e Oficina de Novos Negócios”, “Planejamento e Manutenção de Hotéis”, “Cenários Econômicos Contemporâneos”, “Implantação de Hospedagem”, “Introdução às Atividades Turísticas e Hoteleiras”, “Estratégias Competitivas para Indústria de Hospitalidade” e “Planejamento Estratégico Internacional”. A temática Hospitalidade obteve uma variação de 495 h/a a 1.258 h/a, com uma média de 949 h/a e diferença de 154%. Na área de A&B foi obtida uma média de 371 h/a, Hospedagem tinha média de 137 h/a, Eventos contava com média de 166 h/a e Planejamento Físico, 60 h/a. Os títulos das disciplinas encontrados foram: “Química dos Alimentos e Bebidas”, “Planejamento e Gestão da Restauração”, “Iniciação à Enologia”, “Lazer e Indústria do Entretenimento”, “Hotelaria Hospitalar”, “Higiene e Segurança Alimentar”, “Técnica de Implantação de Hotéis e Restaurantes”, entre outros. A temática Línguas apresentou uma variação de 160 h/a a 272 h/a, com média de 213 h/a e diferença de 70% entre a menor e a maior carga horária. Cinco das instituições ofereciam os idiomas Inglês e Espanhol, e uma delas também oferecia Francês.

- Conteúdos teórico-práticos – com exceção de algumas disciplinas cujos títulos apontavam sua natureza prática, como “Laboratório de Alimentos e Bebidas”, “Laboratório de Hospedagem” e “Informática”, ficou bastante difícil precisar quais outras disciplinas possuíam a mesma natureza prática apenas pelos seus nomes, como “Introdução à Culinária”, “Sistema de Informática Gerencial”, “A&B – Cozimento e Cocção”. Havia também disciplinas teórico-práticas como “Teoria e Prática de A&B”, “Teoria e Prática de Bar”, entre outras. Em relação a Estágio Supervisionado, a carga horária encontrada variava entre 120 h/a e 420 h/a, com uma média de 282 h/a. Uma das instituições intitulava como “Prática Operacional” as disciplinas práticas de atividades desenvolvidas em ambientes de hotéis e/ou restaurantes, conforme constava na sua ementa. Além disso, havia duas grades que apresentavam Atividades Curriculares, com 60 e 200 h/a; uma que apresentava 204 h/a de Visita Técnica, distribuída ao longo do curso e uma com 160 h/a em Prática Profissional em Hotel Escola.

b) CATEGORIA: TECNOLOGIA EM HOTELARIA (TEC)

Foram obtidas as grades curriculares de cinco cursos, sendo que três deles eram oferecidos pela mesma instituição em cidades diferentes e apresentavam a mesma constituição. As características dos cursos estão descritas a seguir:

- Categoria administrativa: quatro instituições particulares em sentido estrito e uma pública federal;
- Organização acadêmica: três faculdades, uma faculdade integrada e uma universidade;
- Carga horária total dos cursos variou de 2.401 a 2.980 h/a, com uma média de 2.525 h/a;
- O número de vagas oferecidas por instituição variou de 40 a 150, sendo que a grande maioria estava no período diurno, com 79%. Uma das instituições oferecia o curso em período integral.
- As instituições estavam localizadas nos estados de Maranhão, Paraná e São Paulo (3 cursos);
- Todos os cursos apresentavam as nomenclaturas “Tecnologia em Hotelaria”;
- Esses cursos foram implantados nos anos de 1987, 1989, 1995, 1998 e 2000;
- Disciplinas destinadas à orientação e elaboração de trabalhos de conclusão de curso, como “Métodos e Técnicas de Pesquisa” somente foram encontradas em uma das grades curriculares, com 80 h/a, de uma faculdade integrada particular.

Para essa categoria de curso (TEC) foi considerada a totalidade da grade curricular, analisando-se as disciplinas e respectivas cargas horárias agrupadas pelos conteúdos curriculares (Conteúdos básicos, específicos e teórico-práticos), como havia sido feito na categoria HOT, obtendo-se:

- Conteúdos básicos – a carga horária variou de 108 h/a a 210 h/a, com uma média de 160 h/a e diferença de 94% entre a menor e maior. Os seguintes títulos das disciplinas podiam ser encontrados: “Sociologia Turística”, “Psicologia das Relações Humanas”, “Fundamentos Filosóficos”, “Cultura Popular Maranhense”, entre outros;

- Conteúdos Específicos – nesta categoria de cursos também foi feita uma subdivisão das disciplinas, distribuindo-as pelas temáticas: Administração, cuja carga horária variou de 640 a 720 h/a, com uma média de 682 h/a e uma diferença de 13% da maior para a menor carga horária; Hospitalidade: a carga horária estava entre 240 h/a a 630 h/a, com uma

média de 423 h/a. A temática A&B tinha uma média de 295 h/a, a temática Hospedagem tinha média de 197 h/a, Eventos, 60 h/a e Planejamento Físico, 104 h/a. Podiam ser encontrados os seguintes títulos: “Administração em Restaurantes”, “Animação Hoteleira (Lazer e Recreação)”, “Empresas Turísticas e Organizações de Eventos”, “Desenvolvimento de Projetos Hoteleiros”, entre outros; e em Línguas, que variou entre 144 h/a a 300 h/a, com uma média de 178 h/a, aparecendo os seguintes títulos: “Língua Estrangeira Moderna”, “Inglês Instrumental”, “Língua Espanhola”.

- Conteúdos Teórico-Práticos – duas instituições ofereciam disciplinas teórico-práticas, com uma carga horária de 320 h/a e 360 h/a, com títulos como “Teoria e Prática em Hospedagem”, “Teoria e Prática de Produção de Alimentos”. As outras três instituições (com a mesma grade curricular) apresentaram 85 h/a de “Laboratório” (de Hospedagem e Alimentos e Bebidas). Também constava em suas grades 174 h/a de Prática Profissional em Hotel Escola. A carga horária de estágio variou de 225 a 450 h/a, sendo que, em todas as instituições, os alunos deveriam cumpri-la num único semestre, após a conclusão do curso.

Fazendo-se uma comparação entre as médias da carga horária destinada aos conteúdos (básico, específicos e teórico-práticos) dos cursos de bacharel e tecnologia em Hotelaria, poder-se-ia fazer as seguintes análises:

- nas disciplinas de conteúdos básicos e temáticas administração e hospitalidade, os cursos de bacharelado apresentaram uma carga horária superior, conforme esperado, uma vez que essa modalidade de curso deve formar um *“profissional apto a atuar em um mercado altamente competitivo e em constante transformação, com impactos periódicos e sazonais, segundo as mudanças na vida social, econômica, política, empresarial e organizacional, com ênfase na Gestão e Administração de Hotéis com os mais diversos e importantes aspectos estruturais, infra-estruturais e o seu eficaz e qualitativo funcionamento, de acordo com os diversos segmentos culturais da demanda hoteleira”*. Do bacharel é esperado que possa desenvolver melhor as atividades de planejamento e gestão, dessa forma a carga horária maior nestas disciplinas estaria permitindo a aquisição das habilidades e competências necessárias.
- os cursos de tecnologia ofereciam mais atividades práticas (proporcional ao total da sua estrutura curricular) que os de bacharelado. Dado que o curso de tecnologia deve *desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços*, essa carga horária maior seria esperada;

- proporcionalmente à carga horária total do curso de bacharelado, à temática Línguas, na média, foi destinado 6% das horas, um pouco menos que o tecnologia destinava (7%). Uma das habilidades do bacharel em Hotelaria é *“comunicar-se em idiomas estrangeiros, principalmente a língua inglesa e a espanhola”*. Essa carga horária destinada a idiomas pode não ser suficiente para que o aluno desenvolva esta habilidade.

c) CATEGORIA: ADMINISTRAÇÃO COM HABILITAÇÃO EM HOTELARIA (AHH)

Foram nove grades curriculares analisadas, cujas instituições apresentavam as seguintes características:

- As categorias administrativas estavam assim distribuídas: quatro particulares em sentido estrito, três privadas não lucrativas e duas públicas;
- Em relação à organização acadêmica: quatro faculdades, duas universidades, um centro universitário, uma faculdade integrada e um centro de educação tecnológica;
- A carga horária total dos cursos variou de 3.000 h/a a 3.634 h/a, com uma média de 3.228 h/a;
- O número de vagas oferecidas por instituição variou de 25 a 150, sendo que a maioria estava no período noturno, com 55%;
- As instituições estavam localizadas nos estados de São Paulo (3 cursos), Bahia (2), Distrito Federal (2), Rio Grande do Sul (1) e Paraná (1);
- Os cursos apresentavam as nomenclaturas: “Habilitação em Administração Hoteleira” (4), “Habilitação em Gestão Hoteleira” (2), “Habilitação em Hotelaria” (2) e “Habilitação em Administração “Hospitalar e Hoteleira” (1);
- Esses cursos foram implantados nos anos de 1998 (3), 1999 (3) e 2000 (3);
- A carga horária de estágio supervisionado variou de 300 h/a a 440 h/a, sendo que em seis cursos essa carga horária estava distribuída em mais de um semestre. Apenas uma grade apresentava Atividades Complementares com 210 h/a.

Considerando a carga horária total das disciplinas específicas de hospitalidade, obtiveram-se os seguintes valores: 405 h/a; 468 h/a; 480 h/a; 510 h/a; 640 h/a; 720 h/a; 760 h/a; 864 h/a; 880 h/a.

Analisando a totalidade de cursos desta categoria (AHH) por temática, obtiveram-se os dados:

- A&B – as cargas horárias encontradas foram: 40 h/a; 120 h/a; 120 h/a; 136 h/a; 144 h/a; 180 h/a; 180 h/a; 240 h/a. A diferença entre a menor e a maior carga horária ficou em torno de 500%. Um curso não ministrava aulas específicas de alimentos e bebidas, ou, pelo menos não havia disciplinas em cuja nomenclatura aparecesse o termo. A maioria dos cursos oferecia estas disciplinas no final da grade curricular. Ao analisar a natureza das disciplinas - considerando apenas o título - pôde-se deduzir que havia mais disciplinas teóricas do que práticas, pois “Laboratório de Alimentos e Bebidas” ou “Prática de Alimentos e Bebidas” apareceram em quatro cursos, com cargas horárias menores que as teóricas. Os títulos das disciplinas (supostamente teóricas) podiam ser encontrados como “Administração de Restaurantes”, “Gerenciamento de A&B”, “Gastronomia” ou simplesmente “Alimentos e Bebidas”.

- Hospedagem – carga horária encontrada: 45 h/a; 68 h/a; 108 h/a; 120 h/a; 160 h/a; 320 h/a. Dois cursos não possuíam disciplinas cujo título explicitasse a temática. A diferença entre a menor e a maior carga horária ficou em torno de 611%. A maioria dos cursos oferecia estas disciplinas no final da grade. Quanto à natureza da disciplina, é de se supor que somente três instituições tinham aulas práticas em hospedagem, pois o título das disciplinas eram os seguintes: “Laboratório de Hospedagem” e “Laboratório de Gestão em Hotelaria”; nos demais apareciam disciplinas como “Gerência de Hospedagem”, “Hospedagem”, “Meios de Hospedagem”, “Gestão de Recepção e Governança”.

- Eventos – a carga horária se apresentava da seguinte forma: 45 h/a, 60 h/a, 80 h/a, 108 h/a, 120 h/a, 120 h/a; 216 h/a, 252 h/a. Um dos cursos não apresentava disciplinas com títulos referentes à temática. A diferença entre a menor e a maior carga horária ficou em torno de 460%. A maioria dos cursos oferecia estas disciplinas no final da grade, a partir do 7º semestre. Quanto à natureza da disciplina, os títulos sugeriam disciplinas teóricas: “Planejamento e Organização de Eventos”, “Lazer e Turismo”, “Cerimonial e Eventos”, “Gestão de Lazer e Entretenimento”, “Gerenciamento de Animação e Esportes”, “Sociologia do Lazer e Recreação” e outros.

- Administração/Gestão – a carga horária encontrada apresentava os seguintes números: 72 h/a, 144 h/a; 160 h/a, 165 h/a, 165 h/a, 200 h/a, 204 h/a, 360 h/a, 420 h/a. A diferença entre a menor e a maior carga horária ficou em mais de 480%. As disciplinas, de natureza teórica, intitulavam-se: “Administração Hoteleira”, “Tópicos Especiais em Gestão

Hoteleira”, “Introdução à Administração Hoteleira e ao Turismo”, “Administração de Meios de Hospedagem” e outros.

- Planejamento Físico – foram obtidas as seguintes cargas horárias: 40 h/a, 40 h/a, 68 h/a e 280 h/a. Cinco cursos não apresentavam em sua estrutura curricular disciplinas que remetessem à temática. A diferença entre a menor e a maior carga horária ficou em torno de 600%. A natureza teórica das disciplinas é sugerida pelos seguintes títulos: “Planejamento e Desenvolvimento de Hotéis”, “Organização de Espaços: Hotéis e Restaurantes”, “Projetos Hoteleiros” e outros.

- Outros – nesta temática estão relacionadas todas as disciplinas que não se enquadravam nos demais grupos. São disciplinas intituladas “Tópicos Avançados” e “Hotelaria Hospitalar” que apareceram somente em duas grades curriculares.

d) CATEGORIA: TURISMO E HOTELARIA (T&H)

Foram obtidas as grades curriculares de três cursos, cujas características estão descritas a seguir:

- As três instituições possuíam categoria administrativa Particular em Sentido Estrito;
- Organização acadêmica: duas faculdades e um centro universitário;
- Carga horária total dos cursos variou de 3.520 a 4.000 h/a, com uma média de 3.723 h/a;
- O número de vagas oferecidas por instituição variou de 100 a 120, sendo que a grande maioria estava no período noturno, com 84%;
- As instituições estavam localizadas nos estados de Minas Gerais (2) e Paraná;
- Todos os cursos apresentavam a mesma nomenclatura: Turismo e Hotelaria;
- Os três cursos foram implantados em 2000;
- A carga horária prevista para Estágio Supervisionado, apresentada em duas grades curriculares, variou de 300 a 600 h/a, sendo que esta última é do curso cuja carga era de 4.000 h/a para sua integralização.

Considerando a carga horária total das disciplinas específicas de hospitalidade, obtiveram-se os seguintes valores: 880 h/a; 1.200 h/a e 1.440 h/a, média de 1.173 h/a e diferença de 63% entre a menor e a maior carga horária.

Analisando a totalidade de cursos da categoria Turismo e Hotelaria (T&H) por temática, obtiveram-se os dados:

- **A&B** – as cargas horárias encontradas foram: 160 h/a; 320 h/a e 360 h/a. A diferença percentual entre a menor e a maior carga horária ficou em torno de 125%. Dois cursos ofereciam estas disciplinas no final da grade curricular. Pelo título das disciplinas de uma das grades curriculares (“Laboratório de A&B” e “Laboratório de Culinária Mineira”) tinha-se a clareza da natureza prática das disciplinas. Porém, nas demais grades não se podia precisar, pois apresentavam os seguintes títulos: “Alimentos e Bebidas”, “Higiene de Alimentos e Saúde Pública”, “Gastronomia” e “Administração de Restaurante”.

- **Hospedagem** – a carga horária encontrada foi a seguinte: 120 h/a, 280 h/a e 480 h/a. A diferença percentual entre a menor e a maior carga horária ficou em torno de 300%. Fica claro que a natureza da disciplina de duas grades é prática, pois apresentava os títulos “Laboratório de Hospedagem” e “Laboratório de Hotelaria”; as demais disciplinas apresentam os títulos “Hospedagem” e “Meios de Hospedagem”.

- **Eventos** – a carga horária se apresentava da seguinte forma: 120 h/a, 160 h/a e 160 h/a. A diferença entre a menor e a maior carga horária ficou em torno de 33%. Natureza da disciplina: pelo título aparentavam ser disciplinas teóricas, com as seguintes denominações: “Planejamento e Organização de Convenções”, “Lazer e Recreação”, “Organização de Eventos”, “Relações Públicas, Cerimonial e Etiqueta”.

- **Administração/Gestão** – a carga horária encontrada apresentava os seguintes números: 270 h/a, 400 h/a e 400 h/a. A diferença entre a menor e a maior carga horária ficou em 48%. Os títulos das disciplinas de natureza teórica eram os seguintes: “Administração Hoteleira”, “Gestão de Empresas Turísticas e Hoteleiras”, “Gestão da Qualidade em Serviços Hoteleiros” e “Gestão de Recursos Humanos em Turismo e Hotelaria”.

- **Planejamento Físico** – a carga horária desta temática variou entre 80 h/a e 120 h/a. Uma das grades não apresentava a temática. Os títulos das disciplinas apontavam para a natureza teórica das disciplinas: “Desenvolvimento de Projetos Hoteleiros”, “Planejamento Físico Hoteleiro”.

e) CATEGORIA: TURISMO COM ÊNFASE EM HOTELARIA (TEH)

Foram obtidas as grades curriculares de três cursos, cujas características estão descritas a seguir:

- Categoria administrativa: duas instituições particulares em sentido estrito e uma privada não lucrativa;
- Organização acadêmica: dois centros universitários e uma universidade;

- Carga horária total dos cursos variou de 2.160 a 3.324 h/a, com uma média de 2.857 h/a;
- O número de vagas oferecidas por instituição variou de 30 a 120, sendo que a grande maioria (79%) estava no período noturno;
- As instituições estão localizadas nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Santa Catarina;
- Eram as seguintes nomenclaturas: “Turismo - Gestão Hoteleira”, “Turismo com Ênfase em Hotelaria, Lazer e Eventos” e “Turismo com Ênfase em Gestão Hoteleira”;
- Esses cursos foram implantados nos anos de 1998 (1) e 2000 (2);
- A carga horária de estágio variou de 270 a 390 h/a, sendo que em dois cursos essa carga era dividida em mais de um semestre.

Considerando a carga horária total das disciplinas específicas de hotelaria, obtiveram-se os seguintes valores: 320 h/a; 432 h/a e 570 h/a, com uma diferença percentual de 78% entre a menor e a maior carga horária e média de 441 h/a.

Analisando a totalidade de cursos desta categoria (TEH) por temática, obtiveram-se os dados:

- A&B – as cargas horárias encontradas foram: 60 h/a; 64 h/a²³; 72 h/a. Todos os cursos ofereciam estas disciplinas no final da grade curricular. Não foi possível precisar a natureza das disciplinas, cujos títulos estavam assim apresentados: “Alimentos e Bebidas” e “Gestão de Serviços de Alimentos e Bebidas”.

- Hospedagem – carga horária: 120 h/a; 128 h/a e 144 h/a. Uma das grades não apresentava disciplinas cujo título explicitasse a temática. A diferença percentual entre a menor e a maior carga horária ficou em torno de 20%. As disciplinas aparentavam ser teóricas, pois os títulos encontrados foram “Organização dos serviços de Hotelaria (Recepção)”, “Hotelaria – Meios de Hospedagem (I e II)”.

- Eventos – a carga horária se apresentava da seguinte forma: 60 h/a, 128 h/a e 144 h/a. A diferença percentual entre a menor e a maior carga horária ficou em torno de 140%. As disciplinas, de natureza teórica, apresentavam as denominações: “Planejamento, Organização e Operação de Eventos”, “Turismo e Lazer”, “Organização de Eventos”, “Lazer e Animação”, “Relações Públicas, Protocolo, Etiqueta e Cerimonial” e “Sociologia do Lazer”.

²³ Foi contabilizada a carga horária total da disciplina “Organização dos Serviços de Hotelaria II (Governança e A&B)”, que além de apresentar conteúdo de alimentos e bebidas, também abordava outra temática.

- Administração/Gestão – a carga horária encontrada foi de: 72 h/a e 330 h/a. Uma das grades não tinha disciplinas desta temática. A diferença percentual entre a menor e a maior carga horária ficou em mais de 350%. As disciplinas aparentavam ser de natureza teórica, pois os seus títulos variaram de “Gestão dos Sistemas de Hospedagem”, “Administração e Gerência Hoteleira”, “Gestão de Recursos Humanos para Hotéis”, “Gestão de Produtos Hoteleiros” e “Projeto em Gestão Hoteleira” (esta última pode ser de natureza prática, pois sua carga horária era de 120 h/a).

A tabela 26 apresenta a carga horária média e proporcional das disciplinas específicas da área de hospitalidade dos cursos.

Ao estabelecer um paralelo entre os cursos, percebe-se que:

- O curso “Turismo e Hotelaria” apresentou a maior proporção de carga horária de disciplinas específicas e o curso “Turismo com Ênfase em Hotelaria” a menor (31% e 15%, respectivamente). Administração com Habilitação em Hotelaria, que é o curso mais oferecido no Brasil, teve uma das mais baixas cargas horárias destinadas às disciplinas específicas, com 19%.
- Analisando as temáticas, à A&B foi dada maior ênfase na categoria Tecnologia, com 12% da carga horária total (295 h/a), apesar de menor número de horas se comparada à categoria Hotelaria, que destinava 11% de sua carga horária total, com 371 h/a.
- A categoria “Turismo e Hotelaria” e “Administração com Habilitação em Hotelaria” destinavam às temáticas A&B e Hospedagem uma carga horária mais equilibrada, diferentemente das categorias “Hotelaria” e “Tecnologia em Hotelaria” que deram mais ênfase à temática A&B;
- A temática Eventos teve um peso semelhante nas diversas categorias, com variação de 2 a 5% da carga horária total;
- Comparando a carga horária da temática Hospedagem entre as categorias “Hotelaria” x “Tecnologia” e “Hotelaria” x “Turismo e Hotelaria”, os cursos de Hotelaria estariam com cargas bem menores, pois a diferença entre essas categorias seria de 44% e 114%.

TABELA 26 - CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS ESPECÍFICAS DE HOSPITALIDADE DAS CATEGORIAS DE CURSOS

CONTEÚDOS	HOTELARIA (HOT)		TECNOLOGIA EM HOTELARIA (TEC)		TURISMO E HOTELARIA (T&H)		TURISMO COM ÊNFASE EM HOTELARIA (TEH)		ADMINISTRAÇÃO C/HAB EM HOTELARIA (AHH)	
	CARGA HORÁRIA MÉDIA(H/A)	PROPORCIONAL AO TOTAL (%)	CARGA HORÁRIA MÉDIA(H/A)	PROPORCIONAL AO TOTAL (%)	CARGA HORÁRIA MÉDIA(H/A)	PROPORCIONAL AO TOTAL (%)	CARGA HORÁRIA MÉDIA(H/A)	PROPORCIONAL AO TOTAL (%)	CARGA HORÁRIA MÉDIA(H/A)	PROPORCIONAL AO TOTAL (%)
A&B	371	11	295	12	280	7	65	2	129	4
Hospedagem	137	4	197	7	293	8	131	4	123	4
Eventos	166	5	60	2	147	4	111	4	111	3
Planejamento físico	60	2	104	4	67	2	-		47	1
Carga horária hospitalidade (média)	821	25	726	29	1.144	31	441	15	620	19
Carga horária total do curso(média)	3.200		2.525		3.723		2.857		3.228	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve o objetivo de analisar como foram concebidos e qual estrutura possuem os cursos superiores com formação em hotelaria no Brasil, visando identificar possíveis modelos e características. Também se pretendeu comparar as estruturas curriculares dos cursos nas diferentes modalidades em que se apresentam.

Visando atender aos objetivos citados foi realizada coleta de dados junto às instituições que ofereciam cursos superiores com formação em hotelaria e que tivessem pelo menos uma turma formada até 2003. Também foi executada pesquisa bibliográfica documental para levantar o histórico e expansão do ensino na área.

A metodologia utilizada não permitiu que um número estatisticamente representativo pudesse ser conseguido, de forma que os objetivos que haviam sido inicialmente estabelecidos tiveram que ser redefinidos, considerando o retorno obtido. Assim, analisaram-se os questionários respondidos pelas Instituições Privadas sem Fins Lucrativos e pelas Instituições Públicas. Também se analisou a estrutura curricular dos cursos, que está disponibilizada pelas instituições na Internet.

Dadas as dificuldades encontradas em desenvolver pesquisa empírica nesta área e a falta de dados necessários para análise, não foi possível obter resultados generalizáveis. Assim, levando-se em conta os dados coligidos e os estudos realizados, apresentamos a seguir algumas considerações que consideramos pertinentes.

Com a estabilização da economia brasileira a partir da implantação do Plano Real, os investimentos realizados no setor turístico e as perspectivas de crescimento do mercado hoteleiro no Brasil, houve, num período de dez anos, um aumento considerável na oferta de cursos superiores de formação em Hotelaria. De seis cursos existentes até 1989, passou-se a 56 em 1999, representando uma expansão de mais de 800%.

No início dos anos 2000, o ensino em hotelaria continuou a se expandir fortemente, apesar do setor hoteleiro, sensível às ocorrências internas e externas, ter sofrido impactos na sua taxa de ocupação e dessa forma não ter aumentado o número de contratações. Episódios como o de 11 de setembro de 2001, quando os EUA sofreram ataques terroristas, e em 2002, a retração da economia brasileira, aumento das tarifas aéreas (que inviabilizou muitas viagens de negócios e de lazer) e o acirramento da concorrência, fizeram com que o segmento tivesse baixo desempenho.

Os cursos de bacharelado foram os que mais se expandiram, ainda que os precursores do ensino no país tenham sido os cursos tecnológicos, com implantação ocorrida no final da

década de 1970. Essa expansão se deu principalmente na região Sudeste, que oferece 51% dos 195 cursos existentes no país. O destaque ficou para o Estado de São Paulo, que somadas as vagas oferecidas pelas IES, ultrapassam 8.000. Esse número representa o potencial das instituições em lançar egressos num mercado de trabalho que, por hora, não tem condições de absorvê-los, visto que o setor empregava, em 2001, apenas 5% de profissionais com nível superior (um pouco mais de 10.000 pessoas em todo o Brasil).

Existem nomenclaturas variadas de cursos, que podem ser agrupadas em cinco categorias: “Hotelaria”, “Administração com Habilitação em Hotelaria”, “Turismo e Hotelaria”, “Turismo com Ênfase em Hotelaria” e “Tecnologia em Hotelaria”. Os cursos de Hotelaria oferecidos como Habilitação de Administração é a modalidade mais oferecida, com 48% do total.

Foi apurado o número de 162 instituições de ensino superior que oferecem cursos na área, aparecendo em maior número as Faculdades, como organização acadêmica e as Instituições Particulares em Sentido Estrito, como natureza jurídica, indicando a mesma tendência de mercantilização que existe no sistema de ensino superior brasileiro.

A compilação e análise dos dados obtidos nos questionários, respondidos pelas IES Privadas Não Lucrativas e Públicas, permitiram aferir que os cursos teriam sido concebidos levando-se em consideração o potencial turístico da região e a ausência de outros concorrentes. Os modelos de estrutura curricular utilizados eram provenientes de outros cursos (como Administração) ou de outras instituições (inclusive modelo europeu).

A proporção candidato/vaga vem diminuindo nos últimos três anos na maioria das instituições, com variação de 27% a 50%. Entre as explicações, poder-se-ia afirmar que, se em meados dos anos de 1990 estes cursos tinham grande apelo junto aos jovens, os fatos ocorridos depois de 2000 podem ter arrefecido suas escolhas pela carreira na área.

A metade das Instituições Privadas não Lucrativas (3 IES) já havia recebido a visita da Comissão de Avaliação para reconhecimento do curso mas nenhuma das Públicas havia quando a pesquisa foi realizada. Essa questão necessitaria ser mais bem estudada numa outra pesquisa para verificar os conceitos obtidos pelos cursos superiores de formação em hotelaria, uma vez que há critérios diferenciados de avaliação para os cursos de “Turismo”, “Turismo e Hotelaria”, “Administração” e “Hotelaria”.

Sobre os objetivos do curso, pôde-se aferir que as instituições, de um modo geral, buscam a formação de gestores. Os egressos desses cursos deveriam ter um perfil profissional voltado à gestão, pois atividades como planejar, organizar, executar, operar, entre outras,

foram elencadas pelos coordenadores respondentes como habilidades e competências a serem desenvolvidas.

Uma das escolas mais conceituadas nos EUA, a Cornell University, oferece, como prática profissional, a vivência em hotel-escola, pois dessa forma entende que estaria dando ao aluno a oportunidade de desenvolver plenamente as habilidades e competências necessárias ao exercício de sua profissão. Dos cursos pesquisados, apenas um oferecia ao seu corpo docente a prática em empreendimento hoteleiro próprio. Outra pesquisa que poderia ser realizada seria a comparação entre a formação que IES com hotel-escola oferecem das demais instituições.

As instituições respondentes, mesmo aquelas que não estavam organizadas como universidades, contavam com uma porcentagem de corpo docente titulado acima do estipulado pela LDB 9.394/96 (1/3 do corpo docente com título de mestre ou doutor), variando entre 34% a 82%. Se fosse feita a somatória dos docentes de todas as IES, esse índice seria de 48%. Considerando que os programas de pós-graduação *stricto sensu* na área ainda são bastante recentes (a partir de 1993), é de se supor que essa titulação não tenha sido obtida, pelo menos na sua maioria, na área da hospitalidade. E pelas respostas, poucos os professores também atuavam no mercado da hospitalidade. Assim, pode-se deduzir que estes docentes não tenham larga experiência no setor. Os dois fatores podem afetar a qualidade dos cursos.

A grande maioria das instituições trabalhava com índices significativos de ociosidade de vagas, algumas com níveis bastante altos (variação de 26% a 62%), mesmo quando não operavam com elevadas taxas de mensalidade ou localizadas em regiões com grande concorrência. Esta seria uma questão que também mereceria ser mais bem estudada em futura pesquisa para se entender o que faz um curso ter maior ou menor índice de evasão, se preço e localização parecem não ser os únicos fatores.

Sobre o perfil do corpo docente, pôde-se aferir que a grande maioria dos alunos era proveniente do ensino particular, com uma faixa etária regulando entre 18 e 22 anos, de uma clientela eminentemente feminina. A renda familiar média não foi fornecida pela maioria das instituições, havendo uma variação bastante considerável entre as respondentes. Seria interessante verificar se essa clientela feminina, preparada para exercer funções de gestoras, estaria encontrando colocação no mercado de trabalho nestes postos, uma vez que é notória a destinação para o sexo masculino das posições de comando, na grande maioria das empresas brasileiras.

A análise das grades curriculares dos cursos subdivididos em categorias (HOT, AHH, T&H, TEH, TEC), que teve por base o título e carga horária das disciplinas, pouco revelou sobre estas.

Os cursos da categoria “Turismo e Hotelaria” apresentaram a maior proporção de carga horária de disciplinas específicas e os da categoria “Turismo com Ênfase em Hotelaria” a menor (31% e 15%, respectivamente). A categoria Administração com Habilitação em Hotelaria, que é a mais oferecida no Brasil, teve uma das mais baixas cargas horárias destinadas às disciplinas específicas (19%). Isso pode indicar que os cursos de “Turismo e Hotelaria” estejam oferecendo aos seus alunos uma melhor capacitação profissional.

O curso “Hotelaria”, que poderia ser considerado “modelo” para os demais, não apresentou equilíbrio entre as temáticas, com uma forte ênfase à área de Alimentos e Bebidas (A&B). O serviço completo de A&B (restaurantes, bares, *room service* etc) normalmente é desenvolvido em hotéis de luxo, de médio e grande portes e que representam, no Brasil, a minoria dos empreendimentos hoteleiros. Pode ser que esses cursos estejam voltados a formar mão-de-obra para esta categoria de hotel e aí resta saber se o mercado tem condições de absorvê-la, ou se nas regiões onde esses cursos são oferecidos, o setor de alimentação esteja necessitando (e empregando) profissionais formados na área.

Os egressos dos cursos de Hotelaria, ao buscar colocação profissional, se deparam com a seguinte situação: de um lado, disputam as vagas existentes com profissionais de outras áreas; de outro, a hotelaria de pequeno porte, que pouco valoriza o profissional, preferindo treinar sua própria mão-de-obra ao invés de contratar pessoal qualificado.

Essa é apenas uma parte do problema, cuja solução depende da competência demonstrada pelos egressos ao atuarem nas empresas, e das instituições de ensino que precisam dialogar com o mercado e mostrar o potencial e importância desse profissional para o empreendimento, para o setor e conseqüentemente, para a comunidade.

Assim questiona-se: como estes cursos estão formando seus alunos? Eles (alunos) estão desenvolvendo capacidade cognitiva para promover as mudanças necessárias, a fim de adequar continuamente os resultados obtidos à dinâmica da conjuntura de trabalho que poderão encontrar? O ensino nesta área está em sintonia com as missões e funções que a UNESCO proclamou para a Educação Superior, de levar indivíduos, comunidades e nações ao desenvolvimento? Há diálogo entre as empresas hoteleiras e a academia para verificar se o que a escola está formando é o desejado? O mercado terá capacidade de absorver essa quantidade de mão-de-obra que está sendo lançada anualmente?

Em nossa opinião, é importante que os interessados discutam abertamente estas questões para que reflexões se transformem em ações positivas. Espera-se que os egressos sejam realmente capazes de fazer planejamentos, pesquisas e análises sobre o mercado hoteleiro, de modo ético e crítico, a fim de promover as mudanças necessárias no setor de hospitalidade. Essas mudanças devem contribuir para o desenvolvimento do turismo, e assim, gerar empregos e renda, principalmente em regiões com potencial para atividades turísticas, mas que ainda se encontram à margem do desenvolvimento. É necessário se faz também discutir a questão da abertura indiscriminada de novos cursos, para que não se perca de vista a qualidade do ensino que se propõe oferecer.

Concluindo, é possível evidenciar novas pesquisas a partir desta, nos seguintes aspectos:

- Verificar a correlação existente entre os conceitos de Avaliação obtidos pelas diferentes categorias de curso, que seguem distintos critérios baseados nas Diretrizes Curriculares das áreas de Administração, Turismo, Hotelaria ou Tecnologia, e submetidos a distintos sistemas de avaliação: Conselhos Estaduais de Educação ou Sistema Federal de Avaliação (INEP, SESu, SEMTEC);
- Analisar as razões pelas quais um curso obtém maior ou menor índice de evasão, uma vez que o item valor da mensalidade parece não ser o fator preponderante;
- Verificar qual posição no mercado de trabalho alcançam os egressos, visto que o sexo feminino é o gênero que mais busca essa formação, com forte enfoque na capacitação para a gestão, sabendo que ainda há discriminação do sexo feminino para as posições hierarquicamente mais elevadas. Nessa mesma linha, analisar como as pequenas empresas, administradas pelos seus proprietários (que constituem a maioria dos empreendimentos no Brasil), enxergam o perfil desses egressos;
- Analisar se a ênfase dada à temática Alimentos e Bebidas (A&B) pelas categorias “Hotelaria” e “Tecnologia em Hotelaria” aumenta a chance de empregabilidade dos egressos, visto que esse departamento, na hotelaria, é desenvolvido fortemente pela minoria dos empreendimentos hoteleiros de categoria superior;
- Aferir se o corpo docente, que trabalha em regime horista, sem titulação na área específica de hospitalidade e sem experiência profissional na área se repete na maioria das instituições e de que forma esses docentes têm desenvolvido suas atribuições em sala de aula;

- Comparar a formação dos alunos que estudam em instituições que mantêm hotel-escola daqueles que estudam nas demais instituições, verificando quais habilidades e competências conseguem desenvolver melhor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMAZONAS & GOLDNER CONSULT ASSOCIATION. **As redes hoteleiras do Brasil**. CD-rom. 2003
- ANDRADE, M.M. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- ANSARAH, M. G. R. **Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria**. São Paulo: Aleph, 2002.
- ANTUNES, C. Os estrangeiros sumiram. **Revista Veja**. São Paulo: Abril, ano 36, n. 1.798, 16 abr. 2003.
- BANDUCCI JR, A. Turismo y antropología no Brasil: un estudio preliminar. **Estudios y perspectivas en turismo**. Argentina. v. 11, n. 1 y 2, p. 9-26, 2002.
- BARROS, A.J.S; LEHFELD, N.A.S. **Fundamentos de Metodologia Científica: um guia para a iniciação científica**. 2ª ed. São Paulo: Makron Books, 2000
- BARROW, C. W.; BOSSELMAN, R. H. (org.). **Hospitality management education**. USA: The Haworth Press, 1999
- BARROW, C.W. Introduction to Hospitality Education. In: BARROWS, C. W.; BOSSELMAN, R. H. (org.). **Hospitality management education**. USA: The Haworth Press, 1999. p. 1-20.
- BENI, M.C. **Análise estrutural do turismo**. 6ª ed. São Paulo: Senac, 2001.
- _____. **Histórico da formação no Brasil e a integração entre Academia e o Mercado de Trabalho no Turismo**. Porto Seguro, 25 de ago. de 2003. Palestra proferida por ocasião do ENCOTHUR – Encontro Nacional de Coordenadores e Docentes dos Cursos Superiores de Turismo e Hotelaria, Bahia, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Do parecer no tocante ao estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design. Parecer CES/CNE no. 146/2002, aprovado em 03 de abr. 2002. Relatores Conselheiros José Carlos Almeida da Silva e Lauro Ribas Zimmer. Brasília: MEC/CNE/CES, 2002.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Do parecer no tocante ao referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos cursos de graduação. Parecer CES/CNE no. 067/2003, aprovado em 11 de mar. 2003. Relatores Conselheiros José Carlos Almeida da Silva e Lauro Ribas Zimmer. Brasília: MEC/CNE/CES, 2003.
- _____. Ministério do Turismo. **Nossa Missão**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/br/conteudo/ver.asp?conteudoId=158&id=223>> Acesso em jul 2004a.

_____. Ministério do Turismo. Instituto Brasileiro de Turismo. **Mão de obra empregada nas atividades turísticas.** Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br/br/conteudo/ver.asp?conteudoId=121&id=160>> Acesso em 07 jan. 2004b.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Tipos de instituição de educação superior.** Brasília: MEC/INEP. Disponível em: <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/tipos_de_instituicao.stm>. Acesso em 10 mar. 2004. 2004c.

_____. Ministério da Educação. **Autorização de cursos.** Brasília: MEC. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sesu/autorizacao.shtm>> Acesso em 11 mar. 2004. 2004d.

_____. Ministério da Educação. **Manual de Verificação in loco das condições institucionais.** Disponível em: <http://www.mec.gov.br/sesu/ftp/Manual1.doc>. Acesso em 26 jul 2004e.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Do parecer no tocante as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico. Parecer CNE/CP no. 29/2002, aprovado em 03 de dez. 2002. Relator Conselheiro Francisco Aparecido Cordão. Brasília: MEC/CNE/CES, 2004f.

_____. Ministério da Educação. **Cursos seqüenciais.** Brasília: MEC. Disponível em <<http://www.mec.gov.br/sesu/cursos/sequen.shtm>>. Acesso em 12 mar. 2004. 2004g.

_____. Ministério da Educação. **Cursos seqüenciais.** Disponível em: <http://www.mec.gov.br/sesu/cursos/sequen.shtm>. Acesso em 26 jul 2004h.

_____. Ministério da Educação. **Cursos e Níveis da Educação Superior.** Brasília: MEC. Disponível em <<http://www.mec.gov.br/sesu/sesu.shtm>>. Acesso em 20 mar. 2004. 2004i.

_____. Ministério da Educação. **Perguntas mais freqüentes.** Disponível em: <http://www.mec.gov.br/acs/duvidas/capes.shtm>. Acesso em 26 jul 2004j.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Cadastro de Cursos.** Disponível em: <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista_cursos.asp> Acesso em 23 jan. 2004. 2004l.

BUTLER, R.; JONES, P. Conclusão – problemas, desafios e soluções. In: LOCKWOOD, A.; MEDLIK, S. **Turismo e Hospitalidade no séc. XXI.** São Paulo: Manole, 2003

CALDAS, S. Sistema S em questão. **O Estado de São Paulo.** 17 dez. 2000. São Paulo. Disponível em <<http://www.fesesp.org.br/fesesp/noticias/17.html>>. Acesso em 01 abr. 2004.

CAMPOS, J. R. V. **A evolução da educação profissional em hotelaria no Brasil: o caso SENAC de São Paulo como referência na área.** 2000. 141 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. São Paulo.

CARNEIRO, A. L. M. **O olhar dos egressos do curso superior de tecnologia em hotelaria sobre sua formação.** 2002. 118p. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

CASTRO, C. M. Finalmente, desperta a educação no Brasil. **O Brasil em CD-ROM e na Internet.** Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/polsoc/educa/apresent/index.htm>> Acesso em 01 abr. 2004

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. de; DOURADO, L. F. Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil **Educação e Sociedade.** Ago. 2001, vol.22, no.75, p.67-83. ISSN 0101-7330.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, R. P.; OLIVEIRA, T. F. M. Expansão do ensino superior público no estado de São Paulo: estudos dos efeitos práticos de um dispositivo constitucional (1989-1996). In: SGUISSARDI, V.; SILVA JR., J. R. (org.). **Políticas públicas para a educação superior.** Piracicaba: Unimep, 1997.

CHAUI, M. S. Ventos do Progresso: a universidade administrada. In: PRADO JÚNIOR, B. et al. **Descaminhos da Educação Pós 68.** Brasília: Brasiliense. 1980. p. 31-56.

CONSTANTINO, L. Faculdades privadas criam 3 cursos por dia. **Folha de S.Paulo.** 18 de out. 2003.

COOPER, C.; SHEPERD, R.; WESTLAKE, J. **Educando os educadores em turismo: manual de educação em turismo e hospitalidade.** São Paulo: Roca, 2001.

CURY, C. R. J. A evolução da educação superior no Brasil: a participação do setor público e da iniciativa privada. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação.** Piracicaba, v. 13, n. 1, p.39-69, jan./jul. 1997.

FOLHA DE S.PAULO. Faculdades gastam mais com publicidade. 10 dez. 2003. Disponível em :<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u14535.shtml>>. Acesso em 12 de fev de 2004.

GAZETA MERCANTIL, **Panorama Setorial: A Indústria Hoteleira.** São Paulo, 1999

GIARETTA, M. J. **O estágio supervisionado e a integração com o mercado de trabalho.** Porto Seguro, 25 de ago. de 2003. Palestra proferida por ocasião do ENCOTHUR – Encontro Nacional de Coordenadores e Docentes dos Cursos Superiores de Turismo e Hotelaria, Bahia, 2003.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4^a ed. São Paulo: Atlas, 2002

GÓIS, Antonio. Acordo muda perfil de centro universitário. **Folha de S. Paulo,** São Paulo, 11 dez. 2003. p. C6.

HOBSON, P. J.S. International perspectives: a comparison of U.S., U.K. and Australian hospitality education and their university systems. In: BARROS, C.W; BOSSELMAN, R. H. **Hospitality management education.** USA, The Haworth Press, 1999. p. 213-238

IBICT. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Ministério da Ciência e Tecnologia. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Disponível em: <http://www.ibict.br/bdb/portal/bdb_main_consortio.php>. Acesso em 26 fev. 2004

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Vinte municípios concentram 45% dos alunos de graduação do país.** Brasília: MEC/INEP. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/superior/news04_02.htm> Acesso em 20 fev. 2004. 2004a.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Informativo Inep.** Cursos tecnológicos lideram crescimento na graduação. No. 27, de 17 fev. 2004. Brasília: MEC/INEP. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/informativo/informativo27.htm>> Acesso em 20 fev. 2004. 2004b.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Informativo Inep. **Expansão do ensino superior muda posição das maiores áreas.** No. 31, de 23 mar. 2004. Brasília: MEC/INEP. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/informativo/informativo31.htm>> Acesso em 30 mar. 2004. 2004c.

IVERS, I. **Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI: Análise de relatórios anuais (1990-1998).** 2001. 178 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba.

JARDILINO, J. R. L. A questão do financiamento da universidade brasileira: setores público e privado numa equidade de sistemas. **Revista brasileira de política e administração da educação**, Piracicaba, v. 19, n. 2, p.195-212, jul./dez. 2003

JORNAL O GLOBO. Em nove meses, Ministério da Educação concedeu ...12 de out. 2003

LASHLEY, C. In search of hospitality: towards a theoretical framework. **International journal of hospitality management**. v. 19, n.1, p. 3-15. USA: March, 2000.

LICKORISH, L. J.; JENKINS, C. **Introdução ao turismo.** Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LOCKWOOD, A.; BAKER, M. **Quality management in hospitality.** United Kingdom: Cassell, 1996.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, G. A. **Estatística geral e aplicada.** São Paulo: Atlas. 2001.

MARTINS, C. B. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **São Paulo em Perspectiva.** Jan./Mar. 2000, vol.14, no.1, p.41-60. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000100006&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-8839. Acesso em 19 abr. 2004.

MAZZILLI, S. **Ensino, pesquisa e extensão: uma associação contraditória.** 1996. 231f. Tese de doutorado (Doutorado em Educação). Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

- _____, Notas sobre indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. **Universidade e Sociedade**. São Paulo: ANDES, ano VI, n. 11, p. 4-10, jun 1996a.
- MOESCH, M. **A Produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.
- MOTA, K. C. N. Concepção de um planejamento sustentável da educação superior em turismo e hotelaria no Brasil. **Turismo e análise**. São Paulo, v. 14, n. 2, p.103-126, nov. 2003.
- REJOWSKI, M. **Turismo e pesquisa científica**. Campinas: Papyrus, 1996.
- ROMERO, C. Governo vai enfrentar disputa pelo sistema "S". **Valor Econômico**. 25 mai 2003. São Paulo. Disponível em: <<http://www.fesesp.org.br/fesesp/noticias/44.html>> . Acesso em 01 abr. 2004
- ROSA, S. E. S.; TAVARES, M. T. A recente expansão dos resorts no Brasil. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 85-104, set 2002.
- RUSCHMANN, D.; REJOWSKI, M.; CACCIAMALI, M. C. Cursos e programas de ensino em turismo. **Turismo em Análise**. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 7-25, maio 1996.
- SAMPAIO, H. **O ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: Fapesp/Hucitec, 2000.
- SAVIANI, D. **Educação Brasileira – estrutura e sistema**. 8^a. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.
- SILVA JR., J. R.; SGUISSARDI, V. **Novas faces da educação superior no Brasil – Reformas do estado e mudança na produção**. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.
- STUTTS, A.T. Hospitality as an occupation. In: BARROWS, C. W.; BOSSELMAN, R. H. (org.). **Hospitality management education**. USA: The Haworth Press. p. 21-36. 1999.
- TEIXEIRA, R. M. 2001a .O perfil dos cursos de graduação em turismo/hotelaria no Brasil: um estudo exploratório. **Turismo em Análise**. São Paulo, v. 12, n. 2, p. 7-31, nov. _____ . 2001b. A educação superior em turismo: um estudo comparativo Brasil e o Reino Unido. **Turismo Visão e Ação**. Santa Catarina, ano 4, n. 2, p. 9-27, abr./set.
- UCAS. **Search for courses**. Universities and Colleges Admission Services. Disponível em: <<http://www.ucas.com/search/index.html>>. Acesso em 30 mar. 2004.
- UNESCO. **Conferência Mundial Sobre Educação Superior**. Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação. Piracicaba: Unimep. 2000.
- WALKER, J. R. **Introdução à hospitalidade**. São Paulo: Manole, 2002.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO ENCAMINHADO ÀS IES PARA LEVANTAMENTO DE DADOS

LEVANTAMENTO DE DADOS SOBRE O ENSINO DE HOTELARIA NO BRASIL

(Os dados preenchidos foram obtidos através da Internet, pelo site www.educacaosuperior.inep.gov.br. Por gentileza, queira corrigir se houver equívocos. Solicita-se o envio de documentos oficiais da IES referentes às informações abaixo elencadas, se houver a possibilidade)

I. DADOS DA INSTITUIÇÃO

1. Nome da Instituição: _____
2. Categoria administrativa: _____
3. Mantenedora _____
4. Localização (cidade/estado): _____
5. Fone () _____

II. DADOS DO COORDENADOR

1. Nome: _____ Idade _____ anos
2. e-mail: _____ fone: () _____
3. Formação e titulação : _____
4. Regime de trabalho: _____ horas/semana

III. DADOS DO CURSO

1. Denominação: _____
2. Diploma conferido: _____
3. Início de funcionamento do curso: _____
4. Carga Horária Total: _____ Duração : _____
5. Período: () Matutino () Vespertino () Noturno () Integral
6. Nº de vagas oferecidas anualmente: _____
7. Processo seletivo: Semestral () Anual ()
8. Área/Faculdade que o curso pertence _____
9. Número da relação candidato/vaga nos últimos 3 anos:
2001 _____ 2002 _____ 2003 _____

10. A decisão de criar o curso foi baseada em:

(Caso haja mais de uma razão, enumere por ordem crescente de importância, ou seja, 1 para menos importante, 2 para mais importante e assim por diante)

- a) () Análise de mercado com a utilização de consultoria interna
- b) () Análise de mercado com a utilização de consultoria externa
- c) () Região com potencial turístico
- d) () Ausência de cursos na região
- e) () Anúncio de grandes investimentos no setor de turismo e hotelaria
- f) () Outros. Quais? _____

Comentários: _____

11. Utilizou algum modelo de estrutura curricular como referência para montar o curso?
() Não () Sim Qual? _____

Comentários: _____

12. Já recebeu a visita da Comissão de Avaliação para Reconhecimento do Curso?
() Sim () Não

13. A qual área a Comissão Avaliadora pertencia?
 Administração Turismo _____
14. Data de reconhecimento do INEP: ___/___/___ resultado não publicado
15. Conceitos adquiridos:
 Corpo Docente Instalações Organização Didático-Pedagógica
16. Qual sua opinião sobre o sistema implantado pela SESu para avaliação das condições de oferta dos cursos superiores no Brasil? _____

17. Como vê a expansão dos cursos com formação em Hotelaria no país?

18. Mensalidade paga pelo aluno
 a) Até R\$ 300,00
 b) De R\$ 301,00 a R\$ 400,00
 c) De R\$ 401,00 a R\$ 500,00
 d) De R\$ 501,00 a R\$ 600,00
 e) De R\$ 601,00 a R\$ 700,00
 f) Acima de R\$ 700,00

IV. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1. Há órgãos colegiados ou comissões para tomada de decisões acadêmicas/administrativas?
 2. Sim Não. Em que instâncias?

3. Os docentes e discentes têm representatividade nestas comissões? Sim, ambos
 Sim, somente _____ Não
4. O curso já possui projeto pedagógico? Sim Não Em elaboração
5. Objetivos/Missão do curso _____

6. Qual é o Perfil Profissional do egresso?

7. Grade Curricular: gentileza enviar documento que contenha as informações relacionadas no quadro abaixo:

NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	SEMESTRE	NATUREZA*

*T (teórica), P (prática) ou T/P (teórico-prática)

6. Poderia fornecer cópia dos programas das disciplinas? sim não
 7. Poderia fornecer cópia da ementa das disciplinas? sim não

8. Carga horária de Estágio Supervisionado _____ h
9. Em relação a estrutura de Estágio Supervisionado:
- o curso possui coordenador de estágio? () sim () não
 - o curso possui supervisor de estágio? () sim () não
 - os alunos recebem orientação docente? () sim () não
 - qual relação professor/aluno na orientação de estágio? _____
 - há convênios com empresas da cidade/região? () sim () não
 - quantos convênios? _____
10. Os alunos desenvolvem monografia ou trabalho de conclusão de curso?
() Sim () Não
11. As atividades práticas das áreas específicas de Hotelaria são realizadas em:
- () Hotel Escola próprio Categoria _____ N° de UH _____
 - () Convênio com hotel da cidade nos setores: () Todos () A&B
() Recepção () Governança () Outros: _____
 - () Laboratórios próprios: () A&B () Recepção
() Governança () _____
 - () Somente nos Estágios Curriculares e/ou Extra-Curriculares

V. CORPO DOCENTE

N° de docentes	Área de Hotelaria				Outras Áreas			
	Grad.	Espec.	Ms	Dr	Grad.	Espec.	Ms	Dr
Maior grau de titulação								
Em fase de titulação								
Regime de dedicação	Horista							
	Tempo parcial							
	Tempo integral							
Sexo feminino								
Sexo masculino								
Total de docentes em 2003								

1. Dos que ministram disciplinas da área de Hotelaria, há docentes que também atuam profissionalmente em empresas hoteleiras ou de alimentação?
() sim () não. Quantos? _____
2. Indique o número e o maior grau de titulação desses professores:
_____ graduados _____ especialistas _____ mestres _____ doutores

VI. CORPO DISCENTE

1. É feito algum contato com empresas da Cidade/Região para verificar se o perfil do egresso atende às expectativas? () Sim () Não. De que forma?

Comentários:

2. É feito acompanhamento de egressos? () sim () não
Comentários:

3. Número total de inscritos no curso _____

4. Índice de evasão do curso _____
5. Número médio de alunos por sala de aula _____
6. Número médio de alunos nos laboratórios específicos de Hotelaria: _____
7. Porcentagem de alunos provenientes do ensino:
____% Particular ____%. Público
8. Faixa Etária _____
9. Sexo _____ Masc _____ Fem
10. Renda Familiar Média _____
11. Há alguma outra contribuição ou comentário que queira fazer? _____

Data: ____/____/____

Assinatura

ANEXO B – PROPOSTA DOS COORDENADORES PARA CRIAÇÃO DO FÓRUM NACIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM TURISMO E/OU HOTELARIA

**I ENCOTHUR - Encontro Nacional de Coordenadores e Docentes dos Cursos de Turismo e/ou Hotelaria.
“FÓRUM NACIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM TURISMO E/OU HOTELARIA”**

Proposta:

Criação do Fórum Nacional dos Cursos de Graduação em Turismo e/ou Hotelaria. O Fórum Nacional de Cursos de Graduação em Turismo e/ou Hotelaria das Instituições Brasileiras é uma associação interinstitucional, constituída por todos os Cursos de Graduação de Turismo e/ou Hotelaria das instituições brasileiras que desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão. O Fórum poderá ter como finalidades e objetivos: Congregar esforços na identificação das necessidades nacionais e regionais na área do Turismo e da Hotelaria, no ensino, na pesquisa e na extensão. Constituir um corpo representativo das IES junto as instituições nacionais e estrangeiras de fomento e apoio ao Turismo e a Hotelaria.

Discutir e delinear metas e políticas de ensino, pesquisa e extensão e com elas assessorar as associações de classe na área de Turismo e Hotelaria (ABBTUR, ABAV, ABIH, etc) e demais entidades.

Fomentar intercâmbios e cooperações permanentes entre os Cursos de Graduação em Turismo e/ou Hotelaria.

Promover encontros e publicar materiais para divulgação de estudos e propostas relacionados as áreas de ensino, pesquisa e extensão.

Promover a articulação com os demais Fóruns de Turismo.

O Contexto

1. Existência de aproximadamente 450 Cursos Superiores de Turismo e/ou Hotelaria no Brasil, em instituições públicas – federal/estadual e privadas.
2. Falta de entidade representativa dos Cursos Superiores de Turismo e/ou Hotelaria no Brasil.
3. Necessidade de existir um interlocutor oficial representativo para participar das discussões do turismo em nível nacional.
4. Necessidade de divulgar e difundir as linhas de pesquisas adotadas pelas IES que possuem Curso Superior de Turismo e/ou Hotelaria nos diversos segmentos da sociedade

A Proposta de trabalho: •25/08/2003

•Criação de um Fórum que congregue os Cursos de Graduação em Turismo e/ou Hotelaria do Brasil. •Propor a composição de uma diretoria administrativa provisória. 26/08/2003

•Eleger a diretoria administrativa provisória. •Instalar o Fórum Nacional dos Cursos de Graduação em Turismo e/ou Hotelaria. Proposta de composição da diretoria Provisória

NACIONAL

-Presidente

-Vice-presidente

--REGIONAIS (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul)

-Coordenador

-Vice-coordenador

**ANEXO C – ATA DE CRIAÇÃO DO FÓRUM NACIONAL DE CURSOS DE GRADUAÇÃO EM
TURISMO E/OU HOTELARIA**

Ata de criação do Fórum Nacional de Cursos de Graduação em Turismo e/ou Hotelaria

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de dois mil e três, reuniram-se no Hotel Monte Pascoal, na cidade de Porto Seguro, Bahia, durante a realização da sessão “O papel do Fórum Nacional dos Cursos de Graduação em Turismo e/ou Hotelaria e a Política Nacional de Turismo”, no ENCOTHUR – Encontro Nacional de Coordenadores e Docentes dos Cursos de Turismo e/ou Hotelaria, oitenta e nove coordenadores e docentes de cursos de turismo e/ou hotelaria, abaixo assinados, para deliberarem sobre a criação do FÓRUM Nacional dos Cursos de Graduação e/ou Turismo.

Fazendo uso da palavra, o coordenador da referida mesa, Turismólogo Noslin de Paula Almeida apresentou a Sra. Tânia Brizola, do Ministério do Turismo, para fazer seu pronunciamento sobre o tema “O papel do Fórum Nacional dos Cursos de Graduação em Turismo e/ou Hotelaria e a Política Nacional de Turismo”.

Na seqüência dos trabalhos e já compondo a mesa, fizeram uso da palavra os turismólogos Carlos Alberto Tomelin e Noslin de Paula Almeida, fazendo a apresentação da proposta de criação do Fórum Nacional dos Cursos de Graduação em Turismo e/ou Hotelaria que é uma associação interinstitucional, constituída por todos os Cursos Graduação de Turismo e/ou Hotelaria das instituições brasileiras que desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O turismólogo Carlos Alberto Tomelin fez uma apresentação, colocando que o Fórum teria como finalidades e objetivos:

1. Congregar esforços na identificação das necessidades nacionais e regionais na área do Turismo e da Hotelaria, no ensino, na pesquisa e na extensão.
2. Constituir um corpo representativo das IES junto às instituições nacionais e estrangeiras de fomento e apoio ao Turismo e a Hotelaria.
3. Discutir e delinear metas e políticas de ensino, pesquisa e extensão e com elas assessorar as associações de classe na área de Turismo e Hotelaria (ABBTUR, ABAV, ABIH, etc) e demais entidades.
4. Fomentar intercâmbios e cooperações permanentes entre os Cursos de Graduação em Turismo e/ou Hotelaria.
5. Promover encontros e publicar materiais para divulgação de estudos e propostas relacionados as áreas de ensino, pesquisa e extensão.
6. Promover a articulação com os demais Fóruns de Turismo.

Apresentou, também, o contexto que justifica a criação do mesmo:

1. Existência de aproximadamente 450 Cursos Superiores de Turismo e/ou Hotelaria no Brasil, em instituições públicas (federal/estadual) e privadas.
2. Falta de entidade representativa dos Cursos Superiores de Turismo e/ou Hotelaria no Brasil.
3. Necessidade de existir um interlocutor oficial representativo para participar das discussões do turismo em nível nacional.
4. Necessidade de divulgar e difundir as linhas de pesquisas adotadas pelas IES que possuem Curso Superior de Turismo e/ou Hotelaria nos diversos segmentos da sociedade.

A proposta para andamento dos trabalhos foi:

1. 25/08/2003
 - a. Criação de um Fórum que congregue os Cursos de Graduação em Turismo e/ou Hotelaria do Brasil.
 - b. Propor a composição de uma diretoria administrativa provisória.
2. 26/08/2003
 - a. Eleger a diretoria administrativa provisória, composta por:
 - i. NACIONAL
 1. Presidente
 2. Vice-presidente
 - ii. REGIONAIS (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul)
 1. Coordenador
 2. Vice-coordenador
 - b. Instalar o Fórum Nacional dos Cursos Graduação em Turismo e/ou Hotelaria, Baseado nos modelos do FORPROP e FORGRAD.

Todos os presentes, compondo assembleia, votaram os itens “Criação de um Fórum que congregue os Cursos de Graduação em Turismo e/ou Hotelaria do Brasil” e “Propor a composição de uma diretoria administrativa provisória”, havendo aprovação por unanimidade.

Na noite de vinte e cinco de agosto de dois mil e três, os participantes se reuniram, divididos por regiões, para prepararem suas propostas para composição da diretoria administrativa provisória.

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de dois mil e três, no mesmo Hotel Monte Pascoal, na cidade de Porto Seguro, Bahia, durante a realização da sessão “Eleição dos representantes do Fórum Nacional dos Cursos de Graduação em Turismo e Hotelaria”, no ENCOTHUR – Encontro Nacional de Coordenadores e Docentes dos Cursos de Turismo e/ou Hotelaria, deu-se seqüência à criação do Fórum Nacional dos Cursos de Graduação e/ou Turismo, estabelecendo-se que, em todas as instâncias – nacional, regional e estadual – as instituições seriam eleitas até o próximo CBTUR, a ser realizado em Balneário Camboriú, no primeiro semestre de dois mil e quatro, quando deverão ser realizadas novas eleições, após aprovação do regimento da entidade.

Tendo os turismólogos Noslim de Paula Almeida e Miguel Bahl como moderadores, apresentaram-se as candidaturas das instituições e a primeira votação, com voto aberto, resultando em quinze votos para Univali, um para Universidade Federal de Pernambuco, quinze para Universidade Potiguar, trinta e oito para Universidade Anhembi-Morumbi e uma abstenção.

Eleita a Universidade Anhembi-Morumbi para a presidência nacional da diretoria provisória, procedeu-se a segunda votação devido ao empate entre Univali e Universidade Potiguar. Univali obteve vinte e cinco votos e Universidade Potiguar, quarenta e sete votos.

Foram ratificadas as coordenações e vice-coordenações regionais, conforme apresentadas à plenária, finalizando o processo de instalação do Fórum Nacional

dos Cursos Graduação em Turismo e/ou Hotelaria que passou a contar com a seguinte diretoria provisória.

Presidente: Universidade Anhembi-Morumbi – Prof^a Elizabeth Wada

Vice-Presidente: Universidade Potiguar – Prof^a Jurema Dantas

Representantes regionais:

- Norte
 - Coordenador: Ciesa – Prof^a Luzanira Muniz de Almeida
 - Vice-Coordenador: UFPA – Prof^a Silvia Helena Cruz
- Nordeste:
 - Coordenador: UFPE – Prof^o Carlos Eduardo Pimentel
 - Vice-Coordenador: UNIFOR – Prof^a Indira Guimarães
- Sudeste
 - Coordenador: UNISUAN – Prof^a Tânia Omena
 - Vice-Coordenador: FUNCESI – Prof^a Maristela Corrêa da Silva
- Sul
 - Coordenador: UNIVALI – Prof^a Silvia Regina Cabral
 - Vice-Coordenador: PUC/RS – Berenice Mércio Pereira
- Centro-Oeste
 - Coordenador: Univ. Estadual do Mato Grosso do Sul – Prof^a Dores Cristina Grechi
 - Vice-Coordenador: Faculdade Lions – Prof^a Carla Baylão de Carvalho

Ratificaram-se, também, as coordenações estaduais das regiões Nordeste e Sudeste que, durante suas respectivas reuniões de trabalho, assim haviam deliberado:

1. Região Nordeste:

- a. Bahia: Faculdade do Santíssimo Sacramento – Carolina Marinho
- b. Ceará – UNIFOR – Indira Guimarães
- c. Sergipe – UNIT – Gisélia Varela
- d. Alagoas – FAL – Heloísa da Silva
- e. Pernambuco: UFPE - Carlos Pimentel
- f. Rio Grande do Norte – UNP – Jurema Dantas

2. Região Sudeste:

- a. São Paulo:
 - Profa. Célia Serrano, representante da UNIBERO (São Paulo/SP)
 - Prof. Cláudio Gravina, representante da UNISO (Sorocaba/SP)
- b. Rio de Janeiro:
 - Profa. Denise de Moraes Bastos, representando a Universidade Veiga de Almeida (Rio de Janeiro/RJ)
 - Prof. Sinvaldo do Nascimento Souza, representando a FAMA (Rio de Janeiro/RJ)
- c. Espírito Santo:
 - Profa. Berenice de Albuquerque Tavares, representando a Faculdade Estácio de Sá (Vitória – ES)
 - Prof. Rubens Caran, representando Faculdade São Mateus (S. Mateus/ES)
- d. Minas Gerais:

- Profa. Alice G. Arcuni, representando a UFJF (Juiz de Fora/MG)
- Prof. Marcos Vinícius da Costa Januário, representando a UNIVALE (Governador Valadares/MG).

Sem mais nada a discutir, deram-se por encerrados os trabalhos, sendo incumbidas as profas. Jurema Dantas e Elizabeth Wada de elaborar a presente ata.

Porto Seguro, 25 e 26 de agosto de 2003.

ANEXO D – LISTA DOS CURSOS COM FORMAÇÃO EM HOTELARIA NO BRASIL

N.	DIP	CURSO	HABILITAÇÃO	INICIO	IES	ORG. AC.	CATEG. ADM.	CIDADE	EST
1	B	ADMINISTRAÇÃO	ADMINIST HOTELEIRA	2000	COC	FAC	P-PSE	RIBEIRÃO PRETO	SP
2	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTAO DE HOTELARIA	2000	FACIG	FAC	P-PSE	PARAGUAÇU PTA	SP
3	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTAO HOTELEIRA	2000	FAC TORRICELLI	FAC INT	P-PSE	GUARULHOS	SP
4	B	ADMINISTRAÇÃO	HOTELARIA	2000	ISES	FAC	P-PSE	SAO PAULO	SP
5	B	ADMINISTRAÇÃO	HOTELARIA	2000	UNILAGO	FAC INT	P-PSE	S JOSÉ DO RIO PRETO	SP
6	B	ADMINISTRAÇÃO	HOTELARIA, TURISMO E LAZER	2000	UNICASTELO	UNIV	P FIL	SAO PAULO	SP
7	B	ADMINISTRAÇÃO	ADM HOSPITALAR E HOTELEIRA	1998	UFPEL	UNIV	PUB FED	PELOTAS	RS
8	B	ADMINISTRAÇÃO	ADMIN - GESTÃO HOTELEIRA	1999	FISP	FAC INT	P-PSE	SÃO PAULO	SP
9	B	ADMINISTRAÇÃO	ADMIN HOTELEIRA	2000	CECAP	FAC	P-PSE	BRASÍLIA	DF
10	B	ADMINISTRAÇÃO	ADMIN HOTELEIRA	1998	CEFET/BA	CEN ED TEC	PUB FED	SALVADOR	BA
11	B	ADMINISTRAÇÃO	ADMIN HOTELEIRA	1999	FAL	FAC	P-PSE	MACEÓ	AL
12	B	ADMINISTRAÇÃO	ADMIN HOTELEIRA	1998	FIB	FAC INT	P-PSE	SALVADOR	BA
13	B	ADMINISTRAÇÃO	ADMIN HOTELEIRA	1998	FIC	FAC INT	P-PSE	FORTALEZA	CE
14	B	ADMINISTRAÇÃO	ADMIN HOTELEIRA	1999	FP	FAC	P-PSE	GOIANIA	GO
15	B	ADMINISTRAÇÃO	ADMIN HOTELEIRA	1999	FSP	FAC	P-PSE	AVARÉ	SP
16	B	ADMINISTRAÇÃO	ADMIN HOTELEIRA	1995	UNIBERO	CEN UNIV	P-PSE	SÃO PAULO	SP
17	B	ADMINISTRAÇÃO	ADMIN HOTELEIRA	1999	UNIFIEO	CEN UNIV	P FIL	OSASCO	SP
18	B	ADMINISTRAÇÃO	ADMIN HOTELEIRA	1999	UNIMEP	UNIV	P COM CONF FIL	PIRACICABA	SP
19	B	ADMINISTRAÇÃO	ADMIN HOTELEIRA E TURISMO	1976	UESC	UNIV	PÚB EST	ILHEUS	BA
20	B	ADMINISTRAÇÃO	ADMINIST EM HOTELARIA	1998	FAE FAAP	FAC	P FIL	SÃO PAULO	SP
21	B	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO DE TUR E HOTELARIA	2002	FAI	FAC INT	PUB MUN	ADAMANTINA	SP
22	B	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA	s/data	UNICALDAS	FAC	P-PSE	CALDAS NOVAS	GO
23	B	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA	2001	FAC HÉLIO ROCHA	FAC	P-PSE	SALVADOR	BA
24	B	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA	2004	FAC SENAC DE MINAS	FAC	P-PSE	CONTAGEM	MG
25	B	ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA	2004	THATHI	FAC	P-PSE	ARAÇATUBA	SP
26	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO DA HOTELARIA HOSPITALAR	2003	FASSESC	FAC INT	P-PSE	FLORIANÓPOLIS	SC
27	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO EM HOTELARIA, TUR E LAZER	2003	FACIG	FAC	P-PSE	CATAGUASES	MG
28	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2003	CEAP	FAC	P-PSE	MACAPÁ	AP

N.	DIP	CURSO	HABILITAÇÃO	INICIO	IES	ORG. AC.	CATEG. ADM.	CIDADE	EST
29	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2001	FEBASP	CEN UNIV	P-FIL	SAO PAULO	SP
30	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	1999	ESH	FAC	P-PSE	FLORIANÓPOLIS	SC
31	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2000	ESTÁCIO DE SÁ DE BH	FAC	P-FIL	BELO HORIZONTE	MG
32	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2001	FAMA	FAC	P-PSE	SAO LUIS	MA
33	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2003	CESI	FAC	P-PSE	IBITINGA	SP
34	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2004	FECLF	FAC	P-FIL	GUARUÁ	SP
35	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2002	FASE	FAC	P-PSE	ARACAJU	SE
36	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2001	FIP	FAC	P-PSE	BARRA BONITA	SP
37	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2002	FAENAC	FAC	P-PSE	SAO CAETANO DO SUL	SP
38	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2001	EDUVALE	FAC	P-PSE	AVARÉ	SP
39	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2003	FAPA	FAC	P-PSE	SAO PAULO	SP
40	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2001	FAPLAN	FAC	P-PSE	BRASÍLIA	DF
41	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2001	FAC POLITEC DE UBERLÂNDIA	FAC	P-PSE	UBERLANDIA	MG
42	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2001	FAC SAO MIGUEL	FAC	P-PSE	RECIFE	PE
43	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2003	FAC INTEG DE OURINHOS	FAC INT	P-PSE	OURINHOS	SP
44	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2002	FIU	FAC INT	P-PSE	PEREIRA BARRETO	SP
45	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2000	FAEE	FAC INT	P-CONF	ANÁPOLIS	GO
46	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2000	FAEL	FAC	P-PSE	LAPA	PR
47	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2000	FAMEC	FAC	P-PSE	SAO JOSÉ DOS PINHAIS	PR
48	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2003	IBES	INST SUP	P-PSE	SALVADOR	BA
49	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2004	IBHES	INST SUP	P-PSE	BELO HORIZONTE	MG
50	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2002	ICGES	INST SUP	P-PSE	CAMPO GRANDE	MS
51	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2004	ICEC	INST SUP	P-PSE	CUIABÁ	MT
52	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2003	IECP	FAC	P-PSE	CURITIBA	PR
53	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2004	IESGF	INST SUP	P-PSE	SÃO JOSÉ	SC
54	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2003	IESA	INST SUP	P-PSE	MACEIO	AL
55	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2004	IESD	INST SUP	P-PSE	DOURADOS	MS
56	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2002	IESFI	INST SUP	P-PSE	FOZ DO IGUAÇU	PR
57	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2004	IESO	INST SUP	P-PSE	OLINDA	PE
58	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2004	IESP	INST SUP	P-PSE	JABOATAO DOS GUARARAPES	PE
59	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2002	UEST	INST SUP	P-PSE	TERESINA	PI
60	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2001	IESC	INST SUP	P-PSE	FORTALEZA	CE

N.	DIP	CURSO	HABILITAÇÃO	INICIO	IES	ORG. AC.	CATEG. ADM.	CIDADE
61	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2004	IESM	INST SUP	P-PSE	SAO LUIZ
62	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2004	IESP	INST SUP	P-PSE	BELÉM
63	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2002	IESFAVI	INST SUP	P-PSE	VITÓRIA
64	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2004	IFIEC	INST SUP	P-PSE	FOZ DE IGUAÇU
65	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2004	INEC	INST SUP	P-PSE	NATAL
66	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2002	INPER	INST SUP	P-PSE	JOAO PESSOA
67	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2003	IPESU	INST SUP	P-PSE	RECIFE
68	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2004	ISEC	INST SUP	P-PSE	SALVADOR
69	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2003	ITEC	INST SUP	P-PSE	TERESINA
70	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2004	IVEC	INST SUP	P-PSE	VITÓRIA
71	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA	2000	UPIS	FAC INT	P-PSE	BRASÍLIA
72	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO HOTELEIRA E TURÍSTICA	2001	FADEC	FAC	P-PSE	CASCADEL
73	B	ADMINISTRAÇÃO	GESTAO TURISTICA E HOTELEIRA	2001	EUROPAN	FAC	P-PSE	COTIA
74	B	ADMINISTRAÇÃO	HOTELARIA	1999	FINL	CEN UNIV	P-PSE	MANAUS
75	B	ADMINISTRAÇÃO	HOTELARIA	2001	FAC INT TOLEDO	FAC	P-PSE	ARAÇATUBA
76	B	ADMINISTRAÇÃO	HOTELARIA	1999	FAV	FAC INT	P-PSE	VALINHOS
77	B	ADMINISTRAÇÃO	HOTELARIA	1998	FIC	FAC INT	P-PSE	CURITIBA
78	B	ADMINISTRAÇÃO	HOTELARIA	1999	IESB	FAC	P-PSE	BRASÍLIA
79	B	ADMINISTRAÇÃO	HOTELARIA	1999	UNIPAR	UNIV	P-PSE	CASCADEL
80	B	ADMINISTRAÇÃO	HOTELARIA	1998	UNISANTANNA	CEN UNIV	P-PSE	SÃO PAULO
81	B	ADMINISTRAÇÃO	HOTELARIA	2003	UNIMAR	UNIV	P-PSE	MARÍLIA
82	B	ADMINISTRAÇÃO	HOTELARIA	1997	UTP	UNIV	P-PSE	CURITIBA
83	B	ADMINISTRAÇÃO	HOTELARIA	2000	UEG	UNIV	PUB EST	CALDAS NOVAS
84	B	ADMINISTRAÇÃO	HOTELARIA E TURISMO	1998	CEUNSP	CEN UNIV	P-PSE	SALTO
85	B	ADMINISTRAÇÃO	HOTELARIA E TURISMO	1999	FCHV	FAC	P-PSE	VITORIA
86	B	ADMINISTRAÇÃO	HOTELARIA E TURISMO	1999	UNIFIAN	CEN UNIV	P-PSE	LEME
87	B	ADMINISTRAÇÃO	HOTELARIA E TURISMO	1999	UNITAU	UNIV	PUB MUN	UBATUBA
88	B	ADMINISTRAÇÃO	HOTELEIRA	1999	UNINOVE	CEN UNIV	P-PSE	SÃO PAULO
89	B	ADMINISTRAÇÃO	TURISMO RURAL E HOTELARIA	1999	FACVEST	FAC INT	P-PSE	LAGES
90	B	ADMINISTRAÇÃO	HOTELARIA, TURISMO E LAZER	1999	UNICASTELO	UNIV	P FIL	FERNANDOPOLIS
91	B	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA	1999	UCSAL	UNIV	P COM	SALVADOR
92	B	ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA		1998	CUML	CEN UNIV	P-PSE	RIBEIRÃO PRETO

N.	DIP	CURSO	HABILITAÇÃO	INICIO	IES	ORG. AC.	CATEG. ADM.	CIDADE
93	B	GESTAO HOTELEIRA		2001	FAC PRUD DE MORAES	FAC	P-PSE	ITU
94	B	HOTELARIA		2001	CASTELLI	FAC	P-PSE	CANELA
95	B	HOTELARIA		2003	UNIARA	CEN UNIV	P-PSE	ARARAQUARA
96	B	HOTELARIA		2001	ESM	FAC	P-PSE	RECIFE
97	B	HOTELARIA		2003	FABAC	FAC	P-PSE	LAURO DE FREITAS
98	B	HOTELARIA		2002	FCC	FAC	P-PSE	NATAL
99	B	HOTELARIA		2001	FACEF	FAC	PUB MUN	FRANCA
100	B	HOTELARIA		2001	FCG	FAC	P-PSE	ITANHAEM
101	B	HOTELARIA		2003	FV	FAC	P-PSE	VINHEDO
102	B	HOTELARIA		2002	FADIP	FAC	P-PSE	JACAREZINHO
103	B	HOTELARIA		2002	FFD	FAC	PSE	OSASCO
104	B	HOTELARIA		2003	FAC LIONS	FAC	P FIL	GOIANIA
105	B	HOTELARIA		s/data	FAC SAO SEBASTIÃO	FAC	P-PSE	SAO SEBASTIÃO
106	B	HOTELARIA		2003	FACULDADE SEAMA	FAC	P-PSE	MACAPÁ
107	B	HOTELARIA		2003	FA7	FAC	P-PSE	FORTALEZA
108	B	HOTELARIA		2000	FARGS	FAC	P-PSE	PORTO ALEGRE
109	B	HOTELARIA		1999	FASSESC	FAC INT	P-PSE	FLORIANÓPOLIS
110	B	HOTELARIA		2000	FMU	CEN UNIV	P-PSE	SAO PAULO
111	B	HOTELARIA		2004	IESC	INST SUP	P-PSE	FORTALEZA
112	B	HOTELARIA		2000	SALTO	FAC INT	P-PSE	SALTO
113	B	HOTELARIA		1999	SENAC SP	FAC	P-PSE	SÃO PAULO
114	B	HOTELARIA		1996	UFPE	UNIV	PUB FED	RECIFE
115	B	HOTELARIA		1979	UNESA	UNIV	P FIL	RIO DE JANEIRO
116	B	HOTELARIA		2000	UNICAPITAL	CEN UNIV	P-PSE	SAO PAULO
117	B	HOTELARIA		1998	UnFIAM FAAM	CEN UNIV	P-PSE	SÃO PAULO
118	B	HOTELARIA		1997	UNIMARCO	UNIV	P-PSE	SÃO PAULO
119	B	HOTELARIA		2000	UNIMONTE	CEN UNIV	P FIL	SANTOS
120	B	HOTELARIA		1999	UNIOESTE	UNIV	PUB EST	FOZ DO IGUAÇU
121	B	HOTELARIA		1998	UNISO	UNIV	P COM	SOROCABA
122	B	HOTELARIA		1998	UAM	UNIV	PRIV FIL	SAO PAULO
123	B	HOTELARIA		2003	UAM	UNIV	PRIV FIL	SAO PAULO
124	B	HOTELARIA		2002	UNIFOR	UNIV	P FIL	FORTALEZA

N.	DIP	CURSO	HABILITAÇÃO	INICIO	IES	ORG. AC.	CATEG. ADM.	CIDADE
125	B	HOTELARIA		2004	UNESA	UNIV	P FIL	CABO FRIO
126	B	HOTELARIA		2001	UNESA	UNIV	P FIL	PETRÓPOLIS
127	B	HOTELARIA		1998	UNP	UNIV	PSE	NATAL
128	B	HOTELARIA		1998	USF	UNIV	P CONF	BRAGANÇA PAULISTA
129	B	TURISMO	ÊNFASE EM TUR AMB E HOTELARIA	2000	UNIDERP	UNIV	PSE	CAMPO GRANDE
130	B	TURISMO	GESTÃO EM HOTELARIA	2000	C.U. FUND. MIN. ED. E CULT	CEN UNIV	P-PSE	BELO HORIZONTE
131	B	TURISMO	GESTÃO EM HOTELARIA, TUR E LAZER	1998	CCG-UNA	CEN UNIV	P-PSE	BELO HORIZONTE
132	B	TURISMO	GESTAO HOTELEIRA	1998	UNISUL	UNIV	P COM FIL	LAGUNA
133	B	TURISMO	HOTELARIA	s/data	IESA	FAC	P-PSE	SANTANA DE PARNÁIBA
134	B	TURISMO	HOTELARIA	1999	UNICAPITAL	CEN UNIV	P-PSE	SÃO PAULO
135	B	TURISMO	HOTELARIA	2000	UNIVAG	CEN UNIV	P-PSE	VARZEA GRANDE
136	B	TURISMO	TURISMO - GESTÃO HOTELEIRA	1997	UFRN	UNIV	PUB FED	NATAL
137	B	TURISMO	TURISMO - HOTELARIA	1999	UNISUL	UNIV	P COM FIL	FLORIANÓPOLIS
138	B	TURISMO	TURISMO (ENFASE EM HOTELARIA)	2000	FASH	FAC	P-PSE	RECIFE
139	B	TURISMO	COM ÊNFASE EM HOTELARIA	2000	UNAERP	UNIV	P FIL	GUARUJÁ
140	B	TURISMO	COM ÊNFASE EM HOTELARIA	1999	UNAERP	UNIV	P FIL	RIBEIRÃO PRETO
141	B	TURISMO E ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA		1998	UNOESC	UNIV	P FIL	JOAÇABA
142	B	TURISMO E HOTELARIA	HOTELARIA	2000	CEUMAR	CEN UNIV	P-PSE	MARINGA
143	B	TURISMO E HOTELARIA		2001	FAP-MOC	FAC	P-PSE	MONTES CLAROS
144	B	TURISMO E HOTELARIA		2000	FEAD-MG	FAC	P-PSE	BELO HORIZONTE
145	B	TURISMO E HOTELARIA		2000	FSM	FAC	P-PSE	SAO LOURENÇO
146	B	TURISMO E HOTELARIA		1998	UNEB	UNIV	PUB EST	SALVADOR
147	B	TURISMO E HOTELARIA		1999	UNIANDRADE	CEN UNIV	P-PSE	CURITIBA
148	B	TURISMO E HOTELARIA		1998	UNIBAHIA	FAC INT	P-PSE	LAURO DE FREITAS
149	B	TURISMO E HOTELARIA		1999	UNIPAR	UNIV	P-PSE	CASCADEL
150	B	TURISMO E HOTELARIA		2000	Unipar	UNIV	P-PSE	PARANAVAI
151	B	TURISMO E HOTELARIA		2000	UNIPAR	UNIV	P-PSE	UMUARAMA
152	B	TURISMO E HOTELARIA		1998	UNIT	CEN UNIV	P FIL	UBERLANDIA
153	B	TURISMO E HOTELARIA		1990	UNIVALI	UNIV	P FIL	CAMBURIU
154	B	TURISMO E HOTELARIA		1998	UNIVALI	UNIV	P FIL	SÃO JOSÉ
155	B	TURISMO E HOTELARIA		2003	UNIVERSO	UNIV	P FIL	JUIZ DE FOR A
156	B	TURISMO E HOTELARIA		2000	UNIVERSO	UNIV	P FIL	RECIFE

N.	DIP	CURSO	HABILITAÇÃO	INICIO	IES	ORG. AC.	CATEG. ADM.	CIDADE
157	B	TURISMO E HOTELARIA		1998	UNOPAR	UNIV	P-PSE	LONDRINA
158	T	CURSO SUP DE TEC EM EMPR DE TUR E HOT		2003	UNIP	UNIV	P-PSE	ARARAQUARA
159	T	CURSO SUP DE TEC EM EMPR DE TUR E HOT		2003	UNIP	UNIV	P-PSE	CAMPINAS
160	T	CURSO SUP DE TEC EM EMPR DE TUR E HOT		2003	UNIP	UNIV	P-PSE	JUNDIAÍ
161	T	CURSO SUP DE TEC EM EMPR DE TUR E HOT - ANCHIETA		2003	UNIP	UNIV	P-PSE	SAO PAULO
162	T	CURSO SUP DE TEC EM EMPR DE TUR E HOT - NORTE		2003	UNIP	UNIV	P-PSE	SAO PAULO
163	T	CURSO SUP DE TEC EM HOT E GEST SUST DO TUR		2003	FINL	CEN UNIV	PSE	MANAUS
164	T	CURSO SUP DE TEC EM HOTELARIA		s/data	CETAP	CEN ED TEC	PSE	TUPA
165	T	CURSO SUP DE TECNOLOGIA EM GESTÃO HOTELEIRA		2003	UNINOVE	CEN UNIV	P-PSE	SAO PAULO
166	T	CURSO SUP DE TECNOLOGIA EM GESTÃO HOTELEIRA		2003	UNINOVE	CEN UNIV	P-PSE	SAO PAULO
167	T	CURSO SUP DE TECNOLOGIA EM GESTÃO HOTELEIRA		2003	UNOESTE	UNIV	P FIL	PRESIDENTE PRUDENTE
168	T	CURSO SUP DE TECNOLOGIA EM HOTELARIA		2003	FAC CAMBURY	FAC	P-PSE	GOIANIA
169	T	CURSO SUP DE TECNOLOGIA EM HOTELARIA		s/data	FAC CAMBURY	FAC	P-PSE	FORMOSA
170	T	CURSO SUP DE TECNOLOGIA EM HOTELARIA		2003	FUCAP	FAC	P-PSE	CAPIVARI DE BAIXO
171	T	CURSO SUP DE TECNOLOGIA EM HOTELARIA		2003	UNP	UNIV	P-PSE	NATAL
172	T	CURSO SUP DE TECNOLOGIA EM HOTELARIA HOSPITALAR		2003	HOTEC	CEN ED TEC	P-PSE	SAO PAULO
173	T	CURSO SUP TEC NA ÁREA DE TUR E HOSP - MOD HOTELEIRA		2000	CEFET/GO	CEN ED TEC	PUB FED	GOIANIA
174	T	CURSO SUP TECNOLOGIA EM HOTELARIA		2002	HOTEC	CEN ED TEC	P-PSE	SAO PAULO
175	T	CURSO SUP TECNOLOGIA EM HOTELARIA		1998	SENAC	FAC	P-PSE	CAMPOS DE JORDÃO
176	T	CURSO SUP TECNOLOGIA EM HOTELARIA		2000	UniABC	UNIV	P-PSE	SANTO ANDRÉ
177	T	CURSO SUP TECNOLOGIA EM HOTELARIA		2001	CEFET-AL	CEN ED TEC	PUB FED	MAL DEODORO
178	T	GESTAO DE EMPR DE TURISMO E HOTELARIA		2003	UNIP	UNIV	P-PSE	SANTOS
179	T	GESTAO DE EMPRE DE TUR E HOT - PAULISTA		2003	UNIP	UNIV	P-PSE	SAO PAULO
180	T	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTAO EM HOTELARIA		2001	UVA	UNIV	P FIL	CABO FRIO
181	T	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO HOTELEIRA		2003	UNICSUL	UNIV	P-PSE	SAO PAULO
182	T	SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM TURISMO E HOTELARIA		2002	UNIPAC	UNIV	P-PSE	BARBACENA
183	T	TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO E HOTELARIA		2003	UNICEUMA	CEN UNIV	P-PSE	SAO LUIS
184	T	TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO E HOTELARIA		2002	UNESA	UNIV	P FIL	NOVA FRIBURGO
185	T	TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO E HOTELARIA		2003	UNESA	UNIV	P FIL	RIO DE JANEIRO
186	T	TECNOLOGIA EM HOTELARIA		2000	ESH	FAC	P-PSE	FLORIANÓPOLIS
187	T	TECNOLOGIA EM HOTELARIA		1981	FACRENAS	FAC INT	P-PSE	SÃO PAULO
188	T	TECNOLOGIA EM HOTELARIA		2001	FAR	FAC	P-PSE	ILHA SOLTEIRA

N.	DIP	CURSO	HABILITAÇÃO	INICIO	IES	ORG. AC.	CATEG. ADM.	CIDADE
189	T	TECNOLOGIA EM HOTELARIA		1995	SENAC GHP	FAC	P-PSE	ÁGUAS DE SÃO PEDRO
190	T	TECNOLOGIA EM HOTELARIA		1989	SENAC SP	FAC	P-PSE	SÃO PAULO
191	T	TECNOLOGIA EM HOTELARIA		1978	UCS	UNIV	P COM	CANELA
192	T	TECNOLOGIA EM HOTELARIA		1987	UFMA	UNIV	PUB FED	SÃO LUIS
193	T	TECNOLOGIA EM HOTELARIA		2000	UNIFOZ	FAC INT	P-PSE	FOZ DO IGUAÇU
194	T	TECNOLOGIA EM HOTELARIA E EVENTOS		2001	UNORP	CEN UNIV	P-PSE	S JOSÉ DO RIO PRETO
195	T	TECNÓLOGO EM HOTE E GESTÃO DE EMPR DE TURISMO		2003	UNIVERSO	UNIV	P FIL	GOIANIA

CATEGORIA: TURISMO COM ÊNFASE EM HOTELARIA (TEH)

TURISMO - GESTÃO EM HOTELARIA 1 Cen Univ. PSE – MG.2000. 3086 h/a. 55 vg M/55 vg Not	TURISMO COM ÊNFASE EM HOTELARIA, LAZER E EVENTOS 2 Cen Univ. PSE. MT. 2000. 3324 h/a. 120 vg Not	TURISMO COM ÊNFASE EM GESTÃO HOTELEIRA 3 Univ Com. Fil. – SC 1998. 2160 h/a. 30 vg Not
Turismo e Lazer – 32 h – 3º	Hotelaria – Meios de Hospedagem I – 72 h/5º. sem.	Estágio em Gestão Hoteleira I – 60 h/fase 3
Rel. Pub., protocolo, etiqueta e cerimonial – 32 h – 3º	Hotelaria – Meios de Hospedagem II – 72 h/6º sem	Gestão de Recursos Humanos para Hotéis – 30 h/fase 3
Introdução à hotelaria – 32 h/4º. período	Alimentos e Bebidas – 72 h/7º. sem	Gestão de Produtos Hoteleiros I – 60 h/fase 3
Organização dos serviços de hotelaria I (recepção) – 32 h/5º. período	Administração e Gerência Hotelaria – 72 h/7º. sem	Estágio em Gestão Hoteleira II – 60 h/fase 4
Organização dos serviços de hotelaria II (gov; A&B) – 64 h/6º. período	Organização de Eventos – 72 h 7º	Legislação Hoteleira – 60/fase 4
Planejamento, organização e operação de eventos – 64 h – 7º	Lazer e Animação – 72 h – 7º	Gestão de Serviços de A&B – 60h/fase 4
Gestão dos sistemas de hospedagem – 64 h/8º. sem	Estágio Supervisionado – 150 h/7º. sem	Contabilidade de Empresa Hoteleira – 60 h/fase 4
Estágio Supervisionado – 270 h	Estágio Supervisionado – 150 h/8º. sem	Marketing Hoteleiro – 60 h/fase 4
		Gestão de Produtos Hoteleiros II – 60 h/fase 4
		Estágio em Gestão Hoteleira III – 120 h/fase 5
		Sociologia do Lazer – 60 h – 5ª
		Estágio em Gestão Hoteleira IV – 150 h/fase 6
		Projeto em Gestão Hoteleira – 120 h/fase 6

CATEGORIA: TURISMO E HOTELARIA (T&H)

TURISMO E HOTELARIA 1 Fac PSE. 2000. MG. 4000 h/a 100 vg Not	TURISMO E HOTELARIA 2 Fac. PSE. MG. 2000. 3520 h/a. 50 v mat/50 vg not	TURISMO E HOTELARIA 3 Cen Univ PSE. PR. 2000. 3650 h/a 120 vg not
Administração Hoteleira – 80 h/a	Fundamentos da hotelaria – 40 h/a – 1º. per.	Gestão de empresas turísticas e hoteleiras – 80 h/a – 2º ano
Alimentos e Bebidas – 80 h/a	Planejamento Hoteleiro – 80 h/a - 2º. per	Meios de hospedagem – 160 h/a – 2º ano
Auditoria e Controladoria Hoteleira – 80 h/a	Administração Hoteleira – 80 h/a – 5º per	Gastronomia – 80 h/a – 3º ano
Hospedagem I - 80 h/a	Marketing Hoteleiro – 80 h/a – 5º. per	Higiene de alimentos e saúde pública – 80 h/a – 3º ano
Hospedagem II – 80 h/a	A&B I – 80 h/a – 6º. per	Lab. De Hotelaria I – 80 h/a – 3º ano
Introdução à Hotelaria – 40 h/a	Hospedagem – 80 h/a – 6º. per	Legislação turística e hoteleira – 80 h/a 3º ano
Lab de A&B – 80 h/a	A&B II – 80 h/a – 7º. per	Planejamento físico hoteleiro – 80 h/a – 3º ano
Lab Hospedagem – 80 h/a	Tópicos avançados em Tur e Hot – 80 h/a – 7º. per	Estágio Supervisionado I – 100 h/a – 3º ano
Manutenção Hoteleira – 40 h/a	Automação dos serv turísticos e hoteleiros – 80 h/a – 8º. per	A&B – 160 h/a – 4º ano
Marketing Tur e Hoteleiro – 80 h/a	Legislação e ética do turismo e da hotelaria – 80 h/a – 8º. per	Gestão da qualidade em serviços hoteleiros – 80 h/a – 4º ano
Administração de Restaurantes – 80 h/a (opt)	Organização de eventos turísticos – 80 h – 6º	Gestão de RH em turismo e hotelaria – 80 h/a – 4º ano
Coquetelaria – 40 h/a	Relações públicas, cerimonial e etiqueta – 40 h – 7º	Lab. De hotelaria II – 160 h/a – 4º ano
Desenvolvimento de projetos Hoteleiros – 80 h/a		Mkt e propaganda em turismo e hotelaria – 80 h/a – 4º ano
Lab. Culinária Mineira – 80 h/a		Teorias avançadas em turismo e hotelaria – 80 h/a – 4º ano
Planejamento físico de hotéis – 40 h/a		Estágio Supervisionado II – 200 h/a – 4º ano
Estágio Supervisionado I – 150 h/a		Organização de Eventos – 80 h – 3º
Estágio Supervisionado II – 225 h/a		Lazer e Recreação – 80 h – 4º
Estágio Supervisionado III – 225 h/a		
Lazer e Recreação – 80 h		
Planejamento e Organização de Convenções – 80 h		

CATEGORIA: ADMINISTRAÇÃO COM HABILITAÇÃO EM HOTELARIA (AHH)

ADM C/HAB ADM HOT 1 Cen Ed Tec. PUBFED. BA.1998. 3090 h/a - 50 NOT	ADM COM HAB EM ADM HOSPIT E HOTEL 2 Univ PUBFED. RS. 1998. 3000 h/a - 25 diurno	ADM COM HAB EM ADM HOTELEIRA 3 Univ. P Com. BA. 1999. 3634 h/a - 60 vg mat	ADM COM HAB EM GESTAO HOTELEIRA 4 Fac PSE. PR. 2000. 3320 hº 75 NOT	ADM COM HAB EM GESTÃO HOTELEIRA 5 Fac Int. PSE DF.2000. 3435 h. 60 mat	ADM COM HAB EM HOTELARIA 6 Fac. PSE. DF 1999. 3036 h/a - 75 mat e 75 not	ADM COM HAB EM ADM HOT 7 Cent Uni. Fil. SP. 1999. 3180 h. 80 Not	ADM C/HAB EM AD EM HOT 8 FAC FIL. SP.1998. 3180 H. 50 MAT	ADM C/HAB EM HOTELARIA 9 FAC PSE. SP. 2000. 3180 H. 50 MAT. 100 NOT
Administração Hoteleira I - 90 h/a - 6º sem	Estudo de org hospit e hotel - 90 h/a	Empreendimentos hoteleiros - 68 h/a 3º sem	Tópicos especiais em gestão hoteleira I - 40 h - 2º sem	Introd à Adm Hoteleira e ao Turismo - 45 h - 1º sem	Hospedagem I - 72 h - 7º	A&B I - 36 - 1º	Org Hotel I - 2º - 40	Adm dos MH I - 6º - 80
Administração Hoteleira II - 75 h/a - 6º sem	Org e mét de trabalho em hospitais e hotéis - 60 h/a					Eventos I - 36 - 1º	A&B I - 3º - 40	ESA I - 6º - 80
Estágio Supervisionado II - 120 h/a - 8º sem	RH em hosp e hotéis - 45 h/a				Cerimonial e eventos I - 72 h - 7º	MH I - 36 - 1º	Hospedagem I - 3º - 40	ESA II - 6º - 80
Oficina de Eventos (optativa) - 60 h/a	I Gestão de materias em hosp e hotéis - 60 h/a	Legislação Aplicada ao Turi e Hotelaria - 68 h/a - 4º sem	Tópicos especiais em gestão hoteleira II - 80 h - 3º sem	Gerência de hospedagem - 45 h - 2º sem	A&B II - 72 h - 7º	A&B II - 3º - 36	Org Hotel II - 3º - 40	Lazer e Tur - 6º - 40
Oficina de Eventos (optativa) - 60 h/a	II Análise econ-financ em hosp e hot. 60 h/a	Planejamento e desenvolvimento de hotéis - 68 h/a - 6º sem	Tópicos especiais em gestão hoteleira III - 40 h - 4º sem	Gerenciamento de A&B - 45 h - 3º sem	Constituição de Empreend hot - 36 h - 7º	Eventos II - 3º - 36	A&B II - 4º - 40	Legisl Aplic ao Tur e Hot - 6º - 40
Alimentos e Bebidas (optativa) - 60 h/a	I SI em HH - 60 h	Alimentos e bebidas - 68 h/a - 6º sem	Tópicos especiais em gestão hoteleira IV - 40 h - 5º sem	Estágio Supervisionado I - 90 h - 4º sem	Tópicos Avançados II - 36 h - 7º sem	MH II - 3º - 36	Hospedagem II - 4º - 40	Mkt Hot I - 6º - 80
Alimentos e Bebidas (optativa) - 60 h/a	II Administração de serviços hoteleiros - 45 h/a	Administração Hoteleira - 68 h/a - 7º sem	Tópicos especiais em gestão hoteleira V - 40 h - 6º sem	Mkt turístico e hoteleiro - 75 h - 5º sem	ESA I - 100 h - 7º	Lab de A&B - 4º - 72	A&B III - 5º - 40	Org de Eventos - 6º - 40
	Hotelaria hospitalar - 30 h/a				Cerimonial e Eventos II - 36 h - 7º	A&B III - 5º - 36	Hospedagem III - 5º - 40	Sócio do Lazer e Recreação - 40 - 6º
	Planejamento e org de eventos - 60 h	Tópicos emergentes em hotelaria - 68 h/a - 7º sem	Administração de restaurantes - 40 h - 7º sem	Tópicos especiais em legisl hotel e tur - 45 h - 6º	Hospedagem II - 36 h - 8º	Eventos III - 5º - 36	Lab A&B - 5º - 40	Tóp Avanç em Hotel I - 40 - 6º
		Administração de Restaurantes - 68 h/a - 7º sem	Administração de meios de hospedagem I - 80 h - 7º sem	Estágio Supervisionado II - 210 h - 7º sem	Gastronomia e Enologia - 72 h - 8º sem	Lab de Hosp - 5º - 72	A&B IV - 6º - 40	Adm de Bares - 7º - 40
		Lazer e turismo - 40h - 7º				Gestão Empreend e de Proj em Hot - 5º - 72	Lab de Hosp - 6º - 40	Adm de Gov - 7º - 40
						Planej e Gest de MH - 6º - 40	Regul e Normas em hotel - 6º - 40	Adm de Restaurante - 7º - 80
		Estagio Supervisionado I - 153 h/a - 7º sem	Tópicos especiais em gestão hoteleira VI - 40 h - 7º sem	TE em Gastronomia internacional e enologia - 45 h - 8º sem	Avaliação e Prospecção em Setor hoteleiro - 36 h - 8º	Lab de Gestão em Hotelaria - 7º - 72	Gastron e Enol - 7º - 40	Adm de MH II - 7º - 40
		Recreação e Lazer na Hotelaria - 68 h/a - 8º sem	Mkt hoteleiro - 80 h - 8º sem	TE em Planej e segurança em hotelaria - 45 h - 8º sem	ESA II - 200 h - 8º	Planej e Gest de Eventos - 7º - 72	Ger de Anima e Espor - 7º - 40	Desenv Hotel - 7º - 80
		Gestão de Eventos na Hotelaria - 68 h/a - 8º sem	Organização de espaços: hotéis e restaurantes - 40 h - 8º sem	TE em Gerência de Restaurante - 45 h - 8º sem		Tóp Esp de Adm Hot - 7º - 72	Org de Eventos - 7º - 40	ESA II - 7º - 120
		Mkt hoteleiro - 68 h/a - 8º sem	Adm de meios de hospedagem II - 80 h - 8º sem	TE em Produção e Qualidade Alimentar - 45 h - 8º sem		Gestão de Lazer e Entret - 7º - 72	Manut em Hotel - 7º - 40	ESA III - 7º - 80
		Estágio Supervisionado II - 153 h/a - 8º sem	Estágio Supervisionado I - 40 h - 5º sem	TE em Organiz e Operacion de Eventos - 45 h - 8º		ESA - 300	ESA I - 7º - 150	MKT Hot I - 40 - 7º
		Organização de eventos - 40 h - 8º	Estágio Supervisionado II - 80 h - 6º sem				Proj Hot - 8º - 40	ESA IV - 8º - 80
		Atividades complementares - 210 h/a	Estágio Supervisionado III - 80 h - 7º sem				Semin de Adm Hot - 8º - 40	MKT Hot II - 8º - 80
			Estágio Supervisionado IV - 120 h - 8º sem				ESA II - 8º - 150	Org de Espaços Hot e Rest - 8º - 80
			Tópicos especiais em gestão hoteleira VII - 40 h - 8º sem					Org de Espaços Hot/ Rest - 8º - 80
								Proj Hotel - 8º - 40
								Tóp Avanç em Hot II - 8º - 40

CATEGORIA: HOTELARIA (HOT)

HOTELARIA 1 Univ. Fil. RJ. 1979. 3060 h/a – not 60	HOTELARIA 2 Univ. PUBFED. PE. 1996. 3120 h/a – 20 int	HOTELARIA 3 Univ. PUBEST. PR. 1999. 2910 h/a – 40 mat.	HOTELARIA 4 Univ ConfFil. SP. 1998. 3156 h. 60 mat e 60 not	HOTELARIA 5 Fac PSE. SP. 1999. 3300. 50 MAT E 150 NOT	HOTELARIA 6 Cen Univ PSE. SP. 2000. 3500 H. 150 MAT	HOTELARIA 7 Univ. Com. SP. 1998. 3500. MAT 80 E NOT 80
Sociologia aplicada à Hotela – 1º – 60 h/a	Introd às Ativ Turísticas e Hotel – 60 h – 1º	Meios de Hospedagem – 120 – 1ª	A&B – 68 – 1º	1º Fundamentos do Tur – 40	1º Semestre do Sociologia – 40 h	Administração De Recursos Materiais E Patrimoniais - 40
Intr à Hotelaria, Filosofia e Ética – 1º – 60 h/a	Informática Aplic à Hotelaria – 30 h – 1º	Contabilidade – 60 – 1ª	Inglês Básico – 1º – 68	Informática – 40	História do Brasil I – 40	Administração Financeira E Orçamentária -80
Geografia aplic à Hotelaria – 1º – 60 h/a	Princípios de Alim e Nutrição – 60 h – 1º	Economia – 60 – 1ª	Teoria Geral da Adm – 68 – 1º	Ling Est I – 80	Direito – 40	Ambientação Profissional Em Hospedagem - 40
A&B I – Restaurantes – 1º. – 60 h/a	Química dos A&B – 60 h – 2º	Filosofia – 60 – 1ª	Hospitalidade: hist e tipol – 34 – 1º	Macroec – 40	Matemática I – 40	Antropologia Cultural Aplicada - 40
Cultura Geral – 60 h – 1º	Fundamentos da Sociologia – 60 – 1º	Informática – 60 – 1ª	Fundam e dimens do tur – 34 – 1º	Met e Tec de Pesq – 40	Economia I – 40	Atividades Complementares - 60
Hospedagem I – Front Office – 2º – 60 h/a	Introdução à Administração – 60 h – 1º	Língua Inglesa I – 60 – 1ª	Lazer e socied – 34 – 1º	Oper e Gest de Front Office – 80	Metodologia Científica I – 40	Contabilidade Hoteleira - 40
Fundamentos do Turismo – 60 h – 2º	Estatística Básica – 60 h – 1º	Língua Portuguesa – 60 – 1ª	Fundam cient da comunic I – 34 – 1º	Teorias de Adm – 80	Teoria Geral de Administração I – 40	Controles Gerenciais de A&B - 40
Inglês Instrumental I – 60 h	Inglês Instrumental I – 60 h – 1º	Matemática Financeira – 60 – 1ª	Visita técn I – 34 – 1º	2º Comum e Exp – 40	Teoria e Técnica do Turismo I – 40	Desenvolvimento Interpessoal Aplicado - 40
Informática – 60 h	Comportamento Organizacional – 60 h – 2º	Metodologia Científica – 30 – 1ª	Inglês Interm – 68 – 2º	Ling Est II – 80	Lazer e Recreação – 40	Economia E Finanças - 80
Cultura Brasileira – 60 h – 2º	Seg e Higiene do Trabalho – 60 h – 2º	Sociologia – 60 – 1ª	Adm de serv – 34 – 2º	Mat Fin – 40	Comunicação – 40	Espanhol Instrumental - 40
A&B II Bebidas e Bares – 2º – 60 h/a	Macroanálise das Organizações – 60 h – 2º	Teoria da Administração – 90 – 1ª	Hosp: depart e est organ – 68 – 2º	Microec p/Ind e serv – 40	2º Semestre Sociologia Aplic ao Turismo – 40	Espanhol Instrumental: Conversação - 40
Hospedagem II – Governança – 3º – 60 h/a	Inglês Instrumental – 60 h – 2º	Teoria Geral do Turismo – 60 – 1ª	Turismo e MA – 34 – 2º	Nutr e diet – 40	História do Brasil II – 40	Estágio Curricular Supervisionado - 300
Fundamentos da Administração – 60 h – 3º	2º Metodologia da Pesquisa Aplic à Hotelaria – 60 h – 2º	Adm de Custos e Orçamento – 60 – 2º	A&B – sala e bar – 68 2º	Oper e gest de gov – 80	Legislação Turística e Hoteleira – 40	Estatística Aplicada À Hotelaria - 80
Ling e Construção Textual – 60 h – 3º	Adm de RH I – 60 h – 3º	Direito e legislação Aplic – 60 – 2º	Fund cient da comuni II – 34 – 2º	Sist de Inf gerenc – 40	Matemática II – 40	Ética Profissional - 80
Inglês Instrumental II – 60 h – 3º	Economia das Empresas – 60 h – 3º	Estatística – 60 – 2º	Contab básica – 34 – 2º	Sociol – 40	Economia II – 40 h	Fundamentos De Planejamento De Meios De Hospedagem – 80
Nutrição – 60 h – 3º	Matem Financeira – 60 h – 3º	Planej dos MH – 120 – 2ª	Prát operac I – 60 – 2º	3º Antrop Cultur – 40	Metodologia Científica II – 40 h	Gestão Ambiental Na Hotelaria - 40
A&B III – Cozinha – 3º – 60 h/a	Inglês Instrumental III – 60 h – 3º	Alimentos e Bebidas I (Nutr E Dietét) – 60 – 2ª.	Visita técn II – 34 2º	Eventos – 80	Teoria Geral de Administração II – 40 h	Gestão de Rec Humanos Em Hotelaria - 80
Matem aplicada à hotelaria – 3º – 60 h/a	Teoria e Prática de Alimentos I – 120 h – 3º	Lab de Alimentos de (Elabor de Cardáp) – 60 – 2ª	OA. Prát Oper I – 26 – 2º	Gest e Cont de cx/corrent – 40	Teoria e Técnica do Turis II – 40 h	Gestão Hoteleira - 40

Gestão em Hospedagem – 4º – 60 h/a	Tópicos Especiais em Hotelaria I – 60 h – 3º	Laboratório de Hospedagem – 60 – 2ª	OR. Prática Oper I – 34 – 2º	Inic a enol – 40	Técnicas de Recreação e Animação – 40 h	Higiene Manipulação Alimentos – 40
Psicologia Organizacional – 60 h 4º	Adm de RH II – 60 – 4º	Geografia – 60 – 2º	Adm Financ – 68 – 3º	Int ao MKT – 40	Técnicos – 40 h	Inglês Instrumental: Hospedagem – 40
Administração de Material – 60 h – 4º	Lab de Inglês – 60 h – 4º	Planejamento e Gestão da Restaur – 90 – 2ª	Mat Financ – 68 – 3º	Int a cienc contab – 40	3º Semestre Psicologia I – 40 h	Inglês Instru Leitura Redação – 40
Métodos e Técnicas de Pesq – 60 h – 4º	Teoria e Prática de Alim II – 120 h – 4º	Lingua Inglesa II – 60 – 2º	Estudo do homem contemp – 34 – 3º	Lab de A&B – 40	História da Cultura e Folclore I – 40 h	Introdução Culinária – 40
Espanhol Instrumental I – 60 h – 4º	Teoria e Prática Operacional de Hotel I – 120 h 4º	Psicologia das Organizações – 60 – 2º	MKT básico – 34 – 3º	Psic Org – 40	Estatística I – 40 h	Introdução Pensamento Teológico – 40
A&B IV – Cozinha II – 4º – 60 h/a	Mkt Aplicado à Hotelaria – 60 h – 4º	Gestão Ambiental – 60 – 3ª	Sociologia – 34 – 3º	Sist Oper de Rest – 40	Contabilidade I – 40 h	Lazer e Ind Entretenimento 40
Estatística Aplic à Hotelaria – 4º – 60 h/a	Contabilidade Geral e de Custos – 60 h – 5º	Gestão de Pessoal – 60 – 3ª	Cenários Econ Contemp 34 – 3º	4º Contr Hotel – 40	Informática I – 40 h	Legislação Ap ao Turismo e Hotelaria – 40
Hotelaria Hospitalar – 5º – 60 h/a	Legislação e Ética do Tur e Hotelaria – 60 h – 5º	Admin Financeira Aplic à Hotelaria – 60 – 3ª	Espanhol Básico – 68 – 3º	Estudos de bebidas e adm de bares – 40	Alimentos e Bebidas I – 40 h	Manutenção Operacional Hotelaria – 80
Gestão de Pessoas – 60 h – 5º	Teoria e Prática Oper de Hotel II – 120 h – 5º	Alimentos e Bebidas II – 60 – 3ª	Prática Oper II – 3º – 60	Filosof e etic – 40	Conceitos de Meios de Hosp – 40 h	Marketing Vendas Hotelaria – 80
Manutenção e Segurança – 5º	Teoria e Prática de Restaurante I – 120 h – 5º	Laboratório de Alimentos e Bebidas – 60 – 3ª	Visita Téc III – 34 – 3º	Gest de RH – 80	Organização de Eventos I – 40 h	Matemática Financeira – 80
Espanhol Instrumental II – 60 h – 5º	Tópicos Especiais em Hotelaria II – 15 h – 5º	Lazer e Recreação Aplicada – 90 – 3ª	OA. Prática Oper II – 26 – 3º	Lazer e rec – 40	Geografia Geral – 40 h	Metodologia Trabalho Científico – 40
Estudo Interdisciplinar – 60 h – 5º	Planejamento e Organização de Eventos – 60 – 6º	História – 60 – 3ª	OR. Prática Oper II – 34 – 3º	MKT hot – 40	Inglês I – 40 h	Métodos Técnicos Pesquisa – 80
Economia Aplicada à Hotelaria – 5º	Administração de Materiais – 60 – 6º	Lazer e Recreação Aplicada – 60 h 3ª	Estatística – 68 – 4º	Met quantit – 80	4º Semestre Psicologia II – 40 h	Nutrição E Dietética – 40
A&B V – custos e cardápios – 5º – 60 h/a	Comunicação Empresarial – 60 – 6º	Língua Espanhola I – 60 3ª	Contab e custos – 68 – 4º	Planej de cardápios – 40	História da Cultura e Folclore II – 40 h	Organização De Eventos – 80
Vendas e Mkt hoteleiro I – 5º – 60 h/a	Eletiva – 60 h – 6º	Marketing I – 60 h – 3ª	Filos e ética prof – 34 – 4º	5º Contab hot – 80	Estatística II – 40 h	Organização Funcionamento De Hotéis – 40
Gestão da qualidade em Hotelaria – 6º – 60 h/a	Teoria e Prática de Restaurante II – 120 h – 6º	Planej Físico dos Meios de Hosped – 60 – 3ª	Gestão de Pessoas – 34 – 4º	Desenv de empr hot – 80	Contabilidade II – 40 h	Organização E Técnicas De Hospedagem – 80
Contabilidade Aplic à Hotelaria – 6º – 60 h/a	Planejamento e Manutenção de Hotéis – 60 h – 6º	Alimentos e Bebidas III – 60 – 4ª	Econ e o setor de serv – 34 – 4º	Estrat de MKT em hot – 80	Informática II – 40 h	Orientação Trab de Co Curso – 160
Hotelaria Educação Amb – 6º – 60 h/a	Planejamento e Org de Eventos – 60 h – 6º	Estágio Supervisionado – 240 – 4ª	Espan Interm – 68 – 4º	Prát prof em escola – 160	Alimentos e Bebidas I – 40 h	Planej Estratégia de Meios de Hospedagem – 80
A&B VI – Eventos e banq – 60 h/a – 6º	Adm Financ e Controladoria – 60 h – 7º	Gestão da Qual em serviços – 60 h – 4ª	Planej e Org de eventos – 34 – 4º	6º Adm do Patr e Manut – 80	Operação Hoteleira – 40 h	Planejamento Físico Hoteleiro – 40
Vendas e Mkt hoteleiro II – 6º – 60 h/a	Estratégia Empresarial – 60 h – 7º	Língua Espanhola II – 60 – 4ª	Prát Oper III – 60 – 4º	Contr Internos Hotel – 80	Organização de Eventos II – 40 h	Português Instrumental – 80
ESA I – 6º – 60 h/a	Eletiva – 60 h – 7º	Marketing II – 60 – 4ª	Visita téc IV – 34 – 4º	Direito e Leg aplic ao tur e hotel – 80	Geografia do Brasil – 40 h	Psicologia Aplicada Hotelaria – 80
Comunicação e Relações Públicas – 60 h – 6º	Admin de vendas em Hotelaria – 60 h – 7º	Org e Gestão de Eventos – 90 – 4ª	OA. Prática Oper III – 26 – 4º	Implantação de hospedagem – 80	Inglês II – 40 h	Recreação Hoteleira – 80
Tópicos Avanç	Controle de Qual	Manutenção,	OR. Prática Oper	Planej ffs de	5º Semestre	Sistema Turístico

em Hotelaria A – 7º – 60 h/a	dos Serviços Hotel. – 60 h – 7º	Meios de Hosp e Restaur – 60 – 4ª	III – 34 – 4º	hotéis – 80		Ciência Política – 40 h	- 80
Tópicos Avanç em Hotelaria B – 7º – 60 h/a	Recreação e Lazer em Hotéis – 60 – 7º	Organização e Gestão de Eventos – 90 – 4ª	Contab Hot – 68 – 5º	7º Estrat compet p/ind de hospit – 40		Recursos Humanos I – 40 h	Sociologia Aplicada - 80
Projeto Hoteleiro – 7º – 60 h/a	Estágio curricular – 420 h – 8º sem	Tópicos Avanç na Hotelaria – 60 – 4ª	Geo geral e Brasil – 68 – 5º	Gest de Neg de A&B – 40		Mkt Aplicado ao Turismo e Hotelaria I – 40 h	Sociologia Do Lazer - 40
Controladoria – 7º – 60 h/a		Seg do Trabalho e Patrim – 60 – 4ª	MKT da Hosp – 68 – 5º	Gest de Hosped – 80		Admin Mercad I – 40 h	Teoria Da Hospitalidade - 80
Aspectos Jurídicos da Hotel – 7º – 60 h/a			A&B – coz e cocção – 68 – 5º	Gestão ambiental – 40		Org Sistemas e Métodos I – 40 h	Teoria E Prát De Bar - 80
Orçamentos e custos em Hotelar – 7º – 60 h/a			Hosp: recep e gov – 68 – 5º	Proj de Conc de Curso I – 80		Administração de Produção I – 40 h	Teoria E Prát De Confeitaria - 80
ESA II – 7º – 60 h/a			Planej ffs de hotéis – 34 – 5º	Plan e Adm Fin I – 80		Admin de Meios de Hospedagem – 40 h	Teoria E Prática De Cozinha - 80
			Lazer e entret – 34 – 5º	Plan e Des de Rest – 40		Higiene e Segurança Alimentar – 40 h	Teoria E Prát De Restaurant - 80
			Visita téc V – 34 – 5º	8º Plan e Adm Fin II – 80		Francês I – 40 h	Teoria Geral Admin Aplicada À Hotelaria - 80
			OA. Prática Oper IV – 26 – 5º	Plan e Proj de Empreend – 80		Planejamento e Organização do Turismo I – 40 h	Teoria Geral De Turismo - 80
			OR. Prática Oper IV – 34 – 5º	ESA 300		6º Semestre Filosofia – 40 h	Tópicos Emergentes – 80
			Teologia e soc 34 – 6º			Recursos Humanos II – 40 h	Trabalho Conclusão Curso - 80
			A&B – elab e exec de pratos – 68 – 6º			Administração Mercadológica II – 40 h	
			Hosp oper do sist – 68 – 6º			Mkt Aplicado ao Turismo e Hotelaria II – 40 h	
			Estudo de Viab Hotel – 34 – 6º			Organização, Sistemas e Métodos II – 40 h	
			Recreação – 34 – 6º			Administração de Produção II – 40 h	
			Cerimonial e etiqueta – 34 – 6º			Adm de Oper e Serviços Hoteleiros – 40 h	
			Estrat compet p/mercado hot – 68 – 6º			Nutrição e Dietética – 40 h	
			Prática oper V – 60 – 6º			Planejamento e Organização do Turismo II – 40 h	
			Visita Téc VI – 34 – 6º			Francês II – 40 h	
			OA. Prática Oper V – 26 – 6º			7º Semestre Planej Estrat de Marketing – 40 h	
			OR. Prática Oper V – 34 – 6º			Admin Financeira e Orçamentária I – 40 h	
			Contr ger/anal financ – 68 – 7º			Administração de Materiais – 40 h	
			Comport humano no trab – 34 – 7º			Tópicos Avanç de Administração Hoteleira I – 40 h	

	A&B – Plan cardap – 68 – 7º	Projetos Hoteleiros I – 40 h
	Hosped: planej e gest – 34 – 7º	Orientação de Projetos I – 40 h
	Manut e seg patr – 34 – 7º	Antropologia I – 40 h
	Téc de implant de hot e rest – 34 – 7º	Espanhol I – 40 h – 40 h
	Compras e logíst – 68 – 7º	8º Semestre Planej Estratégico Intern – 40 h
	Elab de proj hot – 68 – 8º	Administração Financeira e Orçam II – 40 h
	A&B – Festival – 68 – 8º	Gerenc de Rec Patrimoniais e Materiais – 40 h
	Formação de empreend – 34 – 8º	Tópicos Avanç de Admin Hoteleira II – 40 h
	Semin de atual – 68 – 8º	Projetos Hoteleiros II – 40 h
	Hospit e divers cultural – 34 – 8º	Antropologia II – 40 h
	Legisl Hospit e Tur – 34 – 8º	Orientação de Projetos II – 40 h
		Espanhol II – 40 h
		Ativid Compl – 200 h/a
		Estágio - 300 h/a

CATEGORIA: TECNOLOGIA EM HOTELARIA (TEC)

TECNOLOGIA EM HOTELARIA 1 Fac Int. PSE. PR. 2000. 2980 h/a 50 not	TECNOLOGIA EM HOTELARIA 2 Univ PUBFED. MA. 1987. 2445. 40 int.	TECNOL EM HOTELARIA 3 FAC. PSE. SP. 1998. 2401. 100 DIURNO.	TECNOL EM HOTELARIA 4 FAC. PSE. SP. 1995. 2401. 100 DIURE 50 NOT.	TECNOL EM HOTELARIA 5 FAC. PSE. SP. 1989. 2401. MAT 75. VESP 75.
Comunicação Oral e Escrita – 80 – 1º	Educação Física (Prática Desportiva) – 30 h – 1º	1º Semestre Admin de Empresa I - 36	1º Semestre Admin de Empresa I - 36	1º Semestre Admin de Empresa I - 36
Introdução aos Meios de Hospedagem – 80 – 1º	Instituições de Direito – 60 – 1º	Alimentos e Bebidas I - 54	Alimentos e Bebidas I - 54	Alimentos e Bebidas I - 54
Matemática Financeira – 80 – 1º	Introdução a Administração – 60 – 1º	Contabilidade Básica I - 54	Contabilidade Básica I - 54	Contabilidade Básica I - 54
Métodos e Técnicas de Pesquisa – 80 – 1º	Língua Inglesa I – 60 – 1º	Economia Geral e Turística - 54	Economia Geral e Turística - 54	Economia Geral e Turística - 54
Noções de Direito e Legislação Hoteleira – 80 – 1º	Língua Portuguesa – 60 – 1º	Hospedagem I - 54	Hospedagem I - 54	Hospedagem I - 54
Sociologia Turística – 80 – 1º	Matemática Comercial e Financeira – 60 – 1º	Introdução ao turismo e Hotelaria - 36	Introdução ao turismo e Hotelaria - 36	Introdução ao turismo e Hotelaria - 36
Controladoria – 80 – 2º	Segurança e Higiene do Trabalho – 60 – 1º	Laboratório de Alimentos e Bebidas * 60	Laboratório de Alimentos e Bebidas * 60	Laboratório de Alimentos e Bebidas * 60
Economia Aplicada à Hotelaria – 80 – 2º	Sociologia – 45 – 1º	Laboratório de Hospedagem * - 25	Laboratório de Hospedagem * - 25	Laboratório de Hospedagem * - 25
Estatística Aplicada à Hotelaria – 80 – 2º	Teoria e Prática de Prod de Alim I – 60 – 1º	Língua Estrangeira Moderna I - 72	Língua Estrangeira Moderna I - 72	Língua Estrangeira Moderna I - 72
Gestão de Recursos Humanos – 80 – 2º	Cultura Popular Maranhense – 45 – 2º	Matemática Financeira - 54	Matemática Financeira - 54	Matemática Financeira - 54
Inglês Instrumental – 80 – 2º	Língua Inglesa II – 60 – 2º	Sociologia do Trabalho - 36	Sociologia do Trabalho - 36	Sociologia do Trabalho - 36
Teoria e Prática de Eventos – 80 – 2º	Teoria e Prática Operacional de Hotel I – 120 – 2º	2º Semestre Administração de Empresas II - 36	2º Semestre Administração de Empresas II - 36	2º Semestre Administração de Empresas II - 36
Administração em Restaurantes I – 80 h – 3º	Teoria e Prática Oper de Restaurante I – 120 – 2º	Alimentos e Bebidas II - 54	Alimentos e Bebidas II - 54	Alimentos e Bebidas II - 54
Espanhol Instrumental – 80 h – 3º	Teoria e Prática de Prod de Alim I – 60 – 2º	Contabilidade Básica II - 36	Contabilidade Básica II - 36	Contabilidade Básica II - 36
Informática Aplicada em Hotelaria – 80 h – 3º	Administração de Pessoal - 60 – 3º	Educação Física I ** - 18	Educação Física I ** - 18	Educação Física I ** - 18
Mkt - Prom e Vendas em Hot – 80 h – 3º	Contabilidade Hoteleira - 60 – 3º	Estatística - 36	Estatística - 36	Estatística - 36
Teoria e Prática em Hospedagem I – 80 h – 3º	Economia – 60 – 3º	Língua Estrangeira Moderna II - 72	Língua Estrangeira Moderna II - 72	Língua Estrangeira Moderna II - 72
Teoria e Prática de Eventos – 80 h – 3º	Empr. Tur e Organiz. de Eventos – 60 – 3º	Hospedagem II - 54	Hospedagem II - 54	Hospedagem II - 54
Adminis de Restaurantes II – 80 h – 4º	Língua Inglesa III – 60 – 3º	Prática Profissional em Hotel Escola - 174	Prática Profissional em Hotel Escola - 174	Prática Profissional em Hotel Escola - 174
Teoria e Prática de Prod de Alim – 80 h – 4º	Teoria e Prática Operac de Hotel II – 60 – 3º	Psicologia Aplicada ao Turismo - 36	Psicologia Aplicada ao Turismo - 36	Psicologia Aplicada ao Turismo - 36
Animação Hoteleira (Lazer e Recreação) – 80 h – 4º	Teoria e Prática Operacional de Restaurante II – 60 – 3º	3º Semestre Administração de Recursos Humanos I - 36	3º Semestre Administração de Recursos Humanos I - 36	3º Semestre Administração de Recursos Humanos I - 36
Higiene e Segurança no Trabalho – 80 h – 4º	Administração de Análise Financeira – 60 – 4º	Alimentos e Bebidas III - 72	Alimentos e Bebidas III - 72	Alimentos e Bebidas III - 72
Planej. e Desenv. de Proj Hoteleiros – 80 h – 4º	Controle Contábeis de Hotel – 60 – 4º	Contabilidade Hoteleira - 54	Contabilidade Hoteleira - 54	Contabilidade Hoteleira - 54
Estágio Supervisado – 400 – 5º	Língua Espanhola II – 60 – 4º	Desenvolvimento de Projetos Hoteleiros - 54	Desenvolvimento de Projetos Hoteleiros - 54	Desenvolvimento de Projetos Hoteleiros - 54
	Língua Inglesa IV – 60 – 4º	Educação Física II *** - 18	Educação Física II *** - 18	Educação Física II *** - 18
	Marketing – 60 – 4º	Fundamentos Filosóficos - 36	Fundamentos Filosóficos - 36	Fundamentos Filosóficos - 36
	Planejamento de Hotel – 60 – 4º	Hospedagem III - 54	Hospedagem III - 54	Hospedagem III - 54
	Processamento de Dados – 60 – 4º	Legislação Aplicada ao Turismo e Hotelaria - 36	Legislação Aplicada ao Turismo e Hotelaria - 36	Legislação Aplicada ao Turismo e Hotelaria - 36